

Marinha do Brasil
Escola de Guerra Naval
Mestrado Profissional em Estudos Marítimos

Beatriz Victória Albuquerque da Silva Ramos

Os diferentes projetos políticos de Portugal
em relação ao Atlântico Sul

Rio de Janeiro
2018

Beatriz Victória Albuquerque da Silva Ramos

Os diferentes projetos políticos de Portugal
em relação ao Atlântico Sul

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Profissional em Estudos Marítimos da Escola de Guerra Naval, como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Estudos Marítimos. Área de Concentração em Segurança, Defesa e Estratégia Marítima.

Professor Orientador:
Dr. Williams da Silva Gonçalves

Rio de Janeiro
2018

Ramos, Beatriz Victória Albuquerque da Silva
R175d Os diferentes projetos políticos de Portugal em relação ao Atlântico
Sul / Beatriz Victória Albuquerque da Silva Ramos. - Rio de Janeiro, 2018.
109f.: il.

Dissertação (Mestrado) - Escola de Guerra Naval, Programa de
Pós-Graduação em Estudos Marítimos (PPGEM), 2018.
Orientador: Dr. Williams da Silva Gonçalves.

Bibliografia: f. 102-109.

1. Relações internacionais – Portugal. 2. Navegação – Portugal
3. Tratados - Atlântico, Oceano. I. Escola de Guerra Naval (BRASIL).
II. Título.

CDD 327.10110946

Ficha catalográfica elaborada pela bibliotecária
Nathalice Bezerra Cardoso – CRB7/6128
Biblioteca da Escola de Guerra Naval

Beatriz Victória Albuquerque da Silva Ramos

Os diferentes projetos políticos de Portugal
em relação ao Atlântico Sul

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Profissional em Estudos Marítimos da Escola de Guerra Naval, como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Estudos Marítimos. Área de Concentração em Segurança, Defesa e Estratégia Marítima.

Aprovada em 16 de março de 2018.

Banca Examinadora

Prof. Dr. Williams Gonçalves
Doutor da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ)

Prof. Dr. André Panno Beirão
Doutor da Escola de Guerra Naval (EGN)

Prof. Dr. Adriano de Freixo
Doutor da Universidade Federal Fluminense (UFF)

*À minha mãe, que nunca deixou de caminhar e
sonhar junto comigo.*

RESUMO

Portugal é um país que foi outrora um império colonial. Ademais, tem forte ligação geográfica e histórica com o mar, principalmente com o Oceano Atlântico. Participa de organizações internacionais como Organização das Nações Unidas (ONU), Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), União Europeia (UE) e Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP). Hoje é considerado uma pequena potência. Levando em consideração a tentativa portuguesa de projetar poder no Atlântico Sul, objetiva-se analisar os diferentes projetos políticos de Portugal que vinculam Portugal à OTAN e ao projeto de defesa do Atlântico Sul, e analisar se tais projetos se complementam de alguma forma e/ou se um prevalece sobre o outro. Para tanto, procede-se à metodologia hipotético-dedutiva, com técnica de documentação indireta, que abarca a pesquisa documental e bibliográfica. Desse modo, observa-se que a participação de Portugal na OTAN trouxe e continua trazendo vantagens para o país, que passou a ser visto como um coprodutor de segurança internacional. Afirma-se que a OTAN pode atuar também no Atlântico Sul. Observa-se também que apesar do fim formal do império colonial português, ainda mantêm-se relações de dependência entre Portugal e suas ex-colônias, por mais que Portugal defenda cooperação no âmbito da CPLP. Conclui-se que, devido à sua condição de pequena potência, Portugal não pode tomar decisão definitiva em favor de um projeto político que signifique a exclusão de uma rede de alianças. Assim, mantém as duas em virtude do seu interesse em conquistar mais poder.

Palavras-chave: Portugal. Atlântico Sul. Poder. OTAN. Colonialismo.

ABSTRACT

Portugal once was a colonial empire. It has a strong geographical and historical connection with the sea, mainly with the Atlantic Ocean. It is a member in international organizations such as the United Nations (UN), the North Atlantic Treaty Organization (NATO), the European Union (EU) and the Community of Portuguese Speaking Countries (CPLP). Nowadays it is considered a small power. Taking into account Portugal's attempt to project power in the South Atlantic, this dissertation's objective is to analyze the different Portuguese political projects that link Portugal to NATO and the South Atlantic defense project, and to analyze whether such political projects complement one another and/or if one prevails over the other. To do so, we proceed to the hypothetical-deductive methodology, using an indirect documentation technique, which encompasses documentary and bibliographic research. In this way, it can be observed that Portugal's participation in NATO has brought and continues to bring advantages to the country, which has come to be seen as a co-producer of international security. It is said that NATO can also act in the South Atlantic. It is also observed that despite the formal end of the Portuguese colonial empire, relations of dependence between Portugal and its former colonies are still maintained, even though Portugal advertises cooperation under CPLP's scope. It is concluded that, due to its small power status, Portugal cannot make a final decision in favor of a political project that means the exclusion of a network of alliances.

Keywords: Portugal. South Atlantic. Power. NATO. Colonialism.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Imagem 1 – Amazônia Azul	17
Imagem 2 – Oceano Atlântico Sul de acordo com a interpretação do Brasil	43
Imagem 3 – Localização do Cabo do Bojador	71
Imagem 4 – Proposta de Extensão da Plataforma Continental de Portugal submetida à Comissão de Limites da Plataforma Continental da ONU	78
Imagem 5 – Mapa Cor de Rosa	82
Imagem 6 – Exportação de bens de Portugal para Angola 1974-2017, em % do total	92
Imagem 7 – Exportação de bens para os PALOP 1974-2017, em milhões de euros	95

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AMAN	Academia Militar das Agulhas Negras
CEDN	Conceito Estratégico de Defesa Nacional
CEE	Comunidade Económica Europeia
CLPC	Comissão de Limites da Plataforma Continental
CNUDM	Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar
COMAR	Centro Operacional de Coordenação Marítima
CPLP	Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
CUF	Companhia União Fabril
DGT	Direção Geral do Território
EMEPC	Estrutura de Missão para a Extensão da Plataforma Continental
END	Estratégia Nacional de Defesa
ENM	Estratégia Nacional para o Mar
EUA	Estados Unidos da América
EXPO98	Exposição Internacional de Lisboa
FND	Força Nacional Destacada
GCC	Gabinete Coordenador para Cooperação
GoG	Gulf of Guinea
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IHO	International Hydrographic Organization
IILP	Instituto Internacional da Língua Portuguesa
INE	Instituto Nacional de Estatística
ITC	International Trade Centre
LBDN	Livro Branco de Defesa Nacional
MB	Marinha do Brasil
MDIC	Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços
NATO	North Atlantic Treaty Organization
NPEP	Novos Países de Expressão Portuguesa
ONU	Organização das Nações Unidas
OTAN	Organização do Tratado do Atlântico Norte
OUA	Organização da Unidade Africana

PALOP	Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa
PC	Plataforma Continental
PDN	Política de Defesa Nacional
PORDATA	Base de Dados Portugal Contemporâneo
PREC	Processo Revolucionário em Curso
RTP	Rádio e Televisão de Portugal
STANAVFORTLANT	Força Naval Permanente do Atlântico
UE	União Europeia
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
WUDO	Western Union Defence Organization
ZEE	Zona Económica Exclusiva
ZOPACAS	Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
I. O PÓS-COLONIALISMO, REVISÃO DA LITERATURA E DISCUSSÃO CONCEITUAL	21
1.1 AS RELAÇÕES INTERNACIONAIS COMO UMA DISCIPLINA DE ORIGEM ANGLO-SAXÃ.....	22
1.2 O PÓS-COLONIALISMO.....	27
1.3 REVISÃO DA LITERATURA.....	37
1.4 DISCUSSÃO CONCEITUAL.....	42
2. O PROJETO POLÍTICO PORTUGUÊS FAVORÁVEL À ORGANIZAÇÃO DO TRATADO DO ATLÂNTICO NORTE (OTAN).....	49
2.1 A ENTRADA DE PORTUGAL NA OTAN.....	49
2.2 A IMPORTÂNCIA DA OTAN PARA PORTUGAL E A RELAÇÃO ENTRE O PAÍS E A ALIANÇA.....	56
3. O PROJETO POLÍTICO PORTUGUÊS QUE PRIVILEGIA O ATLÂNTICO SUL.....	67
3.1 MARITIMIDADE DE PORTUGAL E LIGAÇÃO HISTÓRICA COM O OCEANO ATLÂNTICO.....	67
3.2 LIGAÇÃO HISTÓRICA COM EX-COLÔNIAS.....	79
3.3 MANUTENÇÃO DA RELAÇÃO DE PORTUGAL COM SUAS EX-COLÔNIAS.....	88
CONCLUSÃO.....	98
REFERÊNCIAS.....	102

INTRODUÇÃO

Portugal é um país marítimo. Sua geografia favorece esse contato com o oceano, uma vez que se localiza na ponta da Península Ibérica. Além disso, o único país com que faz fronteira é a Espanha. Sua ligação geográfica com a Europa, desta maneira, fica prejudicada. A área do território continental português é, segundo dados da Direção Geral do Território (DGT), de 89.102 km², o que o torna aproximadamente o 112º maior país do mundo¹ por extensão do território.

Historicamente, Portugal tende a ter uma relação próxima com o mar. Mesmo em períodos de afastamento, não abandonou o oceano de forma definitiva. A Era dos Descobrimentos foi inaugurada por Portugal, que alcançou territórios em diversos continentes, tornando-se um império ultramarino. Sua presença auxiliou a moldar a história dos países e dos povos que habitavam esses locais, e teve efeitos que reverberam até hoje.

A colonização é um processo de subjugação de povos que tem efeitos que perduram mesmo após a independência. A despeito de não mais existir vínculo formal entre metrópole e colônias, ainda permanecem relações de hierarquia e, portanto, de poder. Para entender a dinâmica das relações internacionais contemporâneas, é necessário recordar a história colonial que muitos países vivenciaram, de forma a tornar claras práticas neocoloniais.

A utilização da abordagem pós-colonial neste trabalho é um meio de explicar a tentativa portuguesa de projetar poder no Oceano Atlântico Sul. Portugal busca ter mais expressão no cenário internacional. Para tanto, argumenta, em seu Conceito Estratégico de Defesa Nacional (CEDN), que, por ter uma posição central no Atlântico, é um elo natural entre Europa, Estados Unidos e África. Hoje, é membro da União Europeia (UE), Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) e Organização das Nações Unidas (ONU). Porém, nem sempre foi assim.

Devido a sua condição de pequena potência, que goza de recursos e liberdade de ação limitados, Portugal não tem capacidade de garantir sua segurança e defesa sozinho. Portanto, precisa aliar-se a uma potência para este fim. Tradicionalmente, essa potência era a Inglaterra. Entretanto, no contexto da primeira metade do século XX, com o crescimento dos Estados Unidos da América como potência, tal país assumiu esse papel. Em 1949, Portugal entrou na OTAN a partir de um convite motivado pela posição geoestratégica do arquipélago dos Açores. Sua participação na OTAN trouxe avanços para o país nas mais diferentes esferas, no contexto

¹ Classificação feita pelo site eletrônico CIA Factbook. Disponível em: <<https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/po.html>>. Acesso em: 28 fev. 2018.

do Estado Novo (1933-1974) de Portugal. Após sua entrada na OTAN, Portugal passou a ser visto com mais confiança por outros Estados, passando a ser Estado membro da ONU e da Comunidade Econômica Europeia (CEE), posterior UE, podendo participar de fóruns de poder, mas sem tanto peso quanto outros Estados tidos como médias e grandes potências.

A atual política externa portuguesa, consubstanciada parcialmente no CEDN, advoga pela unidade estratégica do Oceano Atlântico. Ou seja, não mais existiria separação política entre Atlântico Norte e Atlântico Sul. Existiria um Atlântico único, no qual Portugal seria o elo entre os continentes banhados por esse oceano.

Portugal mantém um projeto político histórico que liga o país ao Atlântico Sul. Conforme mencionado, o país tem um território continental pequeno quando comparado a outros países, mas que o projeta para o mar. Assim, ao longo da história portuguesa, o mar foi visto como oportunidade de conquistas para o país, conquistas essas que levaram à formação do Império Colonial Português (1415-1975).

Durante o período monárquico, houve períodos de afastamento e reaproximação com o mar, de acordo com as inclinações do rei em poder no momento. No entanto, o país dependia dos lucros oriundos da exploração das colônias. O mar era o meio de contato com elas, portanto não podia ser deixado de lado completamente.

No período do Estado Novo, a exaltação ao mar era um projeto de Estado. Além de ser uma forma de enaltecer o passado marítimo português, o país ainda dependia do influxo de matérias-primas procedentes de suas colônias e do lucro da exportação de manufaturados para os territórios do ultramar. A Revolução dos Cravos marcou o fim do Estado Novo e Portugal começou a renunciar a posse de suas colônias. Em 1975, muitas declararam independência. O Brasil, conforme sabido, tornou-se independente em 1822.

Portugal passou a viver em um regime democrático, mas esta não foi a única mudança de relevância no país. À época, o mar passou a ser visto em associação com o regime ditatorial. A visão de desenvolvimento atrelou-se à imagem da Europa. Assim, em 1977, Portugal solicitou sua entrada na Comissão Econômica Europeia, e seu pedido foi atendido na década seguinte, em 1986. O país voltou-se então para o continente e à integração regional.

A retomada dos interesses de Portugal no mar ocorreu a partir da segunda metade da década de 1990. Portugal voltou a reconhecer no mar uma via de desenvolvimento e projeção de influência e poder. A retomada dos interesses portugueses no Atlântico veio acompanhada de políticas nacionais voltadas a uma maior presença no Atlântico Sul, como o Conceito Estratégico de Defesa Nacional (2003), a Estratégia Nacional para o Mar (2006-2016) e o documento de orientação estratégica da cooperação portuguesa (1999). Esses documentos já passaram por

atualizações. Vale ressaltar que a revisão do CEDN publicada em 2013 identifica o Atlântico como a terceira área geográfica de interesse estratégico português, instando pelo aprofundamento e consolidação das relações no âmbito da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP). As outras duas áreas geográficas de interesse estratégico português seriam a Europa, por causa da União Europeia, e a comunidade de segurança do Atlântico Norte, que o âmbito da unidade entre Europa, Estados Unidos e Canadá.

Importante ressaltar que o CEDN identifica que o conceito estratégico da OTAN, aprovado em 2010, trouxe novas exigências em termos da contribuição portuguesa para a garantia da segurança internacional. Além disso, Portugal sofreu com os reveses da crise internacional iniciada em 2008, o que afetou a defesa e segurança nacionais (PORTUGAL, 2013, p. 6). Acresce a isso o fato de que Portugal é pequena potência, sendo a participação na OTAN de vital importância para a garantia da segurança e defesa nacionais (PORTUGAL, 2013, p. 7). Dessa forma, Portugal vê na OTAN a possibilidade de desenvolver suas forças armadas e tornar-se um coprodutor de segurança internacional (PORTUGAL, 2013, p. 22).

O CEDN aponta o Oceano Atlântico como uma área geográfica de interesse estratégico relevante para o país, uma vez que a maioria dos países de língua portuguesa ali encontram-se (PORTUGAL, 2013, p. 20).

Portugal identificou a necessidade de investir ainda mais nas atividades marítimas de interesse do país. A Estratégia Nacional para o Mar (ENM) de 2006 e sua nova edição, que abrange o período de 2013 a 2020, são a materialização do interesse português em relação ao mar. A ENM de 2006 identificou que era necessário definir os mecanismos que possibilitassem melhor explorar os recursos disponíveis, conhecer o patrimônio marinho, recuperar e tornar economicamente viável de forma sustentável a exploração dos recursos naturais, e investir nas novas atividades marítimas em que Portugal possa se tornar competitivo (PORTUGAL, 2006, p. 8317).

O mesmo documento estabelece que a posição geoestratégica do espaço marítimo sob soberania ou jurisdição portuguesa traz consigo desafios e responsabilidades nas áreas da defesa nacional, segurança, imigração ilegal, poluição, navegação e salvaguarda da vida humana no mar. Por outro lado, similarmente traz um conjunto de oportunidades de desenvolvimento econômico e ligação entre as diversas regiões do território nacional de Portugal. Ademais, a ENM de 2006 postula que a conjuntura internacional exige de Portugal a definição de uma estratégia nacional para o mar, de modo que o país possa responder aos desafios internacional e promover os objetivos nacionais, com o objetivo de assumir o papel de país marítimo da Europa (PORTUGAL, 2006, p. 8319). Aqui se destaca a pretensão portuguesa de tornar-se o país

européu marítimo por excelência, algo que tem repercussões também fora do continente em questão, pois Portugal passaria a portar-se no mundo como tal.

Por fim, ainda a ENM de 2006 elenca, em seu capítulo quinto, *inter alia*, ações e medidas de política externa necessárias para o sucesso das atividades relacionadas à economia do oceano em Portugal. São elas: promover a centralidade atlântica de Portugal e as relações externas com outros continentes, principalmente as relações transatlânticas e as no âmbito da CPLP, de modo a afirmar Portugal como o país marítimo da Europa e defender os interesses nacionais portugueses em todos os *fora* internacionais de relevância (PORTUGAL, 2006, p. 8324). Pode-se inferir, portanto, que Portugal busca colocar-se como um país de importância no Oceano Atlântico. Ademais, ressalte-se que, por relações transatlânticas, pode-se entender que a ENM de 2006 refere-se aos Estados Unidos da América e, portanto, à OTAN. O documento também cita a CPLP, demonstrando as duas vertentes da política externa portuguesa, sob as quais o país oscila.

A revisão da ENM, publicada em 2013, reafirma a condição portuguesa de pequeno país, destacando a sua potencialidade geoestratégica, geopolítica e econômica, principalmente devido à sua dimensão marítima (PORTUGAL, 2013, p. 25). Além disso, o documento reitera o posicionamento geoestratégico ímpar de Portugal no Oceano Atlântico, o que confere ao país o status de eixo de ligação entre três continentes: Europa, África e América (PORTUGAL, 2013, p. 26). Aqui se destaca o trecho da ENM que afirma que com a execução do documento em questão, “Portugal quer voltar a assumir-se como um país marítimo por excelência, que vive com o mar, que traz o mar à Europa, e que volta a Europa para o mar”. Ainda de acordo com a ENM, Portugal seria a face atlântica da Europa e a ligação deste continente com os mares profundos. Portanto, caberia a Portugal assumir a iniciativa e liderar os processos europeus e internacionais concernentes à governação marítima, de modo a fomentar a economia e valorizar e preservar o seu maior patrimônio natural (PORTUGAL, 2013, p. 33).

Em relação à CPLP, a ENM afirma que Portugal deve contribuir no âmbito da CPLP para a produção de pensamento estratégico no que se refere à concertação de posições sobre as políticas marítimas globais (PORTUGAL, 2013, p. 42). Tal posição afirma o interesse português de ter um papel de dirigente em relação às ações no Oceano Atlântico, principalmente no Atlântico Sul. Como afirma Lima (2016, p. 22), o peso da história colonial ainda persiste no diálogo entre o Norte e o Sul, mesmo que as antigas colônias tenham percorrido um largo caminho de desenvolvimento nacional.

O mar foi o caminho utilizado por Portugal para chegar às suas colônias. Desde a independência delas e durante o período em que priorizou a aproximação com a Europa, Portugal ainda se preocupou em manter relacionamento com esses países agora independentes, por meio

de acordos de cooperação, por exemplo. Os fluxos de comércio entre a ex-metrópole e as ex-colônias nunca cessaram.

Apesar de terem transcorrido décadas desde a independência das ex-colônias portuguesas, grande parte das importações de algumas delas ainda vem de Portugal, o que demonstra a continuidade da relação de dependência com o país em questão.

A partir dos fatos delineados nesta introdução, pode-se perceber que hoje Portugal é considerado um país semiperiférico, ou uma pequena potência. Apesar disso, tem buscado ter mais influência na política internacional. Essa tentativa ocorre dentro dos âmbitos da OTAN e da CPLP, que teriam efeitos no Atlântico Sul, espaço de interesse estratégico brasileiro.

Da mesma forma que Portugal, o Brasil também mantém interesses no Atlântico Sul. O litoral brasileiro tem 7.491 km de extensão, o que o faz ter o décimo quinto maior litoral do mundo². A ligação com o mar remonta à época anterior à chegada dos portugueses no Brasil, em que as populações autóctones, como os Potiguaras, Tupinambás, Tabajaras, por exemplo, já habitavam o litoral do país. A colonização do Brasil começou pelo litoral, e a penetração rumo ao Oeste foi algo recente na história nacional, remontando, principalmente, ao período do Estado Novo (1937-1945). Desde essa época, pouco se modificou na distribuição populacional brasileira. Segundo dados do Atlas Geográfico das Zonas Costeiras e Oceânicas do Brasil, publicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2011, 24,6% da população nacional vive em áreas costeiras.

Outra questão de relevância diz respeito ao comércio exterior brasileiro. De acordo com dados do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC), em 2017, o valor total de exportações brasileiras alcançou a cifra de US\$ 217.739.177.077. Nesse mesmo período, as exportações por via marítima totalizaram US\$ 181.244.352.299, o que corresponde a 83,23% das exportações totais. Ainda segundo o MDIC, em 2017, as importações brasileiras alcançaram a cifra de US\$ 150.749.452.949, sendo que as importações por via marítima totalizaram US\$ 110.840.804.134, o que corresponde a 73,52% das importações totais. Portanto, pode-se perceber que o mar é a principal via do comércio exterior brasileiro.

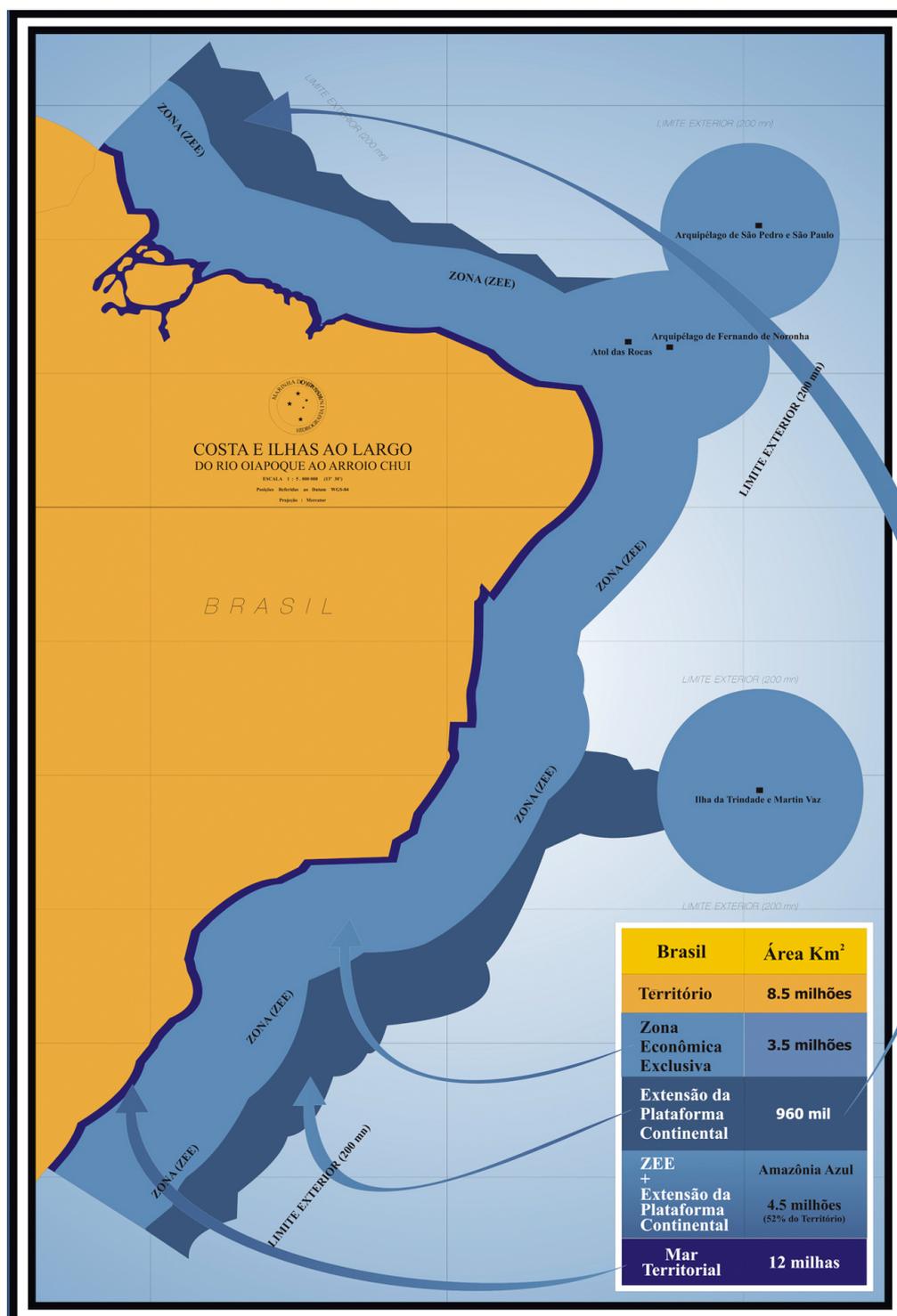
Além do âmbito comercial, o Brasil atribui importância ao Atlântico Sul por motivos estratégicos e econômicos. Desde o ano de 2005, a Marinha do Brasil (MB) tem utilizado o termo Amazônia Azul para caracterizar a área composta pela zona econômica exclusiva (ZEE) e pela plataforma continental do Brasil. Tal termo foi primeiro utilizado pelo então comandante da Marinha, Roberto de Guimarães Carvalho, em artigo de opinião ao jornal Folha de São Paulo.

² Classificação elaborada a partir de dados do sítio eletrônico da CIA Factbook. Disponível em: <<https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/fields/2060.html>>. Acesso em: 23 jan. 2017.

Ressalte-se que, segundo a CNUDM, a ZEE é uma zona situada além do mar territorial e é a este adjacente, podendo se estender até 200 milhas marítimas a partir da linha de base pela qual se calcula a largura do mar territorial. Além disso, na ZEE o Estado costeiro goza de (i) direitos de soberania para fins de exploração e aproveitamento, conservação e gestão dos recursos naturais, vivos ou não vivos das águas sobrejacentes ao leito do mar, do leito do mar e seu subsolo, e no que se refere a outras atividades com vista à exploração e aproveitamento da zona para fins econômicos, como a produção de energia a partir da água, das correntes e dos ventos; e (ii) jurisdição, conforme as disposições pertinentes da CNUDM, no que se refere à colocação e utilização de ilhas artificiais, instalações e estruturas; à investigação científica marinha; e à proteção e preservação do meio marinho (CNUDM, 1982, art. 56).

Segundo o sítio eletrônico da Marinha do Brasil³, a ZEE brasileira é uma área oceânica de aproximadamente 3,6 milhões de km² que, somados aos cerca de 900 mil km² de extensão reivindicados pelo Brasil junto à Comissão de Limites da Plataforma Continental (CLPC) da Organização das Nações Unidas (ONU), perfazem um total aproximado de 4,5 milhões de km². A Amazônia Azul é uma área de importância estratégica porque lá existem riquezas naturais de grande potencial econômico, assim como o é a Amazônia Verde. Destarte, a Marinha adotou tal conceito como uma forma de auxiliar na construção da mentalidade marítima nacional.

³ Informações retiradas do sítio eletrônico da Marinha do Brasil. Disponível em: <<https://www.marinha.mil.br/content/amazonia-azul-0>>. Acesso em: 22 dez. 2016.

Imagem 1: Amazônia Azul⁴

O interesse brasileiro no Atlântico Sul foi institucionalizado ainda antes, quando da publicação dos documentos nacionais defesa. Aqui, parte-se da Política de Defesa Nacional (PDN) de 1996, que inclui o Atlântico Sul dentro do espaço regional brasileiro. Ademais,

⁴ Imagem retirada do sítio eletrônico da Marinha do Brasil. Disponível em: <http://www.mar.mil.br/hotsites/sala_imprensa/html/amazul.html>. Acesso em: 25 jan. 2016.

identifica a necessidade do aprofundamento na cooperação com a CPLP e da consolidação da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS) (BRASIL, 1996, p. 5-6).

Já no ano de 2005, foi publicada uma nova versão da PDN. A PDN afirma-se como o documento condicionante de mais alto nível do planejamento de defesa, cuja finalidade é estabelecer objetivos e diretrizes para o preparo e o emprego da capacitação nacional, com o envolvimento dos setores militar e civil, em todas as esferas do Poder Nacional (BRASIL, 2005, p. 1). Essa atualização da PDN situa o subcontinente da América do Sul como o ambiente regional no qual o Brasil insere-se. Assim, com fins de cooperação, o Brasil tem um entorno estratégico que extrapola a América do Sul e inclui a projeção pela fronteira do Atlântico Sul e os países limítrofes da África. Cita-se novamente a necessidade de consolidação da ZOPACAS (BRASIL, 2005, p. 3).

O documento em questão atesta que o planejamento de defesa nacional prioriza a Amazônia e o Atlântico Sul, devido à riqueza de recursos e à vulnerabilidade de acesso pelas fronteiras terrestre e marítima. Assevera que a natural vocação marítima brasileira é respaldada pelo extenso litoral e pela importância estratégica do Atlântico Sul (Brasil, 2005, p. 3). Sugere, ainda, que é preciso que o Brasil tenha meios com capacidade de exercer a vigilância e a defesa das águas jurisdicionais brasileiras, assim como manter a segurança das linhas de comunicação marítimas no Atlântico Sul (BRASIL, 2005, p. 6). No que se refere à CPLP, a PDN insta pela intensificação da cooperação com tal grupo (BRASIL, 2005, p. 4).

Em 2008, foi publicada a primeira versão da Estratégia Nacional de Defesa (END). Este documento sustenta que as preocupações mais agudas de defesa do Brasil encontram-se no Norte, no Oeste e no Atlântico Sul (BRASIL, 2008, p. 4). Por tal motivo, faz-se necessária a articulação das Forças Armadas brasileiras, de modo a lidar com as exigências do ambiente operacional do Atlântico Sul (BRASIL, 2008, p. 18). Além disso, roga pelo aumento da presença militar na região (BRASIL, 2008, p. 20). Por fim, a END insta que o Ministério da Defesa e as Forças Armadas intensifiquem as parcerias estratégicas nas áreas cibernética, espacial e nuclear e o intercâmbio militar com as Forças Armadas das nações amigas do entorno estratégico brasileiro e da CPLP (BRASIL, 2008, p. 28).

Houve, em 2012, a revisão da Política Nacional de Defesa e da Estratégia Nacional de Defesa. A PND novamente coloca o Atlântico Sul como parte do entorno estratégico brasileiro e cita a necessidade de consolidação da ZOPACAS (BRASIL, 2012, p. 21). Mais uma vez, afirma que o planejamento de defesa deve priorizar o Atlântico Sul (BRASIL, 2012, p. 23). A PND sustenta que o Brasil deve manter a segurança das linhas de comunicações marítimas e das linhas de navegação aérea, especialmente aquelas do Atlântico Sul (Brasil, 2012, p. 31). Por fim, a

PND assevera que o Brasil atribui prioridade aos países da América do Sul e da África, em especial aos da África Ocidental e aos de língua portuguesa, buscando aprofundar seus laços com esses países (BRASIL, 2012, p. 25)

A END de 2012 retoma a afirmação de que as preocupações mais agudas de defesa encontram-se no Norte, no Oeste e no Atlântico Sul (BRASIL, 2012, p. 52). Novamente afirma a necessidade de articulação das Forças Armadas, de modo que sejam capazes de atuar no ambiente operacional do Atlântico Sul (BRASIL, 2012, p. 116). Reitera a imprescindibilidade das parcerias estratégicas entre o Ministério da Defesa e as Forças Armadas brasileiras com as Forças Armadas das nações amigas, principalmente aquelas dos países limítrofes ao Atlântico Sul (BRASIL, 2012, p. 137). Por fim, insta pelo incremento na interação inter-regional no âmbito da CPLP (BRASIL, 2012, p. 138). Vale citar, ainda, o Livro Branco de Defesa Nacional (LBDN), publicado em 2012. Por ser um documento voltado à sociedade, o LBDN condensa as diretrizes estabelecidas nos outros documentos de defesa aqui supracitados.

Levando em consideração os assuntos apresentados nesta introdução, pode-se aferir que o Atlântico Sul é uma região alvo de interesses de diversos países, com destaque para Brasil e Portugal. No caso português, o país mantém dois projetos políticos em relação ao Atlântico Sul: um que prioriza sua participação na OTAN, e outro que prioriza sua presença no Atlântico Sul.

Dessa forma, portanto, o objetivo geral do trabalho é analisar os diferentes projetos políticos de Portugal em relação ao Atlântico Sul. Os objetivos específicos são três, a saber: (i) analisar o projeto político que vincula Portugal à OTAN; (ii) analisar o projeto político que vincula Portugal ao projeto de defesa do Atlântico Sul pelos países que, como o Brasil, são banhados por essa parte do Oceano Atlântico; e (iii) analisar se tais projetos se complementam de alguma forma e/ou se um prevalece sobre o outro.

A relevância do trabalho repousa na necessidade de compreender a tentativa portuguesa de projetar poder no Atlântico Sul, o que pode vir de encontro aos interesses brasileiros na região. Deve-se estudar o tema porque se vive em um contexto no qual Portugal e outros países extra-regionais buscam ter influência no Atlântico Sul. Assim, faz-se necessário analisar as tentativas portuguesas de ter maior influência na região e como os diferentes projetos desse país afetam tais tentativas. De forma complementar, faz-se necessário analisar se os interesses e ações de Portugal afetam a estratégia brasileira em relação ao Atlântico Sul.

A hipótese do trabalho é que, em virtude de sua condição de pequena potência, Portugal busca assegurar reconhecida presença no Atlântico Sul, sem adotar posição definitiva que implique em rejeição ou exclusão de uma das duas redes de alianças. O método de abordagem será o hipotético-dedutivo, com técnica de documentação indireta, que abarca a pesquisa

documental e bibliográfica. Dessa forma, serão utilizados livros, artigos, documentos oficiais e outras fontes que deem subsídio à pesquisa. A interpretação dos fatos pesquisados na dissertação deve ocorrer a partir de uma abordagem teórica, a qual será o pós-colonialismo, que será explicada no próximo capítulo.

O trabalho será dividido da forma explicada a seguir. No capítulo um, serão abordadas a teoria de base – o pós-colonialismo, a revisão da literatura e a discussão dos principais conceitos. Na primeira seção, será discutido como a disciplina de Relações Internacionais tem origem e desenvolvimento a partir de uma visão dos países do norte. A segunda seção tratará da teoria de base da dissertação, o pós-colonialismo. A seção seguinte abordará a revisão da literatura, demonstrando que Portugal mantém dois principais discursos contraditórios em relação ao Atlântico Sul: um que reconhece a unicidade do Oceano Atlântico perante a OTAN e outro que reconhece a existência de um Atlântico Sul, no âmbito da CPLP. Por fim, a última seção do capítulo um será dedicada à explicação e discussão dos principais conceitos utilizados no trabalho.

O capítulo dois versará sobre o projeto político português que é favorável à Organização do Tratado do Atlântico Norte. A primeira seção deste capítulo será dedicada à discussão das circunstâncias da entrada de Portugal na organização em estudo. A segunda seção, por sua vez, será dedicada à análise da importância da OTAN para Portugal e a relação entre o país e a organização.

O capítulo três abordará o projeto político de Portugal que privilegia o projeto de defesa do Atlântico Sul. Dessa forma, sua primeira seção debaterá a maritimidade de Portugal e sua ligação histórica com o Oceano Atlântico. A segunda seção abordará a ligação histórica de Portugal com suas ex-colônias. Por fim, a terceira seção do capítulo tratará da manutenção da relação de Portugal com suas ex-colônias.

Ao fim da dissertação, há uma conclusão. Assim, espera-se ao final da análise precedente ser possível a confirmação (ou refutação) da hipótese proposta.

I. O PÓS-COLONIALISMO, REVISÃO DA LITERATURA E DISCUSSÃO CONCEITUAL

Neste capítulo, pretende-se expor que Relações Internacionais é uma disciplina de origem e desenvolvimento anglo-saxão. Por isso, seus paradigmas e conceitos são elaborados de acordo com a realidade e os interesses dos países do Norte. Levando-se em consideração o tema desta dissertação, e também o fato de ela ser pensada numa perspectiva brasileira, recorreremos ao pós-colonialismo como teoria de base. Far-se-á uma explanação do surgimento e desenvolvimento da disciplina de Relações Internacionais, com o intuito de contrastar as correntes de pensamento tradicionais ao pós-colonialismo, teoria aqui utilizada.

Busca-se demonstrar que Portugal desenvolve diferentes projetos políticos para o Atlântico Sul. Por um lado, alinhando-se com a posição da OTAN, afirma a unidade do Oceano Atlântico; por outro, em consonância com o Brasil e os demais países-membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), assume o conceito de Atlântico Sul.

Para se entender essa ambivalência política de Portugal, argumenta-se que Portugal é uma pequena potência e um país semiperiférico. Tais conceitos serão discutidos de forma mais aprofundada na seção destinada à discussão conceitual. Sinteticamente, pequenas potências costumam comportar-se de maneira dependente, não têm poder para projetar-se em escala global e, portanto, buscam engajar-se com outros atores. É semiperiférico porque não alcança o nível de desenvolvimento dos países centrais, como França, Alemanha, e Estados Unidos, por exemplo, apesar de ter sido, outrora, um império colonial. Ao mesmo tempo, tem um maior nível de desenvolvimento que algumas de suas ex-colônias e outros países da periferia. Ou seja, não pertence nem aos países centrais, nem à periferia, e por isso caracteriza-se como um país semiperiférico.

Como tal, para enfrentar as contradições próprias de sua condição, Portugal não adota de modo definitivo qualquer posição excludente. Assim sendo, por meio do enfoque pós-colonialista, objetiva-se evidenciar que Portugal emprega mecanismos neocolonialistas em seu relacionamento com as ex-colônias africanas, ao mesmo tempo em que se coloca em posição subalterna em face das grandes potências.

Far-se-á uma revisão da literatura, para mostrar que Portugal tem uma importante relação histórica com o Atlântico Sul. Atualmente, Portugal é uma pequena potência e um país semiperiférico. Seu grande império marítimo deixou de existir já faz algum tempo, mas sua relação com os países africanos da CPLP ainda conserva traços de hierarquia e dependência, principalmente na esfera econômica. Tal proeminência econômica vem sendo ameaçada pela

crescente e ininterrupta participação chinesa na economia dos países africanos da CPLP, porém Portugal ainda figura como um dos principais parceiros comerciais desses países. Para fazer frente a essa forte presença chinesa, Portugal tem se empenhado em manter sua influência de diferentes maneiras.

A condição de Estado-membro da OTAN proporciona prestígio internacional, o que possibilita a Portugal agir mais incisivamente junto aos países africanos, investindo-se do status de líder desses países.

Por fim, discutir-se-á os conceitos-chave usados neste trabalho, de modo a tornar clara a adequação dos conceitos às realidades que se propõe analisar.

1.1 AS RELAÇÕES INTERNACIONAIS COMO UMA DISCIPLINA DE ORIGEM ANGLO-SAXÃ

Segundo Waltz (1979, p. 72), a teoria da política internacional é escrita nos termos das grandes potências de uma era. A criação da disciplina Relações Internacionais tem raízes nos Estados Unidos da América (EUA). De acordo com Hoffmann (1977, p. 42), a política externa era tratada de forma isolada da política doméstica na Europa. Foi nos Estados Unidos da América que houve a submissão da política externa à política doméstica.

O crescimento e desenvolvimento da disciplina não podem ser analisados separadamente do papel desempenhado pelos EUA na política internacional após 1945. Os EUA emergiram da Segunda Guerra como a superpotência em termos econômicos, nucleares e militares. Estudar a política externa dos EUA era estudar o sistema internacional, e estudar o sistema internacional era estudar o papel dos EUA no mundo (HOFFMANN, 1977, p. 47).

Na Inglaterra, houve o esforço pioneiro no entendimento da política mundial, com o livro *Vinte Anos de Crise* (1939), por parte de Edward Carr. Dois livros inauguraram a abordagem realista de Carr nos EUA. O primeiro deles foi o livro *America's Strategy in World Politics* (1942), de Nicholas Spykman, e o segundo foi o *Politics Among Nations* (1948), de Hans Morgenthau (HOFFMANN, 1977, p. 43-44).

Morgenthau é considerado o pai fundador da disciplina de Relações Internacionais. Este autor propôs um modelo realista de relações interestatais a partir da identificação de regularidades no comportamento estatal, com base em conceitos como poder e interesse nacional. (HOFFMANN, 1977, p. 44-45).

Gonçalves e Monteiro (2015, p. 56-57) afirmam que no contexto de um mundo dividido em Estados-nação, o vínculo nacional do acadêmico constitui-se como um fator condicionante de seu trabalho. Levando em consideração que a disciplina de Relações Internacionais nasceu e foi desenvolvida nos EUA com vistas a servir como insumo à política externa desse país, o vínculo do acadêmico com os EUA já demonstra a orientação da disciplina. Hoje, as relações internacionais são costumeiramente analisadas a partir das teorias elaboradas pelos estudiosos estadunidenses, que são as teorias tradicionais.

Três são os paradigmas que estruturaram a disciplina de Relações Internacionais na academia anglo-saxã. O primeiro deles é o idealismo, sob o qual a disciplina se edificou. A teoria política de John Locke e a teoria da paz perpétua de Immanuel Kant constituem a base filosófica do idealismo. Assim, o idealismo prega que mesmo que os Estados vivam em situação de anarquia no meio internacional, há a possibilidade de firmar acordos e instituições que reduzam o conflito entre eles (GONÇALVES; MONTEIRO, 2015, p. 61).

O segundo paradigma é, de acordo com Gonçalves e Monteiro (2015, p. 61-62), o realismo, paradigma a partir do qual a disciplina se consolidou. A base filosófica dessa abordagem é constituída pela teoria política de Thomas Hobbes, que postula que os Estados vivem em estado de natureza anárquico no meio internacional e, portanto, em situação de permanente insegurança. Uma vez que não existe governo mundial ao qual podem entregar seu poder, o que representaria perda do seu estatuto de soberanos, os Estados buscam aumentar seu poder de modo a desencorajar quaisquer atos hostis da parte dos demais Estados.

Segundo a visão realista, o poder tem relação com os interesses. Pode-se estimar o poder de um Estado a partir de suas esferas econômica, populacional, territorial e militar. O poder é linear na medida em que afeta o comportamento e as relações interestatais. Considerando que o poder é diretamente relacionado às capacidades e recursos, grandes potências são capazes de exercer domínio sobre outros países menos poderosos. Assim, por causa da instabilidade crônica e da falta de vantagens no que se refere aos recursos de poder, os países periféricos assumem um papel de menor importância no meio internacional (DARBY; PAOLINI, 1994, p. 385-386). Observando Portugal de acordo com o ponto de vista da teoria realista, Portugal ocuparia uma posição semiperiférica no sistema internacional, uma vez que seu poder não se equipara com os das grandes potências, mas é um país mais poderoso que os da periferia.

O terceiro paradigma é o neorealismo. Este paradigma baseia-se em trabalho de Jean-Jacques Rousseau, que julgava que a anarquia do meio internacional tornava a não ocorrência de guerras algo impossível. O livro mais marcante sobre o neorealismo intitula-se Teoria da

Política Internacional, e foi publicado por Kenneth Waltz em 1979 (GONÇALVES; MONTEIRO, 2015, p. 62).

As teorias de Relações Internacionais que não se encaixam dentro das teorias clássicas são vistas como pós-modernas. Duas principais teorias vistas como tal são a teoria crítica e a teoria construtivista (GONÇALVES; MONTEIRO, 2015, p. 63). Fato é que as teorias clássicas e as tidas como pós-modernas nasceram e se desenvolveram a partir da visão do mundo desenvolvido. Mesmo que os anglo-saxões se diferenciem entre liberais, realistas e neorrealistas, na realidade existe somente o paradigma da teoria contratualista. Afirmar que existe diferenciação de paradigmas entre tais teorias cria quatro efeitos: (i) restrição das possibilidades teóricas de análise das relações internacionais; (ii) imposição do que é observado como objeto relevante de pesquisa a partir de tais teorias; (iii) imposição da ideia de que o meio internacional é um lugar onde a cooperação não ocorre, somente a dominação; e (iv) percepção de outras abordagens teóricas não tradicionais das relações internacionais como exóticas e heterodoxas (GONÇALVES e MONTEIRO, 2015, p. 66-68).

Darby e Paolini (1994, p. 373) argumentam nesse mesmo sentido. Segundo eles, as Relações Internacionais têm sido tão fechadas em si mesmas porque a teoria realista determinou os parâmetros de estudo da disciplina. Ao consolidar a ideia da natureza anárquica das relações estatais como a característica determinante da política mundial, o realismo teve êxito ao delimitar a forma e conteúdo da disciplina. Dessa forma, os conceitos-chave da teoria realista, como Estado e poder, dominaram a agenda das Relações Internacionais.

Quando houve a expansão dos estudos da disciplina de Relações Internacionais para os países periféricos, poucas modificações ocorreram face às novas circunstâncias. A preocupação central da disciplina continuou sendo as grandes potências e o balanço de poder global, fatores que foram incluídos nas Liga das Nações e na Organização das Nações Unidas.

Assim, as Relações Internacionais foram e são o discurso daqueles países que detêm poder, e o desenvolvimento da disciplina esteve ligado ao local em que as principais decisões foram tomadas, tanto em termos de Estados quanto em termos de áreas de estudos especializados (DARBY; PAOLINI, 1994, p. 392).

Apesar de ter se desenvolvido majoritariamente nos EUA, a disciplina de Relações Internacionais busca inspiração na política europeia. Kayaoglu (2010, p. 193-194) afirma que a centralidade da Paz de Vestfália (1648) é um tema habitual quando se trata da evolução e estrutura do sistema internacional na disciplina de Relações Internacionais. Os tratados de Münster e Osnabrück teriam instituído os princípios da soberania e secularismo, permitindo que os Estados gozassem do monopólio do uso da força dentro de seus territórios e controlassem os

instrumentos de política externa, como a diplomacia e a guerra. Argumenta-se que os princípios e instituições criados por Vestfália foram responsáveis pela transformação da Europa em uma sociedade de Estados. Uma vez que tal sociedade de Estados se consolidou, a colonização europeia deu início à expansão deste modelo para o resto do mundo, mas com algumas diferenças, dado que os Estados europeus reivindicavam jurisdição extraterritorial sobre países não europeus, o que perdura, ocasionalmente, até hoje.

Foi desenvolvido o argumento de que a Paz de Vestfália estabeleceu um sistema descentralizado de Estados soberanos e independentes, fato que distinguia a política da Europa medieval da política da Europa moderna (KAYAOGLU, 2010, p. 198). A vertente teórica que mais promoveu a narrativa vestfaliana foi a Escola Inglesa. Tal narrativa nutre a perspectiva de que o desenvolvimento europeu é notável. O efeito que daí decorre é uma idealização da ordem europeia e ocidental, colocando seus ideais em destaque na academia de Relações Internacionais. Dessa forma, cria-se uma hierarquia normativa em que os países centrais produzem as normas, princípios e instituições da sociedade internacional, e os países periféricos carecem de tais normas, princípios e instituições até que os países centrais os socializem no meio internacional. Ou seja, segundo a narrativa vestfaliana, as sociedades não europeias viviam em desordem política e intolerância religiosa enquanto não adotassem o modelo do Estado-nação. Tais sociedades só teriam sido admitidas à sociedade internacional quando tivessem cumprido os requisitos básicos civilizatórios. A ideia de que as sociedades europeias eram mais avançadas do que as sociedades não europeias auxiliaram a justificar a coerção das primeiras em relação às segundas (KAYAOGLU, 2010, 194-195).

Vale ressaltar que o conceito de sociedade internacional é tal como compreendido por Hedley Bull, expoente da Escola Inglesa. Segundo esse autor, existe diferença entre os conceitos de sistema internacional e sociedade internacional. Um sistema internacional é formado quando dois ou mais Estados mantêm contato regular entre si e têm impacto suficiente sobre as decisões uns dos outros, fazendo com que se comportem como partes de um todo (BULL, 1977, p. 9).

A sociedade internacional existe, por sua vez, quando um grupo de Estados, consciente de certos interesses e valores comuns, forma uma sociedade no sentido de que se concebem vinculados por um conjunto comum de regras em suas relações mútuas e participam do funcionamento de instituições comuns. A existência de uma sociedade internacional pressupõe a existência de um sistema internacional, porém pode haver um sistema internacional sem que exista uma sociedade internacional (BULL, 1977, p. 13).

Bull argumenta que a Paz de Vestfália não marcou o nascimento do sistema internacional moderno que, segundo ele, data do fim do século XV, nem a emergência de um sistema de

Estados-nação, o que teria ocorrido ao fim do século XVIII. A Paz de Vestfália marcou a emergência de uma sociedade internacional, a aceitação pelos Estados de normas e instituições que os vinculam nas suas relações mútuas e o interesse comum na manutenção de tais regras e instituições (BULL, 1992, p. 75-76).

Durante o século XIX, a lei internacional era significativa para a dominação europeia, visto que justificava a dominação normativa das sociedades da Europa sobre as sociedades não europeias. Assim sendo, quando surgia algum problema em áreas fora da Europa, a expansão da ordem europeia era vista como adequada e necessária para a resolução de tal problema. A percebida superioridade europeia baseou-se na capacidade e na vontade europeias de expandir-se por meio do colonialismo. O argumento era de que a expansão colonial ocidental foi a expansão da sociedade internacional, mas este foi um processo civilizatório no qual os princípios europeus de tolerância política e religiosa foram ignorados (KAYAOGLU, 2010, p. 203).

Pourmokhtari (2013, p. 1777) argumenta neste mesmo sentido. Segundo ele, no século XIX o direito internacional preocupava-se em estabelecer uma ordem jurídica universal com base na noção vestfaliana de soberania estatal. No contexto do colonialismo, o conceito de soberania, juntamente com o direito internacional que lhe estava subjacente, só era aplicado aos Estados europeus, que representavam a comunidade civilizada das nações. Os Estados colonizados eram vistos como capazes de exercer a soberania apenas em sentido parcial.

A primeira geração de acadêmicos da Escola Inglesa desenvolveu seus estudos a partir do ímpeto da descolonização, com vistas a sustentar a ordem internacional criada pelo imperialismo europeu no mundo pós-colonial. O motivo foi que levantes não ocidentais poderiam desafiar ainda mais a dominação e os valores ocidentais. A noção de sociedade internacional foi assegurada na história e nos valores europeus. Isso levava a crer que quaisquer desacordos com o Ocidente seriam potencialmente revoltas contra seus valores, o que poderia dismantlar os alicerces da sociedade internacional (KAYAOGLU, 2010, p. 206).

A narrativa vestfaliana traz quatro problemas à disciplina de Relações Internacionais. O primeiro deles é que distorce o entendimento da emergência do sistema internacional moderno. O segundo é que leva a análises equivocadas de aspectos das relações internacionais contemporâneas. O terceiro problema é que dificulta a teorização sobre questões intercivilizacionais e relações inter-regionais. Por fim, prejudica o pluralismo em um mundo cada vez mais globalizado (KAYAOGLU, 2010, p. 195).

O construtivismo faz parte da abordagem crítica das Relações Internacionais. Os construtivistas rejeitam as estruturas internacionais e os interesses do Estado como fatos objetivos. Acreditam que as estruturas internacionais, a identidade estatal e os interesses são

construídos a partir da interação dos vários atores estatais e não estatais existentes. Tais interações são reflexo da visão de mundo e ideias compartilhadas entre os atores e do contexto ideacional que torna essas interações possíveis. Normas internacionais como a soberania, secularismo e direitos humanos emergem do núcleo europeu gerador de normas, e então são difundidas na periferia não europeia. Os Estados centrais utilizam uma variedade de meios (socialização, vergonha, persuasão, coerção) para induzir Estados não ocidentais a seguir identidades, ideias e normas ocidentais (KAYAOGLU, 2010, p. 209).

Nas últimas décadas, contudo, surgiram críticas às premissas epistemológicas da disciplina. Isso ocorreu por causa da maneira como as Relações Internacionais como disciplina foram construídas (DARBY; PAOLINI, 1994, p. 374). Enquanto as Relações Internacionais são relacionadas às pioneiras produções de conhecimento, o pós-colonialismo representa novas formas de produção do saber (DARBY; PAOLINI, 1994, p. 392).

A desconstrução das teorias tradicionais de Relações Internacionais revela que a África também ocupa uma posição central, mas problemática. O continente figura como a contrapartida necessária que completa as teorias dominantes. A África é a periferia do centro. É nela que atuam as grandes potências. A África é o outro necessário para a construção de um ser ocidental. Entretanto, este ser ocidental continua a ser o autor e a autoridade nas Relações Internacionais (DUNN, 2001, p. 3). Daí emerge a questão: as relações internacionais envolvem diversos atores, porém a disciplina prescinde a participação ativa de atores que são tidos como menos poderosos.

1.2 O PÓS-COLONIALISMO

Segundo Gonçalves e Monteiro (2015, p. 55), a existência da teoria tem como fim gerar o conhecimento dos fenômenos. A teoria é um meio pelo qual se pode conhecer a realidade. Daí decorre a importância da teoria para a ciência: o conhecimento válido da realidade ocorre por meio da teoria. Darby e Paolini (1994, p. 371-372) argumentam que, em tempos de grande especialização nas humanidades com a proliferação de novos estudos, novos discursos precisam ser posicionados em relação aos discursos tradicionais. Assim, aqui se utilizará o pós-colonialismo.

Há de se considerar que a expansão imperialista europeia durante o século XIX não suscitou tanto interesse da comunidade acadêmica das Relações Internacionais, e tal negligência deixou marcas no desenvolvimento e temas da disciplina. O imperialismo é encarado como uma forma de aumento de poder e, por vezes, pondera-se a respeito de suas raízes econômicas.

Contudo, a relação entre poder e economia não é muito explorada. A razão para tal é que Ásia, África e outros territórios não europeus eram vistos como não pertencentes ao mundo civilizado. Assim, as relações internacionais ocorriam somente entre os países do mundo civilizado. As relações imperiais não eram consideradas relações internacionais, não sendo, portanto, de interesse da disciplina. Os processos que determinaram o futuro de povos e Estados e que afetaram também a Europa não eram analisados nas Relações Internacionais (DARBY; PAOLINI, 1994, p. 379-380).

Ao contrário das Relações Internacionais como disciplina “fechada”, o pós-colonialismo busca ser aberto. Essa teoria abarca diversas disciplinas e preocupações. Teve como origem o estudo da ficção de países que outrora foram colônias e a tentativa de distinguir pontos comuns no conteúdo e na forma. Inicialmente, os escritos discorriam sobre problemas dentro da Commonwealth, mas logo se expandiram para o restante dos países periféricos. Tem como foco as relações de dominação e resistência e o efeito disso na identidade dos países e indivíduos no, durante e além do encontro colonial. Vale ressaltar que o prefixo “pós” refere-se ao fato de que os problemas existentes na relação colonizador-colonizado persistem mesmo depois do fim do colonialismo e são relevantes para o processo de autoconhecimento dos países periféricos (DARBY; PAOLINI, 1994, p. 374-375).

Nesse sentido, a partir da teoria pós-colonialista pode-se observar que é disfuncional que um grupo de perspectivas, vontades, valores e interesses eurocêntricos permaneçam hegemônicos na política global. A importância da utilização do pós-colonialismo deriva do fato de que as experiências dos povos colonizados diferenciam-se daquelas dos colonizadores (GROVOGUI, 2013, p. 256).

Segundo Grovogui (2013, p. 248), o pós-colonialismo aspira participar na criação de verdades, com base em modos distintos de significação e formas de conhecimento ou representação que promovam a justiça, a paz e o pluralismo político. Para tanto, contesta visões racionalistas, humanistas e universalistas, especialmente quando afirmam que a Europa possui formas mais refinadas de razão, moral e lei. O pós-colonialismo rejeita o "essencialismo nativo", ou a seja, a ideia de que os nativos possuíam características essenciais e atemporais, uma vez que tal premissa foi utilizada pelas potências ocidentais e pelas elites pós-coloniais com o propósito de aquisição e retenção de poder.

O pós-colonialismo é um conceito dialético que marca os amplos fatos históricos da descolonização que determinaram a conquista da soberania, mas também a realidade nas nações e povos que emergiram em um novo contexto imperialista de dominação econômica e, por vezes, política (YOUNG, 2001, p. 57).

Para Krishna (2009, p. 3), o pós-colonialismo pode ser entendido como a perspectiva daqueles que acreditam que é possível compreender o mundo de hoje por meio da história do colonialismo através dos últimos cinco séculos. O desenvolvimento capitalista e a conquista ou dominação colonial são processos históricos contemporâneos que estavam e estão intimamente relacionados.

Para Santos (2010, p. 227-228), o pós-colonialismo é um conjunto de correntes teóricas e analíticas que nasceram nos estudos culturais, mas que atualmente encontra-se presente em todas as ciências sociais. Tais correntes compartilham uma importante característica: privilegiam, no seu entendimento do mundo contemporâneo e no nível político e teórico, as relações desiguais entre o Norte e o Sul. Essas relações foram historicamente constituídas pelo colonialismo, e o fim do colonialismo como uma relação política não trouxe consigo o fim do colonialismo como uma relação social. A perspectiva pós-colonial traz a ideia de que as estruturas de poder e conhecimento são mais visíveis a partir das margens do sistema.

Darby e Paolini (1994, p. 384) argumentam que existe um forte contraste entre as Relações Internacionais e o pós-colonialismo. Tal diferença decorre do fato da disciplina tradicional pouco considerar o fator cultural em suas análises, ao passo que o pós-colonialismo o exalta. A cultura era compreendida a partir do choque de valores causado pelo encontro colonial. Quando o pós-colonialismo focou-se mais em questões de dominação e resistência entre o Norte e o Sul, a cultura passou a ser vista como o pivô a partir do qual uma identidade pós-colonial emergente se desenvolve.

Como afirmado acima, um aspecto importante do pós-colonialismo tem relação com a dominação cultural, tendo em vista que as nações economicamente desenvolvidas e dominantes estabelecem padrões e constituem o modelo pelo qual os outros são avaliados. A dominação do Ocidente sobre o mundo nos domínios da produção e cultura do conhecimento, ou eurocentrismo, é um legado duradouro do colonialismo, e o pós-colonialismo argumenta que a inversão da dominação econômica está ligada à descolonização cultural (KRISHNA, 2009, p. 4).

No realismo, a busca pelo poder é vista como algo claro, coerente e lógico, sendo relacionada ao Estado. Contudo, as análises feitas a partir desta teoria não capturam completamente a complicada natureza das relações de poder. No pós-colonialismo, as noções de interesse nacional, capacidades e poder estatal são relegadas a um segundo plano. Os conceitos de referência do pós-colonialismo são os de poder como representação e como conhecimento. Ou seja, o foco não está nos aspectos ou propriedades do poder, e sim como ele permite e é habilitado pelo controle sobre ideias, informações e comunicações. A habilidade de interpretar e

representar fenômenos dentro da estrutura ocidental de compreensão e de interesses é a forma última de expressão do poder (DARBY; PAOLINI, 1994, p. 386-387).

Nesse sentido, o pós-colonialismo nota que o conhecimento, ou o que é tido como tal, pode não ser um relato total dos acontecimentos. As lacunas entre o que se diz ter acontecido e o que realmente aconteceu podem ser entendidas a partir da análise de como as estruturas imperiais e coloniais moldaram as instituições, incluindo aí a pesquisa acadêmica. O pós-colonialismo contesta a validade de ideias e lugares-comuns que figuram em meio a discursos públicos e acadêmicos sobre a expansão colonial, pois incluem noções que foram outrora utilizadas como justificativas para o imperialismo. A teoria em questão igualmente questiona a utilização de conceitos ocidentais como o racionalismo e humanismo como sendo suficientes para as críticas ao imperialismo e colonialismo. Apesar disso, o pós-colonialismo adota a razão, o universalismo e o pragmatismo, expandindo seus significados e permanecendo cético em relação às narrativas institucionais que mantêm sua objetividade ou neutralidade (GROVOGUI, 2013, p. 249-252).

O pós-colonialismo pode ser visto como um discurso crítico sobre a modernidade, que seria uma faceta do imperialismo europeu e seus sucessores, o neocolonialismo e a globalização. Os efeitos adversos da modernidade são apresentados como uma justificativa para as doutrinas de resistência dos países que foram colônias. Assim, dentro da teoria pós-colonial, é preciso considerar as diferenças entre o Estado e nação, porque o Estado-nação foi um modelo transplantado da Europa e aplicado na África. O pós-colonialismo não reconhece uma categoria geral que enquadre a unidade governamental e o senso de pertencimento nacional, rejeitando um dos conceitos fundamentais das Relações Internacionais como disciplina (DARBY; PAOLINI, 1994, p. 390-392).

Sobre a modernidade, Pinto e Mignolo (2015, p. 382-383) argumentam que a modernidade não é o desenvolvimento de uma história comum a todos: é a interpretação de eventos por atores e instituições que se enxergam como estando no centro. Tal interpretação, apesar de se apresentar como universal e global, é regionalmente condicionada, pois nasceu na Europa. A modernidade é, além disso, constituída pela colonialidade, portanto não se pode compreender a primeira sem a segunda, e a segunda não pode ser superada por meio da primeira.

A modernidade tenta colocar-se como uma realidade objetiva, mas deve ser encarada, na prática, como uma realidade discursiva. É constituída e validada a partir das interações nem sempre totalmente conscientes entre sujeitos individuais e coletivos. A modernidade é, portanto, uma narrativa proferida a partir de experiências históricas e locais da Europa, mesmo que se apresente como uma verdade objetiva, natural e universal. Tenta-se camuflar o caráter discursivo

e político da modernidade, destacando sua suposta realidade objetiva e natural, o que dificulta atos contestatórios contra ela. A dominação econômica e política tem início na dominação cultural, informacional e do conhecimento. A independência das colônias e sua transformação em Estados soberanos trouxe o fim da dominação política formal. O domínio econômico encontra-se enfraquecido por causa da globalização, mas ainda persiste. Já a dominação na esfera cultural ainda mantém fôlego (PINTO; MIGNOLO, 2015, p. 385-386).

Detrás da retórica da emancipação, a modernidade também traz consigo um projeto de dominação epistêmica, econômica e política do mundo. Em sua fase inicial, tal projeto foi encabeçado por Espanha e Portugal. Depois, Holanda, Grã-Bretanha e França assumiram o papel de liderança, tendo sido substituídos pelos EUA (PINTO; MIGNOLO, 2015, p. 387). Apesar de Portugal ser considerado uma pequena potência e, portanto, detentora de menos poder do que os EUA, ainda tenta exercer influência em relação às suas ex-colônias.

O pós-colonialismo entrou na academia como o discurso daqueles povos que foram despojados de sua autoridade, cultura e história. Assim, o objetivo do pós-colonialismo é a recuperação dessas condições (DARBY; PAOLINI, 1994, p. 393).

Sendo uma abordagem crítica das Relações Internacionais, o pós-colonialismo busca se contrapor às abordagens tradicionais ocidentais desse campo do saber. Segundo Seth (2011, p. 168-169), as abordagens tradicionais das Relações Internacionais não levam a história em consideração, uma vez que ela não teria importância, já que a característica definidora da ordem internacional seria a anarquia, um fato transhistórico. Existem abordagens que se interessam pelas origens históricas do sistema internacional contemporâneo, como é o caso da Escola Inglesa. Contudo, as abordagens dominantes continuam a propor a narrativa da expansão do sistema internacional, com bases fundamentalmente eurocêntricas. Além disso, é preciso notar que, do ponto de vista dos países menos poderosos, a anarquia não pode ser aplicada a todos os países que compõem o sistema internacional. Isso ocorre porque os países menos desenvolvidos veem o sistema internacional como hierárquico, e não como anárquico.

Seth (2011, p. 174) argumenta que o “pós” em pós-colonialismo não é um indicador do início de uma era em que a colonização ficou para trás. Significa que a conquista, colonialismo e império não são apenas episódios pontuais dentro de uma história maior, mas são parte central dessa história e a constituem. O “pós” não marca o período após a era colonial, mas sim os efeitos de tal era que moldam o mundo de hoje. Adicionalmente, esse mesmo autor (SETH, 1998, p. 7) diz que ao mesmo tempo em que as colônias eram sujeitas ao governo da metrópole, à exploração e a outros processos de transformação, os colonizadores também eram transformados pelo contato com as colônias.

No que se refere à relação entre colonizadores e colonizados, Narayan (1995, p. 133-134) afirma que o discurso utilizado para justificar a colonização entre a população dos países colonizadores era um discurso de preocupação. Ou seja, estereótipos negativos acerca da suposta inferioridade dos colonizados eram usados como justificativa para negar direitos a eles, direitos tais que os colonizadores tinham. Assim, a colonização era vista como estando dentro dos interesses dos colonizados, ocorria para o bem deles e era promotora de seu bem estar.

O discurso dos colonizadores era que introduzir os povos colonizados dentro das estruturas econômicas do colonialismo significava conferir-lhes os benefícios materiais do progresso científico, tecnológico e econômico ocidental, os benefícios culturais da educação ocidental e os benefícios morais da ética de trabalho. As motivações econômicas do colonialismo eram fortes, porém a retórica utilizada para justificar as ações raramente deixava claro os interesses subjacentes. O intuito de justificar a colonização por meio de tais discursos era conferir moralidade aos atos (NARAYAN, 1995, p. 134).

Para Krishna (2009, p. 3), o pós-colonialismo pode ser entendido como a perspectiva daqueles que acreditam que é possível compreender o mundo de hoje por meio da história do colonialismo através dos últimos cinco séculos. O desenvolvimento capitalista e a conquista ou dominação colonial são processos históricos contemporâneos que estavam e estão intimamente relacionados.

A teoria pós-colonialista postula que a crescente desigualdade mundial nos séculos recentes foi contemporânea ao período das conquistas e do colonialismo. Adicionalmente, o desenvolvimento deve ser compreendido dentro de um contexto de uma economia mundial interligada, e não somente ocorrendo dentro dos Estados. O subdesenvolvimento foi muito mais do que a transferência de riqueza ou lucros para o exterior: ele mudou profundamente as estruturas socioeconômicas, políticas e culturais dos países que foram colônias (KRISHNA, 2009, p. 16-17).

A despeito da diferença entre os modelos históricos, geográficos e administrativos da colonização, da perspectiva da sociedade colonizada, a colonização trouxe consequências nocivas similares. O efeito da colonização é descrito a partir da transformação da economia da sociedade autóctone, principalmente por meio da introdução de arranjos econômicos e ideológicos do capitalismo em sociedades não capitalistas (YOUNG, 2001, p. 24).

Os estudos pós-coloniais baseiam-se nos principais aspectos do colonialismo e nos efeitos que persistem até hoje, mesmo após o fim da era colonial. Entretanto, assumir que o colonialismo chegou a um fim de todas as formas não é produtivo. Young (2001, p. 8) argumenta que se deve reconhecer que as estruturas de poder global não se modificaram materialmente após

o fim da era imperial. Após a independência de muitas colônias, o colonialismo continua a existir a partir de diferentes formas, em um modo neocolonialista. Dessa forma, a independência política não resolveu muitos dos problemas que se acreditava que iriam acabar. Novas formas de dominação surgiram, e as elites dos países recém independentes auxiliaram na sustentação de bases de exploração.

Nesse sentido, argumenta Alavi (1972, p. 61-62), o problema essencial do Estado nas sociedades pós-coloniais decorre do fato de ele que não é estabelecido por uma burguesia nativa ascendente, mas sim por uma burguesia imperialista estrangeira. Na independência, o comando direto desta burguesia estrangeira sobre o Estado colonial chega ao fim. Contudo, o mesmo não ocorre no que se refere à sua influência sobre a ex-colônia. A burguesia metropolitana, agora acompanhada por outras burguesias neocolonialistas, continua a se fazer presente na sociedade pós-colonial. Hoje, a luta pós-colonial por autonomia tem de lidar com um adversário complexo, cujo poder se dispersa em meio a uma ampla gama de práticas e instituições globalizadas (YOUNG, 2001, p. 59).

A retórica da preocupação foi utilizada para justificar práticas colonialistas. Atualmente, essa retórica ainda encontra ressonância no mundo, uma vez que pode funcionar ideologicamente, ao justificar ou esconder relações de dominação e poder (NARAYAN, 1995, p. 134-135).

O pós-colonialismo interpreta que muitos dos erros contra a humanidade são produto da dominação econômica e política do Norte sobre o Sul. Assim, a teoria pós-colonialista opera dentro do legado histórico da crítica marxista, pois foi esta abordagem que enfatizou os efeitos do sistema imperialista nos países periféricos. Importante ressaltar que a adoção de tal abordagem não exclui a aplicação de outras abordagens além do marxismo. O pós-colonialismo ultrapassa o marxismo na medida em que combina sua crítica das condições materiais objetivas com uma análise de seus efeitos subjetivos (YOUNG, 2001, p. 6-7).

Santos, apesar de português, é um dos teóricos da atualidade que mais trabalha a questão pós-colonial, da emancipação do pensamento e das epistemologias do Sul. Assim, Santos (2010, p. 234) propõe mudanças às abordagens pós-coloniais comuns. A primeira mudança refere-se ao viés cultural dos estudos pós-coloniais. Os estudos pós-coloniais têm sido predominantemente análises críticas dos discursos, subjetividades e mentalidades sociais, ideologias e práticas simbólicas, que pressupõem hierarquia colonial e a inabilidade do colonizado em se expressar a partir de seus próprios termos, mesmo após o fim do elo político-colonial. Santos argumenta que se os estudos pós-coloniais continuarem a focar-se somente na cultura, corre-se o risco de

esconder ou negligenciar a materialidade das relações sociais e políticas que tornam possível a reprodução dos discursos, simbologias e práticas simbólicas.

Um segundo ponto de conflito entre a abordagem pós-colonial proposta por Santos e outras abordagens refere-se à provincialização da Europa. Esse termo designa o processo histórico iniciado em 1914 e terminado ao fim da Segunda Guerra Mundial da perda da centralidade cultural e política europeia no sistema internacional moderno e a subsequente crise dos valores e instituições que a Europa propagou como universais a partir do século XIX. As concepções pós-coloniais dominantes provincializam a Europa ao mesmo tempo em que a essencializam, ou seja, a convertem em um entidade monolítica que se contrapõe de modo uniforme às sociedades não ocidentais. Ao longo da história, existiram várias Europas, além de diversos tipos de relações desiguais entre os países europeus. Adicionalmente, existiram vários colonialismos e a relação entre eles era complexa. Portanto, Santos propõe que se dê atenção às desigualdades entre os países da Europa e como isso afetou os vários colonialismos (SANTOS, 2010, p. 235-236).

Dessa maneira, é importante apresentar as especificidades de Portugal e as diferenças entre os diversos países colonizadores na Europa. Por mais de um século, Portugal, centro de um império colonial, manteve relação de dependência com o Reino Unido. Adicionalmente, era visto pelos países do Norte da Europa como um Estado com características sociais e culturais semelhantes às atribuídas pelos países europeus, incluindo Portugal, às colônias europeias (SANTOS, 2010, p. 236).

Nesse sentido, Almeida (2007, p. 37) argumenta que o colonialismo português foi específico:

1. Houve um hiato temporal entre a experiência da colonização do Brasil e o projecto colonialista em África. O Brasil podia, portanto, ser usado como recurso simbólico para a construção de um império africano;
2. O colonialismo português em África era subalterno, administrado a partir de um centro fraco, um país semiperiférico;
3. Foi, em grande parte, administrado por um regime ditatorial;
4. Tratou-se de um colonialismo tardio que perdeu para lá da independência das colônias de outros países europeus;
5. Estes factores não impediram as negociações culturais entre indivíduos e grupos de origem africana e europeia que, nas colônias, divisaram formas híbridas de relações sociais e identidade apesar das tentativas estatais e burocráticas para regular as fronteiras sociais.

Sobre a utilização do exemplo brasileiro como um modelo a ser seguido, Gonçalves (2003, p. 90) destaca a importância da obra de Gilberto Freire, *Casa Grande e Senzala*, no processo de reconciliação entre Brasil e Portugal. Além disso, segundo Freire *apud* Gonçalves

(2003, p. 93), Freire argumentava que o povo português era etnicamente híbrido e, portanto, gozava de predisposição para a colonização dos trópicos.

A crítica pós-colonial é, portanto, uma forma ativista de escrita, que se inspira no compromisso político dos movimentos de libertação anticoloniais. Sua origem do ativismo do passado confere à teoria uma base constante de inspiração, uma vez que ela tenciona transformar os outrora objetos da história em sujeitos da mesma (YOUNG, 2001, p. 10).

O pós-colonialismo busca produzir conhecimento a partir da visão daqueles que foram colonizados, reescrevendo a história e as relações da política global. A teoria busca iluminar práticas neocolonialistas que ainda hoje persistem, de forma a auxiliar no processo de conquista de autonomia plena dos membros da comunidade internacional.

Dessa forma, neste trabalho é utilizada a teoria pós-colonial como uma forma de elucidar a tentativa portuguesa de projetar poder no Atlântico Sul. Portugal já foi um império e teve colônias ao redor do mundo, mas atualmente é considerado semiperiférico⁵. A participação do país na Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) é necessária para que Portugal possa garantir sua soberania e defesa nacionais, além de ser uma forma de estimular a modernização das forças armadas do país.

Portugal localiza-se na ponta sudoeste do continente europeu, uma posição considerada isolada, ainda mais porque só faz fronteira com um país, a Espanha. A posição portuguesa impõe dificuldades à sua integração com a Europa, e isso é um motivo de preocupação para o país. Assim, no Conceito Estratégico de Defesa Nacional (CEDN) de Portugal, afirma-se que o país está no “centro geográfico da comunidade transatlântica e é um elo natural nas relações entre a Europa Ocidental e a América do Norte e com a América do Sul e a África Austral, regiões com as quais se pretende aprofundar o nosso relacionamento” (PORTUGAL, 2013, p. 21).

Ou seja, apesar de estar em posição isolada na Europa, Portugal aproveitou-se da sua posição central no Atlântico e atualmente busca firmar-se como elo natural entre a Europa e a África. Ao assumir o papel de intermediário nessas relações, Portugal poderia alcançar mais importância no cenário internacional. Tal papel como elo pode ser interpretado como uma conduta neocolonial, uma vez que Portugal, outrora metrópole, pretende estabelecer-se como intermediário nas relações entre Europa e África, mas em especial com os países de língua portuguesa, outrora colônias.

Tal posição periférica no continente europeu fez com que o país não se integrasse e desenvolvesse no mesmo patamar que o restante dos outros países do continente. Isso contribuiu

⁵ O conceito de semiperiferia será discutido mais adiante, na seção “Discussão Conceitual”.

para um sentimento de marginalidade do país, que foi tratado na literatura no romance de José Saramago “A Jangada de Pedra”, cuja primeira edição data de 1986. Nesse ano, o país entrava na Comunidade Econômica Europeia (CEE), precursora da União Europeia. Nesse livro, a península ibérica, ou seja, Portugal e Espanha, países que não se equiparavam social e economicamente aos padrões europeus, desprendia-se da Europa e começava a flutuar em direção ao meio do Oceano Atlântico. Durante a narrativa de Saramago, o autor expõe as diferenças entre os países da Europa continental e os países da península ibérica:

(...) a Comunidade Económica Europeia tornou pública uma declaração solene, nos termos da qual ficava entendido que o deslocamento dos países ibéricos para ocidente não poria em causa os acordos em vigor, tanto mais que se tratava de um afastamento mínimo, uns poucos metros (...). Esta declaração, objectivamente clara, foi o que resultou de um aceso debate no seio da comissão, em que alguns países membros chagaram a manifestar um certo desprendimento, palavra sobre todas exacta, indo ao ponto de insinuar que se a Península Ibérica se queria ir embora, então que fosse, o erro foi tê-la deixado entrar (SARAMAGO, 2017, p. 42).

Em outra passagem:

Os europeus, desde os máximos governantes aos cidadãos comuns, depressa se tinham acostumado, suspeita-se que com um inexpressão sentimento de alívio, à falta das terras extremas ocidentais (...) (SARAMAGO, 2017, p. 151).

Por fim:

Ainda que não seja lisonjeiro confessá-lo, para certos europeus, verem-se livres dos incompreensíveis povos ocidentais, agora em navegação desmastreada pelo mar oceano, donde nunca deveriam ter vindo, foi, por si só, uma benfeitoria, promessa de dias ainda mais confortáveis, cada qual com seu igual, começámos finalmente a saber o que a Europa é, se não restam nela, ainda, parcelas espúrias que, mais tarde ou mais cedo, por qualquer modo se desligarão também. Apostemos que em nosso final futuro estaremos limitados a um só país, quinta-essência do espírito europeu, sublimado perfeito simples, a Europa, isto é, a Suíça (SARAMAGO, 2017, p. 153).

Portanto, a pretensão portuguesa de assumir esse papel de elo entre não só a Europa e África, mas também entre a Europa e Estados Unidos deve-se ao fato de que o país por muito tempo se viu marginalizado, estando na ponta do continente europeu. Porém, deixou de ver nessa posição um obstáculo, e passou a vê-la como uma oportunidade de tornar-se o interlocutor por excelência entre os países, justamente por localizar-se no centro deles.

Argumenta Thomaz (2007, p. 62-65) que a CPLP trata-se de um projeto que encontra suas raízes na ideia da existência de um “mundo português”, por vezes traduzido em comunidade. A própria Secretaria Executiva da CPLP localiza-se em Lisboa. Ou seja, o centro decisório da comunidade é situado no coração do antigo império colonial português.

A eleição da teoria pós-colonial neste trabalho é, portanto, uma tentativa de evidenciar as práticas neocoloniais portuguesas em relação às suas ex-colônias.

1.3 REVISÃO DA LITERATURA

Portugal foi o primeiro país a se lançar ao mar nas Grandes Navegações (século XV-século XVII) e também o primeiro a formar um império colonial. Portugal manteve territórios ultramarinos ao longo de quase seis séculos. Mesmo com o fim de seu império, Portugal manteve laços próximos com suas ex-colônias. Assim, para explicar a tentativa portuguesa de manter e aumentar sua influência no Atlântico Sul, há de se levar em consideração o passado de relação metrópole-colônias entre Portugal e os países de língua portuguesa da África ocidental, além da participação portuguesa na OTAN.

Ao final da Segunda Guerra Mundial (1935-1949), o Estado Novo português (1933-1974) adotou postura defensiva em relação às mudanças que ocorriam no mundo. O crescimento estadunidense preocupava Portugal, uma vez que a potência emergente começava a ocupar posições que tradicionalmente eram ocupadas por países europeus (TELO, 1999, p. 46-47). Salazar logo percebeu que a ordem e o sistema internacional passavam por uma fase de mudanças. Contudo, os líderes portugueses continuaram a acreditar que o sistema eurocêntrico ainda não havia chegado a seu fim e que o poder do Reino Unido continuaria a manter seu status. Portugal propôs ao Reino Unido a criação de um acordo permanente de defesa entre os dois países, porém tal proposta não foi bem aceita pelo governo britânico, que buscava trazer os Estados Unidos da América para a defesa europeia. Além disso, durante os mais de 550 anos da Aliança Luso-Britânica, a Inglaterra tentou evitar se comprometer permanentemente com a defesa de Portugal, e não se mostrava disposta a mudar isso à época (TELO, 1999, p. 46-50).

Os Estados Unidos da América mostravam-se, contudo, muito interessados em trazer Portugal para sua aliança, por causa do interesse nos Açores, cuja posição geográfica era crucial para o controle do Atlântico do Norte e para o reforço estratégico europeu (ABREU, 1979, p. 53). É possível controlar e proteger as linhas de comunicação marítimas que conectam o norte da Europa e o Mediterrâneo com a América, África e o Extremo Oriente a partir de Portugal continental, Açores e Madeira. Açores tem valor funcional, já que pode servir como trampolim para os movimentos navais e aéreos de reforço e reabastecimento dos Estados Unidos da América e Canadá para a Europa, bem como a projeção de força a partir dos Estados Unidos da América para a Europa e o Oriente Médio (FONSECA, 1985, p. 87-88).

Assim, o convite estadunidense para Portugal integrar a aliança atlântica ocorreu por motivos geopolíticos. Quando Portugal percebeu que a posição internacional do Reino Unido havia decaído, o país voltou-se para os Estados Unidos da América, já que a defesa nacional não poderia ser garantida somente com suas forças armadas. Dessa forma, a alternativa era juntar-se ao mecanismo de defesa coletiva proposto pelos Estados Unidos da América. Pereira (1986, p. 61) argumenta que como Portugal não tinha a capacidade de garantir sua segurança externa sozinho, teve de recorrer a um princípio tradicional de sua política externa: aliar-se a um poder marítimo para defender-se. Assim, Portugal não teve muita escolha ao entrar na OTAN, em 1949.

À época, o Ministro da Guerra português, Santos Costa (1899-1982), foi favorável à entrada na OTAN porque acreditava que era uma forma de implementar os planos de rearmamento. O exército partilhava da mesma opinião. A marinha também apoiou a entrada na OTAN porque já mantinha programas de cooperação militar com o Reino Unido e com os EUA, e mostrava aspiração de aprofundá-los. A ala liberal do Estado Novo igualmente mostrou-se favorável à entrada na OTAN porque poderia ser uma maneira de aumentar a conexão de Portugal com o mundo e encorajar a evolução interna do regime (TELO, 1999, p. 55). Teixeira (1999, p. 23) argumenta que as forças armadas apoiaram a entrada portuguesa na OTAN porque a ajuda militar estadunidense poderia contribuir para a modernização profissional e o reequipamento técnico das forças armadas.

Como previamente afirmado, Portugal não teve muita escolha no que se refere à entrada na OTAN, devido ao contexto geopolítico. A participação na OTAN auxiliou no desenvolvimento do poder militar português. Hodiernamente, Portugal vê a participação em alianças militares como um modo de desenvolver a imagem do país como um coprodutor de segurança internacional, além de também ser uma forma de projetar poder (PORTUGAL, 2013, p. 35). Portanto, há discursos favoráveis à OTAN em Portugal. Além disso, argumenta-se que a participação portuguesa na OTAN e em suas operações traz prestígio ao país, o que o auxilia quando lida com suas ex-colônias, em especial no que se refere à cooperação em matérias militares.

Por outro lado, existem também discursos favoráveis a uma maior aproximação com os países da CPLP, localizados principalmente no Atlântico Sul. A preocupação portuguesa com a manutenção dos laços com suas ex-colônias foi um fenômeno que surgiu pouco após a Revolução dos Cravos (1974). Tal fato é exposto por Parreira (1979, p. 111-113), que afirma que se impunha a Portugal, como dever de amizade e solidariedade, ajudar os novos países africanos de expressão portuguesa a assumirem as responsabilidades de sua nova situação política. Para

tal, criou-se, no fim de 1974, um organismo chamado Gabinete Coordenador para a Cooperação (GCC), de forma a manter os laços com as ex-colônias. A primeira preocupação do GCC foi criar o quadro jurídico dentro do qual a cooperação iria ocorrer. Data desse período a preparação e aprovação de instrumentos jurídicos fundamentais em matéria de cooperação com Guiné Bissau, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe e Moçambique. O autor chega a afirmar que dada a rapidez da preparação de tais instrumentos jurídicos, por vezes os interesses e direitos portugueses não foram salvaguardados o suficiente.

O interesse português na manutenção dos laços com suas ex-colônias permanece. Em 1999, por meio da Resolução do Conselho de Ministros n. 43, Portugal lançou o documento de orientação estratégica intitulado “A Cooperação Portuguesa no Limiar do Século XXI”. O documento caracteriza Portugal como um ponto de encontro de civilizações e continentes e como nó de relacionamento da União Europeia com as Américas, a África e a Ásia, por causa de sua posição geográfica e de sua história (PORTUGAL, 1999, p. 2636). Esse documento também salienta que a cooperação bilateral de Portugal tem ocorrido majoritariamente com os países africanos de língua oficial portuguesa (PALOP), por causa dos laços históricos e culturais (PORTUGAL, 1999, p. 2638). Porém, por causa de sua vocação universalista (PORTUGAL, 1999, p. 2649), o país deve investir no alargamento de suas relações de cooperação bilateral, apesar da limitação de recursos (PORTUGAL, 1999, p. 2637).

O documento em questão destaca o setor da comunicação social como um veículo privilegiado da defesa e divulgação da língua e cultura portuguesas em relação aos PALOP. A empresa estatal Rádio e Televisão de Portugal (RTP) criou a RTP África em 1998, que emite nos PALOP, com a exceção de Angola. Além disso, a agência de notícias Lusa⁶ chega gratuitamente às agências de notícia dos PALOP, o que constitui um importante canal para a divulgação da perspectiva portuguesa da realidade nacional e internacional (PORTUGAL, 1999, p. 2639). A comunicação social pode ser vista como um vetor do *soft power* de um país, como explicado por Nye (2004, p. x): é a capacidade de obter o que se deseja por meio da atração em vez da coerção ou pagamentos; surge da atratividade da cultura, dos ideais políticos e das políticas de um país. Quando as políticas nacionais são vistas como legítimas aos olhos dos outros, o *soft power* de um país é reforçado.

O documento de 1999 previa que a cooperação bilateral portuguesa acontecesse nos seguintes setores: (1) formação, educação, cultura e patrimônio; (2) saúde; (3) atividades produtivas e infraestruturas; (4) sociedade e suas instituições; (5) segurança; e (6) ajuda

⁶ O Estado Português detém 50,14% das ações da Lusa, de acordo com informações obtidas no sítio eletrônico da agência. Disponível em: <<http://www.lusa.pt/info.aspx?page=estruturaacionista>>. Acesso em: 9 maio 2017.

financeira. Nos cinco primeiros setores mencionados havia a previsão de cooperação com os PALOP (PORTUGAL, 1999, p. 2650-2652).

No ano de 2005, foi publicada a Resolução de Ministros n. 196, que aprovou o documento de orientação estratégica da cooperação denominado “Uma Visão Estratégica para a Cooperação Portuguesa”. Este documento é a atualização da política de cooperação portuguesa de 1999. Este novo documento ratificou que a relação com os países africanos de expressão portuguesa constitui um dos pilares fundamentais da política externa portuguesa. Adicionalmente, destacou que um dos objetivos da política externa de Portugal reside na promoção da capacidade de interlocução e influência em redes temáticas internacionais cujos centros de decisão são supranacionais. Para uma pequena potência como Portugal, o desafio que se coloca é saber aplicar os instrumentos de que dispõe de forma a maximizar a qualidade da sua intervenção nos teatros de discussão e decisão que se identificam como mais importantes (PORTUGAL, 2005, p. 7181).

Ao atestar novamente que os países de língua e expressão portuguesa, sobretudo os PALOP e Timor-Leste, são espaços de ação prioritária da cooperação do país, o documento assegurou que a concentração da ajuda pública no quadro dos países de expressão portuguesa auxilia Portugal a incluir os espaços regionais em que estes se inserem como espaços importantes para o desenvolvimento de suas ações de cooperação (PORTUGAL, 2005, p. 7186).

No Conceito Estratégico de Defesa Nacional, lançado em 2013, afirma-se que o Atlântico é área de interesse estratégico português, uma vez que a maioria dos países de língua portuguesa está concentrada neste espaço – daí o interesse português na unidade estratégica do Atlântico (PORTUGAL, 2013, p. 20). Dados os laços históricos de Portugal com suas ex-colônias, o país em questão aposta que conseguirá manter influência na região.

Em 2014, por meio da Resolução do Conselho de Ministros n. 17, foi publicado o Conceito Estratégico da Cooperação Portuguesa 2014-2020. Mais uma vez, a prioridade geográfica da cooperação portuguesa recaiu sobre os PALOP (PORTUGAL, 2014, p. 1765), demonstrando o continuado interesse português sobre suas ex-colônias.

Desde a independência de suas colônias, Portugal preocupou-se em manter tal relação. Tal preocupação pode ser verificada por meio das ações do governo português, que firmou acordos de cooperação gerais e de cooperação técnica com países como Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe, por exemplo. Discursos de autoridades governamentais portuguesas como o Presidente da República, Chefe do Estado-Maior da Armada e Ministro dos Negócios Estrangeiros, por exemplo, também corroboram tal

preocupação. Jorge Sampaio, presidente da república durante o período de 1996 a 2006, afirmou em seu discurso de posse que:

[a]s relações com os Estados de Língua oficial Portuguesa ocupam naturalmente um lugar efectivo na nossa política externa. Essas relações representam um traço de união com a nossa própria história, uma longa história partilhada com os povos de Angola, do Brasil, de Cabo Verde, da Guiné, de Moçambique, de São Tomé e Príncipe e, naturalmente, com o povo de Timor-Leste (SAMPAIO, 1996, p. 45).

Aníbal Cavaco Silva, presidente da república durante o período de 2006 a 2016, afirmou em discurso após as eleições legislativas de 2015 que

[o] Governo a empossar pelo Presidente da República deverá dar aos portugueses garantias firmes de que respeitará os compromissos internacionais historicamente assumidos pelo Estado Português e as grandes opções estratégicas adotadas pelo País desde a instauração do regime democrático e sufragadas, nestas eleições, pela esmagadora maioria dos cidadãos. Em particular, exige-se a observância [...] [d]o desenvolvimento dos laços privilegiados com os Estados de expressão portuguesa, nomeadamente no âmbito da CPLP (SILVA, 2015 p. 1).

Luís Fragoso, chefe do Estado-Maior da armada durante o período de 2013 a 2016, afirmou em discurso proferido no Dia da Marinha de 2016 que

Assinalo ainda a especial relevância que assume a nossa presença em alguns destes teatros, como por exemplo no GoG⁷. Relevância na medida em que Portugal e a Marinha, com uma larga experiência de cooperação internacional, fruto das suas alianças e postura na União Europeia e na NATO, pode, em colaboração com atores relevantes na cena internacional, desenvolver soluções baseadas na experiência do seu modelo de duplo uso, no seu conhecimento da área e nas relações fortes com os países da região, nomeadamente aqueles que integram a CPLP (FRAGOSO, 2016, p. 2).

Luís Amado, ministro dos negócios estrangeiros durante o período de 2006 a 2011, afirmou em discurso em seminário no Instituto Diplomático de Portugal que:

[...] teremos de dar continuidade – até por força dos compromissos que ainda temos até Junho com a Presidência da CPLP – ao esforço de intensificação das relações no espaço geopolítico lusófono. É um espaço de vital importância estratégica para a afirmação dos nossos interesses, e ao longo deste ano temos que dar passos seguros e significativos na consolidação do espaço geopolítico da lusofonia, assegurando uma maior coerência estratégica na nossa acção (AMADO, 2010, p. 15).

Portugal tem um passado imperial. A partir da leitura desses excertos de discursos proferidos por autoridades governamentais portuguesas e também de documentos oficiais, pode-se perceber o interesse na manutenção da relação com as ex-colônias. A utilização da teoria pós-colonial ao longo deste trabalho tenciona demonstrar que ainda existe relação hierárquica entre

⁷ “GoG” é a sigla na língua inglesa para Gulf of Guinea, que em português significa Golfo da Guiné.

Portugal e os países por ele colonizados, mesmo após a independência política formal das colônias.

A política externa de Portugal conta com três principais vertentes, e a atenção ao Atlântico e, por conseguinte, aos países da CPLP, constitui uma dessas vertentes. Apesar de ser considerado uma pequena potência e, portanto, não tendo poder equiparável às grandes potências como os EUA, Portugal busca manter e aumentar sua influência em relação às suas ex-colônias, utilizando-se da retórica da preocupação com seu desenvolvimento. Tais relações são econômicas, mas também envolvem a evocação cultural do passado comum entre metrópole e colônias. A manutenção da relação próxima com os países africanos é importante para Portugal porque o auxilia a exercer influência em espaços de interesse estratégico. Além disso, o país em questão se coloca como um elo natural nas relações entre Europa e África (PORTUGAL, 2013, p. 21), o que pode o auxiliar a ter posição ainda mais ativa em relação aos países africanos da CPLP e mais ativa no cenário internacional.

1.4 DISCUSSÃO CONCEITUAL

A ciência lida com conceitos, portanto há que os definir. O primeiro conceito de interesse para o trabalho é Oceano Atlântico. O Oceano Atlântico é o corpo de água compreendido entre a África, Europa, Américas, Oceano Ártico e o Oceano Antártico.

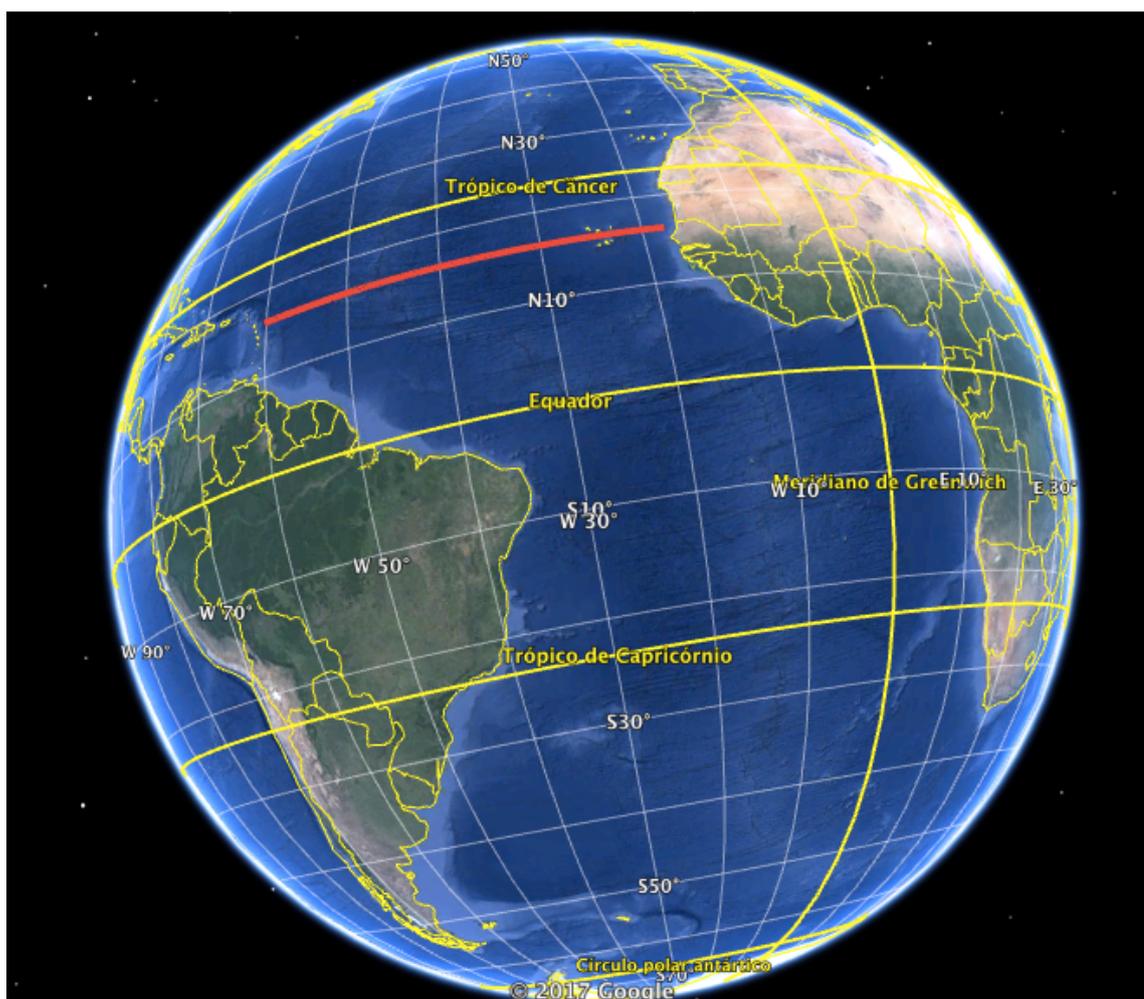
Outros dois conceitos geopolíticos de interesse são Atlântico Norte e Atlântico Sul. Segundo publicação da International Hydrographic Organization (IHO), o Atlântico Norte é delimitado a oeste pelos limites orientais do Mar do Caribe; pelos limites do sudeste do Golfo do México, da costa norte de Cuba até Key West; pelos limites do sudoeste da Baía de Fundy; e pelos limites do sudeste e nordeste do Golfo de St. Lawrence. Ao norte, é delimitado pelos limites do sudeste do Estreito de Davis, da costa de Labrador até a Groenlândia; e pelos limites do sudoeste do Mar da Groenlândia e do Mar da Noruega, da Groenlândia até as Ilhas Shetland. Ao leste, é delimitado pelos limites do noroeste do Mar do Norte, pelos limites do norte e do oeste dos mares da Escócia, pelos limites do sul do Mar da Irlanda, pelos limites do oeste do Canal de Bristol e Canal da Mancha, da Baía de Biscaia e do Mar Mediterrâneo. Por fim, ao sul, é limitado pela Linha do Equador, que vai da costa do Brasil até o limite sudoeste do Golfo da Guiné (IHO, 1953, p. 13).

A mesma publicação define o espaço geográfico do Atlântico Sul. Ao sudoeste, é delimitado pelo meridiano do Cabo Horn, da Tierra del Fuego até o continente Antártico; e pela

linha que vai do Cabo das Virgens e que passa pelo Cabo Espiritu Santo, Tierra del Fuego e pela entrada oriental do Estreito de Magellan. A oeste, é limitado pelo Rio de La Plata. Ao norte, é limitado pelo Atlântico Norte – Linha do Equador. Ao nordeste, o limite é o Golfo da Guiné. A sudeste, é limitado pelo Cabo das Agulhas ao longo do meridiano 20° Leste até o continente antártico. Por fim, ao sul é limitado pelo continente antártico (IHO, 1953, p. 18-19).

As definições acima expostas são eminentemente geográficas, e a própria IHO afirma que não têm caráter político. No presente trabalho adotar-se-á o conceito de Atlântico Sul predominante no Brasil. Destarte, o Atlântico Sul é considerado como a região compreendida entre o Paralelo 16° Norte, a costa ocidental da África, a Antártica, o leste da América do Sul e o leste das Antilhas Menores, incluindo as Águas Jurisdicionais Brasileiras (WIEMER, 2013, p. 194). Na imagem abaixo, a linha vermelha corresponde ao Paralelo 16° Norte.

Imagem 2: Oceano Atlântico Sul de acordo com a interpretação do Brasil⁸



⁸ Imagem retirada do programa Google Earth, em 29 set. 2017.

Levando em consideração o conceito adotado de Atlântico Sul, o conceito de Atlântico Norte se modifica. Assim, seu limite ao sul é o Paralelo 16º Norte.

Um outro conceito de interesse é o de Amazônia Azul, que foi primeiro utilizado em 2005, pelo então comandante da Marinha, Roberto de Guimarães Carvalho, em artigo de opinião ao jornal Folha de São Paulo. Carvalho caracterizou a Amazônia Azul como a área composta pela Zona Econômica Exclusiva (ZEE) e a Plataforma Continental (PC) do Brasil. Ressalte-se que, segundo a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (CNUDM), a ZEE é uma zona situada além do mar territorial e é a este adjacente, podendo se estender até 200 milhas marítimas a partir da linha de base pela qual se calcula a largura do mar territorial (CNUDM, 1982, art. 55). Ainda segundo tal convenção, a plataforma continental de um país compreende o leito e o subsolo das áreas submarinas que se estendem além do seu mar territorial, em toda a extensão do prolongamento natural do seu território terrestre, até ao bordo exterior da margem continental, ou até uma distância de 200 milhas marítimas das linhas de base a partir das quais se mede a largura do mar territorial, nos casos em que o bordo exterior da margem continental não atinja essa distância. O limite exterior da plataforma continental não deve exceder 350 milhas marítimas das linhas de base a partir das quais se mede a largura do mar territorial (CNUDM, 1982, art. 76).

Segundo o sítio eletrônico da Marinha do Brasil⁹, a ZEE brasileira é uma área oceânica de aproximadamente 3,6 milhões de km² que, somados aos cerca de 900 mil km² de extensão reivindicados pelo Brasil junto à Comissão de Limites da Plataforma Continental (CLPC) da Organização das Nações Unidas (ONU), perfazem um total aproximado de 4,5 milhões de km². A Amazônia Azul é uma área de importância estratégica porque lá existem riquezas naturais de grande potencial econômico. Assim, a Marinha adotou tal conceito como uma forma de auxiliar na construção da mentalidade marítima nacional.

Outro conceito de interesse para o trabalho é o de unidade estratégica do Atlântico. Este conceito é trazido por Portugal em seu Conceito Estratégico de Defesa Nacional. Em tal documento, afirma-se que o Atlântico constitui uma vasta área geográfica de interesse estratégico para Portugal, uma vez que a maioria dos países de língua portuguesa encontra-se ali concentrada. Este fato, aliado à emergência de novas potências na região, auxiliou para a criação de condições para a construção de uma nova identidade para o Atlântico. Assim, é de interesse português sublinhar a unidade estratégica do Atlântico não só para garantir a segurança das linhas de comunicação marítimas, como também das reservas energéticas e de matérias-primas

⁹ Informações retiradas do sítio eletrônico da Marinha do Brasil. Disponível em: <<https://www.marinha.mil.br/content/amazonia-azul-0>>. Acesso em: 22 dez. 2016.

cuja importância irá aumentar com o desenvolvimento da economia do mar (PORTUGAL, 2013, p. 20).

Um outro conceito de interesse é o conceito de pequena potência. Em primeiro lugar, deve-se esclarecer que o adjetivo “pequena” refere-se ao poder de um país, e não ao seu tamanho geográfico. Keohane (1969, p. 295-296) propôs uma taxonomia dos diferentes tipos de Estados que compõem o sistema internacional. Para este autor, um Estado que determina o sistema exerce um papel crítico na configuração de tal sistema. Os Estados que influenciam o sistema não conseguem dominar o sistema individualmente, mas podem ser capazes de influenciá-lo por meio de ações uni e multilaterais. Os Estados que afetam o sistema não conseguem afetar o sistema trabalhando por si só, mas podem fazê-lo por meio de pequenos grupos e alianças ou por meio de organizações internacionais regionais ou universais. Finalmente, os Estados “ineficazes” ao sistema pouco o influenciam, exceto quando participam de grupos tão grandes que cada Estado tem mínima influência, e que podem ser dominados por países mais poderosos. Esses tipos de Estados podem ser chamados de grandes potências, potências secundárias, potências médias e pequenas potências, respectivamente.

Ao retomar autores que trataram sobre o poder dos países, Toje (2010, p. 47-48) identificou que algumas características são recorrentes na literatura acerca dos padrões comportamentais das pequenas potências. Em primeiro lugar, o comportamento das pequenas potências é marcado pela dependência, no sentido que não podem garantir sua segurança de modo individual e precisam de esforço conjunto para impactar o sistema internacional. Assim, tendem a formar alianças ou se manter neutros. Em segundo lugar, segundo o autor, pequenas potências têm geometria variável. Em termos militares, não têm capacidade de projetar poder em uma escala global. São constrangidos pelos seus recursos limitados e área geográfica a estabelecer prioridades claras.

Em terceiro lugar, pequenas potências são as principais beneficiadas das instituições internacionais. Assim, é provável que tentem minimizar os custos da condução de uma política externa ao se engajar em esforços conjuntos com outros atores. Por fim, pequenas potências são defensivas por natureza, uma vez que enxergam mais perigos do que oportunidades no sistema internacional. Têm um pequeno rol de interesses e pouca liberdade de ação.

Portugal é caracterizado, portanto, como uma pequena potência. Tal país almeja, contudo, alcançar a posição de potência média, o que é evidenciado por sua política externa. Por ter recursos financeiros limitados e uma marinha que não tem capacidades transoceânicas, Portugal atribui destacada importância à sua participação na OTAN, uma vez que isso ajudaria o país a desenvolver suas forças armadas e poderia torná-lo em um Estado coprodutor de

segurança internacional, além de projetar prestígio internacionalmente (PORTUGAL, 2013, p. 8-9). A relação histórica de Portugal com suas ex-colônias contribui para o interesse desse país na África, principalmente no âmbito da CPLP.

Um conceito que se relaciona com o conceito anterior no que se refere à caracterização de Portugal no cenário internacional é o conceito de país semiperiférico. Wallerstein (2006, p. 28), a partir de uma visão que atribui mais importância à dimensão econômica do sistema internacional, aponta que a divisão internacional do trabalho na economia-mundo capitalista divide a produção entre produtos centrais e produtos periféricos. Centro-periferia é um conceito relacional, o qual se refere ao grau de rentabilidade dos processos de produção. Alguns Estados apresentam uma combinação de produtos centrais e periféricos – são os chamados países semiperiféricos, que têm propriedades políticas específicas.

Wallerstein (2006, p. 29, 56-57) argumenta que os países semiperiféricos encontram-se sob pressão dos países centrais e exercem pressão em relação aos países periféricos. A maior preocupação desse tipo de Estado é impedir que decaiam à situação de país periférico, ao mesmo tempo em que lutam para avançar à condição de país central. Os países semiperiféricos usam o poder estatal na arena doméstica e interestatal com o fim de aumentar seu status como um Estado fabricante, acumulador de capital e como uma força militar. Afirma o autor que nenhuma dessas situações é fácil, e ambas requerem interferência considerável do Estado no mercado mundial.

Santos (1999, p. 53) afirma que Portugal é uma sociedade de desenvolvimento intermédio. Ou seja, algumas de suas características sociais, como a taxa de crescimento populacional, leis e instituições, aproximam Portugal às sociedades mais desenvolvidas. Por outro lado, outras características, como as infraestruturas coletivas, desenvolvimento industrial e políticas culturais, aproximam o país das sociedades menos desenvolvidas. Segundo esse autor, as teorias e categorias analíticas das ciências sociais foram criadas tendo em vista as sociedades centrais e as sociedades periféricas e, portanto, não se adequam satisfatoriamente para analisar sociedades semiperiféricas como Portugal.

Portugal, argumenta Santos (1999, p. 58-59), é uma sociedade semiperiférica. Terminado o ciclo do império, atualmente busca renegociar sua posição no cenário internacional. Não é provável que ascenda ao centro do sistema ou diminua à condição de país periférico em um futuro próximo. O autor argumenta que “é mais provável que a sua posição intermédia se consolide em novas bases”. Tal condição portuguesa remonta ao seu passado imperial colonial. Ao mesmo tempo em que era centro em relação às suas colônias, Portugal era periferia em relação ao Reino Unido e à Europa. O fim do império colonial português não trouxe consigo o fim da condição intermédia do país, uma vez que essa condição estava fincada em suas

estruturas. A tentativa portuguesa de se integrar à União Europeia não se traduziu na ascensão do país à condição de país central. Atualmente, o país mantém sua condição semiperiférica e busca firmar-se como elo natural entre a Europa e os países africanos de língua portuguesa.

Outros três conceitos de interesse são colonialismo, imperialismo e neocolonialismo. Colonialismo e imperialismo são utilizados, por vezes, como sinônimos. Ambos envolvem formas de subjugação de um povo em relação a outro. Tradicionalmente, impérios tentavam concentrar sua expansão dentro de um único pedaço de terra. A partir do século XVI, com o desenvolvimento de caravelas que alcançavam mar aberto, a colonização europeia foi capaz de se expandir geograficamente. Ou seja, os impérios não mais precisavam ser geograficamente coerentes (YOUNG, 2001, p. 15-16).

Young (2001, p. 16) diferencia o imperialismo, que era o império controlado burocraticamente por um governo central e que foi desenvolvido por razões ideológicas e financeiras, da colonização. Segundo ele, a colonização era o império que foi desenvolvido para o estabelecimento de comunidades ou por questões comerciais. O imperialismo preocupava-se, portanto, com a asserção e expansão do poder estatal vindo do centro, enquanto a colonização era muitas vezes operada da periferia.

Por fim, o conceito de neocolonialismo. O termo foi cunhado por Kwame Nkrumah, presidente de Gana entre os anos de 1960 e 1966 e defensor do pan-africanismo. O termo primeiro figurou no preâmbulo da Carta da Organização da Unidade Africana (OUA), assinada em 1963 e organização precursora da União Africana: “Nós, os chefes de Estado e governo africanos, reunidos na cidade de Adis Abeba, na Etiópia, (...) determinados a salvaguardar e consolidar a independência duramente conquistada, bem como a soberania e a integridade territorial dos nossos Estados e a lutar contra o neocolonialismo em todas as suas formas¹⁰”.

Em 1965, Nkrumah lançou um livro intitulado “Neocolonialismo: o último estágio do imperialismo”. Nele, argumenta que o neocolonialismo de hoje representa o imperialismo em seu estágio final e talvez mais perigoso. Para o autor, a essência do neocolonialismo é que o Estado que está sujeito a ele é, em teoria, independente e tem todos os traços exteriores da soberania internacional. Contudo, na realidade, seu sistema econômico e, portanto, sua política, são dirigidos a partir de fora. Ressalte-se que os métodos dessa direção podem assumir várias formas. O método mais comum é o controle por meios econômicos (NKRUMAH, 1966, p. ix).

¹⁰ Trecho retirado da Carta da Organização da Unidade Africana. Tradução nossa. No original: “We, the Heads of African States and Governments assembled in the City of Addis Ababa, Ethiopia, (...) Determined to safeguard and consolidate the hard-won independence as well as the sovereignty and territorial integrity of our states, and to fight against neocolonialism in all its forms”. Disponível em: <https://www.au.int/web/sites/default/files/treaties/7759-file-oau_charter_1963.pdf>. Acesso em: 5 maio 2017.

Young (2001, p. 45) afirma que mesmo que os territórios outrora colonizados tenham conquistado suas soberanias políticas, eles continuaram sujeitos a determinado grau de controle de suas ex-metrópoles. O neocolonialismo denota, portanto, um contínuo grau de dependência em relação às ex-metrópoles, que ainda mantêm práticas coloniais.

2. O PROJETO POLÍTICO PORTUGUÊS FAVORÁVEL À ORGANIZAÇÃO DO TRATADO DO ATLÂNTICO NORTE (OTAN)

No capítulo II, pretende-se apresentar o projeto político português favorável à Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN). Para tanto, parte-se da explicação acerca do contexto da criação da OTAN e da entrada de Portugal nessa aliança militar, os motivos do ingresso e o que Portugal tinha a oferecer à organização. Adicionalmente, aponta-se a importância da OTAN para Portugal. Além disso, busca-se mostrar a relação deste país com tal aliança hoje, dentro de um contexto em que a participação portuguesa na OTAN é vista como uma forma de aumentar o prestígio internacional do país.

2.1 A ENTRADA DE PORTUGAL NA OTAN

No contexto do período após o fim da Segunda Guerra Mundial, Portugal encontrava-se em uma situação desconfortável. Durante o conflito, Portugal conservou uma posição de neutralidade, porque o regime ditatorial de Salazar não resistiria caso o país entrasse na guerra. Apesar de haver adotado a neutralidade, Portugal manteve relações comerciais de venda de matéria-prima com a Alemanha nazifascista. Além disso, em 17 de março de 1939, assinou o Tratado de Amizade e Não Agressão com a Espanha, que estava sob o regime ditatorial de Francisco Franco.

Em 1947, após o fim da Segunda Guerra Mundial, conflito no qual lutaram na mesma coalizão, os Estados Unidos da América e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) romperam os laços que os uniram na luta contra o nazi-fascismo. A URSS e os Estados Unidos dedicaram-se a organizar blocos de aliados, mantendo hostilidade mútua. Enquanto a URSS buscava exercer influência política nos países da parte oriental da Europa, ocupados pelo Exército Vermelho após a vitória sobre os alemães, os Estados Unidos, por sua vez, procurava estreitar os laços com os países das demais regiões do globo, com vistas à formação de um bloco contra as supostas intenções expansionistas da URSS.

Desde o final da Segunda Guerra Mundial, os países do bloco ocidental vinham reduzindo e desmobilizando suas forças armadas. Contudo, em janeiro de 1948, o então secretário britânico de Relações Exteriores, Ernest Bevin, salientou a necessidade de um tratado de aliança e assistência mútua, que desse as bases para a criação de uma aliança defensiva e um agrupamento regional no âmbito da Carta da ONU. Levando-se em consideração o papel

assumido pelos Estados Unidos após o fim da Segunda Guerra, da qual despontou como potência, tal aliança defensiva deveria contar com seu apoio e a adesão.

A condição imposta pelos Estados Unidos para prestar apoio militar aos aliados europeus era sua união em torno de um projeto coletivo. Sendo assim, cinco países europeus – Bélgica, França, Luxemburgo, Países Baixos e Reino Unido – uniram-se sob a égide do Tratado de Bruxelas, assinado em 17 de março de 1948. O artigo IV desse Tratado refere-se à defesa mútua dos Estados-parte: “se alguma das Altas Partes Contratantes for objeto de ataque armado na Europa, as demais Altas Partes Contratantes, de acordo com o disposto no artigo 51 da Carta das Nações Unidas, providenciarão que o país atacado receba toda a assistência necessária, incluindo a militar¹¹”. Além disso, o Tratado de Bruxelas deu as bases para a criação da Western Union Defence Organization (WUDO). Apesar desse Tratado ter sido feito por causa do receio de uma possível agressão por parte da Alemanha, como afirmado em suas cláusulas preambulares, e não por causa do receio de agressão por parte do bloco comunista, ele serviu como precursor para o Tratado de Washington.

No dia 11 de junho de 1948, o Senado dos Estados Unidos adotou sua Resolução 239, mais conhecida como Resolução Vandenberg¹². Tal Resolução passou a permitir que o país participasse de um sistema de defesa mútua em tempos de paz:

este Governo, por processo constitucional, deve empreender esforços para alcançar os seguintes objetivos de acordo com a Carta das Nações Unidas: [...]3. associação dos Estados Unidos, por meio de processo constitucional, com arranjos regionais e outros arranjos coletivos, uma vez que se baseiam em autoajuda e ajuda mútua contínuas e efetivas, e afetam sua segurança nacional¹³ (OTAN, 2009).

As negociações para a assinatura de um tratado transatlântico começaram a partir do momento em que houve a união dos países europeus citados e a permissão de que os Estados Unidos participassem de um arranjo de defesa mútua em tempos de paz. As negociações iniciais ocorreram entre os países que haviam assinado o Tratado de Bruxelas, com exceção de Luxemburgo, que foi representado pela Bélgica, mais Canadá e Estados Unidos. O Washington

¹¹ Tradução nossa. No original: “If any of the High Contracting Parties should be the object of an armed attack in Europe, the other High Contracting Parties will, in accordance with the provisions of Article 51 of the Charter of the United Nations, afford the Party so attacked all the military and other aid and assistance in their power”. Texto original disponível em: <http://www.nato.int/ebookshop/video/declassified/doc_files/Brussels%20Treaty.pdf>. Acesso em: 25 set. 2017.

¹² Para consultar o texto da Resolução Vandenberg, veja: <http://www.nato.int/cps/en/natohq/official_texts_17054.htm>. Acesso em: 25 set. 2017.

¹³ Tradução nossa. No original: “this Government, by constitutional process, should particularly pursue the following objectives within the United Nations Charter: [...] 3. Association of the United States, by constitutional process, with such regional and other collective arrangements as are based on continuous and effective self-help and mutual aid, and as affect its national security”. Texto original disponível em: <http://www.nato.int/cps/en/natohq/official_texts_17054.htm>. Acesso em: 25 set. 2017.

Paper foi fruto dessas conversas iniciais. Publicado em 9 de setembro de 1948, o documento apresentava o esboço daquilo que viria a ser o Tratado de Washington.

As negociações formais para o Tratado de Washington tiveram início na data de 10 de dezembro de 1948. Dessa vez, Luxemburgo enviou seu próprio representante. O restante dos membros fundadores da OTAN só foram convidados para as últimas sessões de negociações, que começaram em 8 de março de 1949.

Assim, no dia 4 de abril de 1949, foi assinado o Tratado do Atlântico Norte, também conhecido como Tratado de Washington, que criou a aliança militar denominada Organização do Tratado do Atlântico Norte. Os doze países fundadores da OTAN são Bélgica, Canadá, Dinamarca, Estados Unidos da América, França, Islândia, Itália, Luxemburgo, Noruega, Países Baixos, Portugal e Reino Unido.

À primeira vista, o convite estadunidense para que Portugal participasse da OTAN não parece tão lógico. Portugal encontrava-se sob um regime ditatorial, havia se mantido neutro durante a Segunda Guerra Mundial e afastado da dinâmica internacional no pós-guerra até 1949.

Portugal foi, portanto, chamado a participar da OTAN por motivos geoestratégicos e políticos, e não por razões ideológicas. A posição estratégica dos Açores, da Madeira e do próprio Portugal é extremamente importante para o controle do oceano Atlântico Norte e para o reforço estratégico da Europa. A escolha de rotas que passem próximo de Açores e Madeira e do próprio continente europeu permitem que os aviões destinados à proteção antiaérea possam permanecer mais tempo na área de ação, tendo em vista que o tempo de trânsito até a área é encurtado, e possam acudir a pedidos urgentes de interceptação de forças inimigas em aproximação (ABREU, 1979, p. 53-55).

A partir de Portugal continental e também de Açores e Madeira, pode-se controlar e proteger as rotas marítimas que ligam o norte da Europa e o Mediterrâneo com a América, África e o Extremo Oriente. A importância estratégica dos Açores decorre do fato do arquipélago poder ser utilizado como plataforma aérea e naval, funcionando como um trampolim para os movimentos de reforço e reabastecimento, desde os Estados Unidos e Canadá até a Europa, assim como projeção de força dos Estados Unidos para a Europa e Oriente Médio. A importância do arquipélago da Madeira é devido ao fato de que se encontra a razoável distância do acesso ao Mediterrâneo.

Teixeira (1999, p. 18) afirma que o convite a Portugal teve natureza geopolítica e geoestratégica e relacionava-se com a constituição do novo sistema internacional que estava sendo delineado no contexto do fim do pós-guerra. Segundo o autor, tal sistema era baseado em dois pilares. O primeiro seria o próprio Estados Unidos, que representaria o sustentáculo de todo

o sistema, estando na retaguarda. O segundo pilar seria a Europa dos países do Tratado de Bruxelas, que representaria a linha de frente e defesa imediata. Para que tal sistema funcionasse de forma ideal, eram necessárias a proteção dos flancos norte e sul e a articulação entre os dois pilares, Estados Unidos e Europa.

Seria daí que surgiria a relevância de Portugal: a importância estratégica dos Açores para a defesa do mundo ocidental. A base ali existente havia tido destaque no decorrer da Primeira Guerra Mundial, havia sido decisiva durante a Segunda Guerra, e mostrar-se-ia indispensável nas circunstâncias da Guerra Fria. Sua relevância é explicada pelo fato de que caso houvesse um ataque da URSS, o reforço militar deveria passar necessariamente pelo arquipélago.

Telo (1999, p. 45) argumenta que a OTAN exerceu importante papel no campo político durante sua fase de formação e estabelecimento, já que sua principal função teria sido a de inserir a Europa atlântica no sistema ocidental. No pós-guerra, a Europa havia deixado de ser o centro do sistema internacional, mas configurava-se como o centro das rivalidades.

No contexto do pós Segunda Guerra Mundial, os governantes do Estado Novo (1933-1974) português viram com preocupação os desenvolvimentos da política internacional. O regime, então, passou a adotar uma posição defensiva em meio à divisão da Europa em dois tipos conflitantes de regimes. O governo português também via com receio o avanço estadunidense em direção ao leste, passando a ocupar posições que eram tradicionalmente ocupadas por poderes europeus. Adicionalmente, via com desconfiança a pressão dos Estados Unidos em implementar mundialmente um sistema econômico internacional baseado no dólar e em um mercado mais aberto, o que colocaria em xeque os tradicionais laços europeus com seus impérios (TELO, 1999, p. 46-47). À época, Portugal, império ultramarino, rejeitava os preceitos do comunismo e também do liberalismo.

Apesar de reconhecer que o centro da política mundial deslocar-se-ia para o Atlântico, o governo português insistiu na ideia de que o sistema eurocêntrico não havia chegado a um término. Segundo essa visão, portanto, o Reino Unido continuaria a ter papel de importância, e era com auxílio desse país que a Europa deveria reerguer-se. Assim, a reconstrução do continente deveria dar-se com base em valores tradicionais e voltada para a África, continente sem o qual a Europa não conseguiria subsistir de forma autônoma. O discurso em favor da recuperação comum europeia não significava, contudo, o apoio do governo português às tentativas de integração do continente, algo que considerava oposto aos interesses nacionais (TELO, 1999, p. 47-48).

À época, as duas principais vertentes da política externa portuguesa eram a aproximação com o regime espanhol de Franco, para defesa conjunta contra as críticas proferidas pelos países

da Europa Ocidental e da própria ONU em relação aos regimes ditatoriais dos dois países, e a aproximação com o Reino Unido.

Portugal não tinha condições de garantir sua defesa sozinho. Portanto, necessitava de apoio externo. Assim, em 21 de janeiro de 1947, o país apresentou ao Reino Unido uma proposta que, caso fosse consumada, representaria um pacto de defesa mútua entre os dois países. Tal proposta contava com uma extensa lista de insumos necessários que o Reino Unido deveria fornecer a Portugal no caso de mobilização das forças.

O governo britânico não recebeu bem a proposta portuguesa, por dois motivos principais. Em primeiro lugar, estava comprometido com as negociações do Tratado de Bruxelas que, conforme mencionado anteriormente, viria a ser assinado em março de 1948. O Tratado representaria o comprometimento dos países europeus em se defender mutuamente em caso de ataque externo. Em segundo lugar, durante toda a vigência da Aliança Luso-Britânica¹⁴, o Reino Unido esquivou-se de firmar um plano de defesa permanente com Portugal. À vista disso, não seria naquele momento que o país iria comprometer-se com Portugal, ainda mais em um contexto em que a sua prioridade era trazer os Estados Unidos para o projeto de defesa europeu. Assim, a resposta dada a Portugal foi de que o governo britânico iria analisar o pedido e sugeriu-se que Portugal procurasse os Estados Unidos, outro fornecedor disponível, e nada foi dito acerca do projeto de defesa mútua (TELO, 1999, p. 50).

Conforme previamente apresentado, Portugal era um país de importância na conjuntura da Guerra Fria, devido à posição de seus arquipélagos. Os Estados Unidos demonstrava interesse em firmar parceria permanente com Portugal devido à posição de Açores. O Estado Maior Conjunto estadunidense declarou em 1944 que Açores era uma das únicas bases vitais a serem mantidas no pós-guerra. Importante salientar que os Estados Unidos estavam dispostos a conceder contrapartidas em termos econômicos e militares para garantir a presença nas ilhas.

A tácita negativa britânica em comprometer-se com um acordo de defesa com Portugal fez o país perceber que o Reino Unido não mais ocupava uma posição de proeminência no cenário internacional pós-guerra. Assim, Portugal deveria seguir o conselho britânico e procurar auxílio estadunidense, apesar das desconfianças existentes em relação à nova potência mundial. Compelido por essa situação, Portugal pediu a garantia da defesa de seu território e a defesa do império em troca da possibilidade dos Estados Unidos de utilizarem Açores (TELO, 1999, p. 51-52). Dessa forma, Portugal abandonou sua posição de política externa de neutralidade frente ao contexto da Guerra Fria, pois não tinha margem de manobra para tomar outra decisão.

¹⁴ A Aliança Luso-Britânica foi instituída em 1373 por meio do Tratado Anglo-Português e permanece até hoje em vigor.

À época, a Resolução Vandenberg ainda não havia sido aprovada no senado dos Estados Unidos, portanto o país ainda era constitucionalmente proibido de participar de arranjos de defesa permanentes fora do continente em tempos de paz. Telo (1999, p. 52) afirma que os Estados Unidos conferiam tamanha importância aos Açores que não negaram diretamente a proposta de defesa do império, mas propôs informalmente que qualquer ataque a Portugal seria visto como um ataque aos Estados Unidos, o que foi suficiente para garantir ao país americano a possibilidade de manter sua base nos Açores.

Em consonância com o que foi previamente argumentado, a situação portuguesa na conjuntura de sua entrada na OTAN era de impasse. O país necessitava de auxílio externo para garantir sua defesa e segurança, mas seu tradicional aliado – o Reino Unido, não se mostrava disposto a fazê-lo. Os Estados Unidos apresentavam-se como única alternativa possível a esse anseio português, e desejavam trazer o país europeu para perto de si devido à posição dos Açores. Destarte, convidaram Portugal a participar das negociações do Tratado de Washington já em fases avançadas, quando desejavam cobrir as zonas periféricas importantes em termos estratégicos e de comunicação (TELO, 1999, p. 53). O convite estadunidense não agradou à França, que tinha reservas quanto ao fato de Portugal não ser uma democracia pluralista como o restante dos países fundadores da OTAN. Entretanto, a posição das ilhas atlânticas portuguesas era tão importante no que se refere às pontes aéreas para o sul da Europa e aos planos nucleares estadunidenses que o convite foi concretizado a despeito das diferenças políticas e ideológicas entre os países.

O convite para integrar as negociações do Tratado de Washington foi recebido com surpresa e desconfiança por Salazar e seu Ministro das Relações Exteriores. Durante as negociações do Tratado com os Estados Unidos e Reino Unido, Salazar explicitou quatro reservas que nutria em relação ao texto do documento. Em primeiro lugar, fez objeção à menção à Carta da ONU, organização da qual o país não participava, e ao modelo democrático parlamentar, o qual o Estado Novo não aprovava. Em segundo lugar, rejeitou a possibilidade de qualquer proposta de integração ou supranacionalidade, por temor de que fosse uma forma de os Estados Unidos conseguirem direito de utilização permanente da base dos Açores, o que colocaria o controle português sobre a área em risco. Em terceiro lugar, demonstrou insatisfação em relação à exclusão da Espanha, país com o qual integrava o Pacto Ibérico, assinado em 1939. Em quarto e último lugar, expressou apreensão no que se refere à duração do Tratado, que perduraria por vinte anos. Tal período era considerado longo demais pelo governo português, que não queria se ver envolvido em um novo possível conflito (TEIXEIRA, 1999, p. 21).

O receio relativo à Espanha confirmou-se, com o país exercendo pressão em Portugal para que não aderisse à OTAN, argumentando que seria a adesão à aliança militar atlântica iria contra o Pacto. As grandes potências não observaram as questões colocadas por Portugal, uma vez que não afetavam seus interesses. Esses países começaram a exercer pressão cada vez maior em Portugal a medida que a data de assinatura do Tratado se aproximava. O argumento utilizado era de que uma recusa portuguesa poderia influenciar de modo negativo outros países que também estavam em processo de decidir se participariam ou não do Tratado de Washington. Essa influência negativa poderia abrir uma rachadura no bloco ocidental, o que só beneficiaria a URSS (TEIXEIRA, 1999, p. 21).

Portugal, como uma pequena potência e país semiperiférico, não tinha muita margem de manobra. O país não tinha meios para garantir sua segurança externa sozinho e, portanto, necessitava de auxílio estrangeiro para fazê-lo. Argumenta-se que é princípio tradicional e fundamental da política externa e de defesa de Portugal aliar-se à potência marítima da época (PEREIRA, 1986, p. 61). Assim, se antes Portugal dependia do Reino Unido para assegurar sua segurança externa, a mudança no cenário internacional aliada à falta de vontade britânica em auxiliar o país fez com que os Estados Unidos surgisse como a possibilidade prima de aliança.

Salazar e os dirigentes do Estado português perceberam que recusar a aliança com a nova potência mundial seria um ato emblemático, que poderia colocar o país sob os holofotes da comunidade internacional. Adicionalmente, a negativa portuguesa poderia ser interpretada como debilidade diante da pressão espanhola, algo que também não retrataria bem Portugal no cenário internacional (TEIXEIRA, 1999, p. 21).

Além disso, cabe ressaltar o papel do então Ministro da Guerra, Santos Costa, da Marinha e da ala liberal do regime em convencer Salazar a aderir à OTAN. Santos Costa defendia a participação na OTAN pois isso auxiliaria na concretização dos planos de rearmamento das forças armadas portuguesas. A Marinha, por sua vez, era favorável à OTAN porque já mantinha programas de cooperação militar com os Estados Unidos e Reino Unido, e a participação na mesma aliança militar permitiria o aprofundamento desses programas. A ala liberal via na OTAN uma chance do regime desenvolver uma ligação mais profunda com os Estados Unidos e assim permitir certo desenvolvimento (TELO, 1999, p. 55).

A formação e o desenvolvimento da OTAN marcaram uma nova fase do relacionamento entre Portugal e Estados Unidos. A nova conjuntura permitiu Portugal a obter contrapartidas reais em troca da utilização das bases nos Açores. O acesso à ajuda militar passaria pela assinatura de acordos de defesa, que foram assinados a partir de 1951, com protocolos secretos. Tais acordos garantiram aos Estados Unidos direito automático de uso das bases aéreas e navais

dos Açores, tanto em tempos de guerra quanto em tempos de paz. Esses acordos também permitiram o desenvolvimento do arquipélago como uma base antissubmarina e como ponto de apoio das pontes aéreas.

Conforme argumentado nesta seção, as pressões da conjuntura internacional do período após a Segunda Guerra Mundial guiaram a decisão portuguesa em direção ao aceite do convite feito pelos Estados Unidos para integrar a OTAN na condição de membro fundador. Apesar da falta de margem de manobra à época, Portugal logo começou a auferir as vantagens de participar de uma aliança militar encabeçada pela potência estadunidense. À vista disso, a próxima seção deste trabalho trata dos ganhos obtidos por Portugal ao participar da OTAN e a importância desta organização para o país.

2.2 A IMPORTÂNCIA DA OTAN PARA PORTUGAL E A RELAÇÃO ENTRE O PAÍS E A ALIANÇA

A entrada de Portugal na OTAN teve consequências que foram sentidas nas mais diferentes esferas do país. Houve efeitos na economia, forças armadas, política doméstica, política internacional, para citar alguns.

Argumenta Telo (1999, p. 45-46) que a OTAN exerceu importante função política para Portugal, tanto em termos domésticos, quanto em termos internacionais, ao melhor inserir o país no sistema ocidental. Assim, resume a importância da OTAN para Portugal em sete pontos principais. Em primeiro lugar, a OTAN promoveu a integração de Portugal no sistema Ocidental Atlântico, liderado pelos Estados Unidos, encerrando a possibilidade de que o país constituísse uma zona não inserida. Tal zona não inserida seria composta por Portugal continental, seus arquipélagos e suas zonas de influência na África. Assim, configuraria uma área de tamanho considerável, o que não seria conveniente para os Estados Unidos no contexto da Guerra Fria, uma vez que tal área poderia ser alvo de influência soviética.

Em segundo lugar, a OTAN apresentou-se a Portugal como uma alternativa à Aliança Luso-Britânica. Como explanado, essa secular aliança não servia mais aos anseios portugueses, uma vez que o Reino Unido não se mostrava disposto a assumir a responsabilidade de garantir a segurança externa do país. Dessa forma, participar da OTAN foi a forma encontrada pelo governo português de preencher essa necessidade do país.

Em terceiro lugar, a OTAN foi o meio de aproximação política e estratégica entre Portugal e Estados Unidos. Esse último país não poderia deixar de inserir Portugal e sua rede de influência no bloco ocidental. Além disso, a OTAN colocou Portugal como o interlocutor ibérico

por excelência junto aos poderes que dominavam o Atlântico. Este foi o receio subjacente espanhol quando do seu protesto frente à possibilidade de Portugal integrar a Aliança Atlântica. A Espanha argumentava que a participação portuguesa em um arranjo de defesa iria contra o Pacto Ibérico, firmado entre os dois países em 1939. Contudo, sua real preocupação era de que Portugal, ao participar a aliança com as potências, assumisse uma posição de destaque, relegando a Espanha a uma posição de menor importância.

Nesse mesmo sentido, Teixeira (1999, p. 23) argumenta que apesar da insistência de Salazar para que a Espanha também ingressasse na aliança, a negativa das potências ocidentais favoreceu Portugal. Dessa forma, houve o reforço da posição portuguesa no quadro peninsular europeu e a instituição do país como o interlocutor privilegiado no relacionamento extrapeninsular.

Em quarto lugar, possibilitou que Portugal passasse a gozar das principais técnicas, métodos e formas organizativas das sociedades pós-industriais. Tal processo foi financiado justamente por tais sociedades, a partir de uma dinâmica que tinha seu início nas forças armadas e, então, por uma ação de transbordamento, atingia todas as esferas da sociedade.

Em quinto lugar, a OTAN permitiu que as forças armadas portuguesas e a estrutura de defesa do país experimentassem um processo de modernização. Isto fez com que o país se aproximasse do nível de desenvolvimento das democracias ocidentais. Em sexto lugar, modificou a política de defesa e a política militar nacional em 1949 e 1959.

Por fim, em sétimo lugar, a OTAN auxiliou a transição de Portugal de um regime autoritário para uma democracia pluralista ocidental. A modernização das forças armadas portuguesas teria sido, segundo o autor, um fato de importância para a transição do país.

O convite e a posterior participação de Portugal na OTAN auxiliaram na legitimação do país na dinâmica internacional. Conforme explicitado, o convite dos Estados Unidos a Portugal para integrar a organização deu-se por motivos geoestratégicos. Assim, do ponto de vista militar e estratégico, Portugal foi aceito no círculo dos países que pertenciam à OTAN. Contudo, sob a ótica política e econômica, Portugal ainda era objeto de reprovação. No contexto da Guerra Fria, Portugal passou a não ser visto tanto como país autoritário, e sim mais como um país anticomunista, mas isso não isentou o país de ainda ser percebido com desconfiança. Segundo Gonçalves (2009, p. 15), a subsistência do Estado Novo fez de Portugal um país estranho na Europa, que muito valorizava as instituições democráticas, devido ao trauma das consequências do nazismo e fascismo.

Destaca-se que à época da entrada de Portugal na OTAN, o país ainda não era membro da ONU. Portugal só viria a tornar-se membro da ONU em 14 de dezembro de 1955, dez anos após

a fundação do organismo internacional. Apesar do Estado Novo português não ser simpático à nova configuração de poder ao final da Segunda Guerra Mundial, logo percebeu-se que Portugal não poderia manter-se alheio ao fórum de importância que é a ONU. Assim, fazia-se necessário que o país nela participasse para ter voz no cenário internacional. Contudo, Portugal enfrentou vetos sucessivos da URSS em relação à sua entrada. Como afirmado, passou a integrar a ONU em 1955, quando Estados Unidos e URSS aprovaram a entrada de um pacote de países que continha uma quota de países aliados ao bloco ocidental e uma quota aliada ao bloco comunista. A participação de Portugal na OTAN foi, portanto, uma maneira de incluir o país no sistema internacional.

A OTAN, contudo, não protegia a grande estratégia de Portugal, que visava a garantia da manutenção e sobrevivência de seu império colonial. A manutenção de colônias era a expressão do atraso português em relação aos outros países da OTAN, em especial à França e ao Reino Unido. Esses dois países recorreram à solução neocolonial durante o processo de descolonização: em vez de guerras de libertação, foram feitos acordos com as então colônias, instituindo partidos e representantes que, na realidade, permaneceram defendendo os interesses da metrópole nos países agora libertos. Portugal não tinha capitalismo imperial para sustentar essa saída neocolonial e continuava a necessitar dos insumos de suas colônias. Portanto, não podia renunciá-las.

Destaca-se a importância do Brasil para Portugal nesse período, devido à questão da descolonização. Conforme dito, Portugal encontrava-se isolado politicamente: mantinha um regime ditatorial e não pertencia à ONU, organização que estava trabalhando para promover a autonomia política dos povos, algo que ia de encontro às políticas portuguesas para a África. Já o Brasil era o principal país da América do Sul, falava português e era membro fundador da ONU.

Portugal recorreu ao Brasil quando os indianos, em seu processo de descolonização, tentaram anexar as possessões de Portugal na Índia – Goa, Damão e Diu. A diplomacia brasileira assumiu a representação portuguesa na União Indiana, quando as relações diplomáticas entre Portugal e Índia foram rompidas devido à recusa do país europeu em negociar a renúncia das possessões. Foi feita também uma campanha junto à opinião pública do Brasil para que houvesse apoio às ações de Portugal (GONÇALVES, 2009, p. 16).

Brasil e Portugal então assinaram o Tratado de Amizade e Consulta¹⁵, cujo objetivo era harmonizar as políticas externas dos dois países por meio do mecanismo das consultas mútuas. Segundo Gonçalves (2009, p. 17), esse tratado serviu para que Portugal garantisse o apoio do

¹⁵ O Tratado de Amizade e Consulta foi assinado durante o governo de Getúlio Vargas, em 1953; ratificado no governo de Café Filho, em 1954; e regulamentado no de Juscelino Kubitschek, em 1960.

Brasil em relação à sua política de manutenção da soberania em relação às colônias no continente africano. A proteção das colônias só poderia ocorrer caso o país mantivesse um bom relacionamento com o Brasil. Ressalte-se que a posição brasileira só se modificou após a Revolução dos Cravos, momento em que Portugal decidiu negociar a independência de suas colônias.

Pereira (1986, p. 69-70) afirma que se um país deseja ter projeção internacional de destaque e não apenas europeia, deve fazer parte das políticas e decisões dos núcleos de poder mundiais. Um desses núcleos seria a OTAN. A organização permite contato direto com forças armadas muito desenvolvidas, no que se refere tanto a questões de doutrina quanto de material. Adicionalmente, para além das questões militares, Portugal teria vantagens em participar das consultas e cooperação política entre os países da OTAN, porque receberia um enorme fluxo de informações diariamente que não teria acesso por outros meios.

A participação de Portugal na OTAN faria com que o país criasse e mantivesse a imagem de um país organizado e responsável. Para tal, Portugal deveria encarar as questões relacionadas à OTAN como se fossem de rotina nacional. Ressalta-se que a participação nas reuniões em cidades como Londres, Bruxelas e Paris ou em sedes de órgãos da aliança não deveria ser tida como atividade excepcional (OLIVEIRA, 1978, p. 71).

A entrada de Portugal na OTAN trouxe consequências imediatas para a política doméstica e para a política externa do Estado Novo. Apesar de todas as reservas iniciais de Salazar em relação à aliança, a adesão de Portugal à OTAN constituiu-se como uma vitória interna para si em duas frentes. Havia desacordos no regime quanto à entrada na aliança, mas a efetiva entrada do país dividiu a oposição de modo profundo. Os comunistas opunham-se à OTAN por considera-la o braço militar do imperialismo estadunidense. Por sua vez, a oposição democrática comemorou a entrada na organização com a esperança de que houvesse condenação implícita do regime autoritário por meio da referência à Carta da ONU e aos princípios da democracia, exaltados no Tratado de Washington. Contudo, a entrada de Portugal na OTAN acirrou as dissensões entre a oposição do regime e conferiu legitimidade ao país no cenário internacional, algo almejado por Portugal (TEIXEIRA, 1999, p. 22).

Além da maior legitimidade do país no âmbito internacional, as relações entre Portugal e Estados Unidos estreitaram-se. Durante a década de 1950, os dois países assinaram acordos de cooperação militar. Além do acordo de 1948 sobre a base de Açores e do Mutual Defense Assistance Act, de 1949, foram assinados um acordo de assistência mútua, em janeiro de 1951, e em setembro desse mesmo ano, um acordo que estendia a permanência das facilidades da base

militar de Açores até o ano de 1956. Em novembro de 1957, um acordo suplementar estendeu o prazo de vigência até dezembro de 1962.

Ao longo da década de 1950, no quadro do acordo de assistência mútua, foi colocado em prática um processo de reequipamento das forças armadas portuguesas, que ocorreu sob direção das forças armadas dos Estados Unidos e se concretizou com a construção de infraestruturas e na recepção de material de guerra. Em conjunto com os aspectos técnicos, ocorreu um processo de reciclagem, formação e especialização profissional dos militares portugueses. Assim, durante a década em questão, houve renovação da doutrina e dos métodos e reformas no mais alto nível das forças armadas de Portugal.

As mudanças pelas quais as forças armadas portuguesas passaram visavam sua adequação e aproximação às estruturas e procedimentos das forças armadas dos outros países que compunham a OTAN. Dessa forma, em 1950, criou-se o Ministério da Defesa Nacional e reforçou-se o cargo do Chefe de Estado-Maior-General das Forças Armadas. Também foram criados o Estado-Maior-General das Forças Armadas e o Conselho Superior Militar (TEIXEIRA, 1999, p. 24-25).

A participação de Portugal na OTAN e a aproximação com os Estados Unidos permitiram que o país europeu se desenvolvesse nas mais diversas esferas. Esse processo de reestruturação política, econômica e social culminou na escolha do país pelas opções do capitalismo, da democracia liberal e do ingresso na Comunidade Europeia, realizado em 1986. Gonçalves (2009, p. 18) argumenta que tal opção possibilitou que Portugal passasse por uma maior modernização econômica e social, além de fortalecer o país no cenário internacional, devido ao fato de que o país passou a ter o respaldo europeu em negociações internacionais.

Importante salientar que a gênese da CPLP remonta a esse período. Em 1989, foi criado o Instituto Internacional da Língua Portuguesa (IILP)¹⁶, em uma reunião realizada em São Luís do Maranhão, que contou com a presença dos chefes de Estado de Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal e São Tomé e Príncipe. Em dezembro de 1990, os países assinam o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, que unifica a ortografia da língua. Já em 1996, foi criada a CPLP, que reuniu os países acima citados e também o Timor Leste (GONÇALVES, 2009, p. 18).

Argumenta Gomes (2009, p. 53-54) que a relação entre Portugal e a OTAN foi de relevância para a Marinha portuguesa. Tal relação teria permitido que este ramo das forças armadas nacionais pudesse passar por transformações nos campos doutrinário e organizacional,

¹⁶ Atualmente, o IILP é uma instituição pertencente à CPLP.

na formação, no treino, e nos procedimentos operacionais, os quais foram determinantes para o aumento do prestígio da Marinha Portuguesa, nos âmbitos doméstico e internacional.

O autor identifica cinco períodos distintos do contato da Marinha com a OTAN. O primeiro período refere-se à adaptação entre as duas entidades, entre 1949 e o início da década de 1960 e da guerra do ultramar. Em 1949, a Marinha de Portugal contava com oito mil homens, treze escoltas (cinco contratorpedeiros, seis avisos e duas fragatas), seis escoltas costeiras, seis submarinos, quarenta auxiliares e noventa aeronaves, que haviam sido resultado do plano de reaparelhamento da década de 1930. À época, Portugal não tinha um plano de sustentação e modernização próprio, uma vez que a renovação de sua esquadra era consequência das circunstâncias e dos auxílios outorgados pelos Estados Unidos e Reino Unido.

De acordo com o que foi previamente argumentado, os arquipélagos portugueses tinham importância estratégica para a OTAN. Assim, a adesão à OTAN fez com que as forças armadas portuguesas se adaptassem à nova conjuntura. Em relação à Marinha, ao nível da doutrina, foram extintos os núcleos próprios do poder naval e a Marinha integrou-se aos planos da OTAN. Conforme já explicado por Teixeira, e retomado por Gomes, findou-se a autonomia dos Ministérios da Marinha e do Exército, e as forças armadas unificaram-se sob um único Ministério da Defesa, como órgão político de coordenação, e criou-se uma Secretaria de Estado por ramo das forças.

Durante a década de 1950, a Marinha de Portugal passou por grandes transformações. Segundo Gomes (2009, p. 54), em troca dos direitos de utilização da base de Lajes, os Estados Unidos iniciaram a ajuda em relação aos meios navais, porque os navios que Portugal possuía ainda eram da década de 1930, o que os tornava não compatíveis com os requisitos da OTAN. Assim, os avisos e os contratorpedeiros passaram por modernizações e, adicionalmente, foram comprados quinze novos navios.

Lidar com esses novos e modernizados meios navais exigiu que fossem integradas novas técnicas e implicou na especialização dos recursos humanos e na adoção de novos sistemas de formação. Esses novos métodos e procedimentos foram importados da experiência adquirida na OTAN. Adicionalmente, foram criados a Força Naval da Metrópole e o Agrupamento de Instrução, e foram iniciados exercícios navais em águas de Portugal, o que significou o começo da preparação da Marinha nacional para os exercícios da OTAN (GOMES, 2009, p. 54-55).

Importantes mudanças foram vividas no setor de comunicações, lideradas pela Marinha. Criou-se o Centro de Comunicações da Armada, além da instalação de uma complexa rede de estações radionavais no continente, nos arquipélagos e nas colônias do ultramar, assegurando as comunicações por todo o império (GOMES, 2009, p. 54).

O segundo período, compreendido entre a década de 1960 e o ano de 1975 e marcado pelo processo de descolonização, significou a evolução de duas Marinhas de Portugal: uma virada para o continente africano, e outra voltada à OTAN (GOMES, 2009, p. 53). Nesse período, a Marinha tornou-se capaz de responder simultaneamente aos compromissos decorrentes da OTAN e às necessidades impostas pelo conflito de descolonização. Em conjunto com a OTAN, a Marinha de Portugal atuou em diversos exercícios internacionais, o que auxiliou no desenvolvimento da interoperabilidade, doutrina, técnicas e procedimentos. Vale salientar que, em 1968, foi ativada a Força Naval Permanente do Atlântico (STANAVFORTLANT), que contou com a participação de fragatas portuguesas. Ademais, nesse período, houve o aumento da participação de militares portugueses nas estruturas da OTAN.

O terceiro período, compreendido entre 1975 até a década de 1990, foi marcado pelo declínio e ressurgimento da Marinha. Essa fase foi marcada pelas dificuldades trazidas pela Revolução dos Cravos e pelo processo de descolonização. A Marinha participou mais ativamente das missões da OTAN, porém o atraso tecnológico de suas fragatas impôs dificuldades à integração da força (GOMES, 2009, p. 57).

O quarto período, de consolidação, foi compreendido entre a década de 1990 até os atentados do 11 de setembro de 2001. Nesse período, foi ativada a Esquadrilha de Helicópteros com o apoio da OTAN. Além disso, com três anos de antecedência, Portugal iniciou as preparações para que assumisse o comando da STANAVFORLANT no biênio 1995 e 1996. Nesse período, a força participou de diversas operações, com destaque para a operação de interdição marítima no Mar Adriático, realizada em 1995, e que contou com a participação de três fragatas portuguesas como navios-chefe, um submarino e um navio reabastecedor. No que se refere aos fuzileiros navais, a experiência no Adriático proporcionou aumento de flexibilidade, modularidade e desenvolvimento de novas técnicas de abordagem (GOMES, 2009, p. 58-59).

O quinto período, de 2002 até hoje, é marcado pela preocupação crescente com a segurança. A Marinha de Portugal continuou participando das missões internacionais da OTAN. No âmbito doméstico, foram desenvolvidos os conceitos estratégicos de Defesa Nacional e militar, além da criação do Centro Operacional de Coordenação Marítima (COMAR) (GOMES, 2009, p. 61).

Enquanto Gomes se debruça sobre as experiências entre a Marinha portuguesa e a OTAN e as melhorias advindas dessa relação, Ramalho (2009, p. 65-66) se debruça sobre a experiência do Exército. Segundo ele, pode-se dividir a participação do Exército português nas forças da OTAN em quatro períodos. O primeiro período engloba os anos de 1949 a 1951, e foi marcado pelo esforço de Portugal em adaptar o Exército às necessidades da OTAN, em termos

organizacionais, estruturais e no domínio dos armamentos. O segundo período ocorre entre 1961 a 1976, e é marcado pelas guerras com as colônias. Nessa fase, devido às guerras citadas, ocorre diminuição da participação do Exército nas atividades da OTAN, mas destaca-se a realização de exercícios orientados para a aliança, com Agrupamento de Armas Combinadas e apoio de fogos real.

O terceiro período é compreendido entre 1976 e 1996. Após o fim das guerras coloniais, o Estado português empreende esforços para voltar a participar ativamente da OTAN. Assim, esse período é marcado por trabalhos de reequipamento e organização, além de melhoria no nível doutrinário e de formação de pessoal, de acordo com as orientações da OTAN. O Exército participou de atividades de treino operacional e exercícios. Por fim, houve a atribuição de forças do Exército à OTAN e de nacionais portugueses às estruturas de Comando, Comitê e Grupos de Trabalho.

O quarto período refere ao espaço de tempo compreendido entre 1996 até hoje. Nesse período, houve aumento da participação de Força Nacional Destacada (FND) nas operações da OTAN. Portugal pode, assim, assumir o papel de produtor de segurança internacional.

A participação do Exército em operações militares internacionais realizadas no seio de organizações internacionais das quais Portugal faz parte é, segundo Ramalho (2009, p. 67), o principal fator de desenvolvimento e de motivação do Exército, além de constituir uma razão para que os militares adiram e permaneçam nas fileiras¹⁷. O envolvimento nessas operações implicou esforços de adaptação, renovação e transformação na instituição e nos membros do Exército. Adicionalmente, o Exército pôde acumular conhecimento e experiência no âmbito internacional, proporcionando aos militares oportunidade de treino e aplicação real de suas capacidades.

A Força Aérea portuguesa só começou a participar das operações da OTAN em 1992, com o empenhamento de aeronave para patrulhamento marítimo no Mar Adriático. Desde então, as aeronaves portuguesas têm sido empregadas em operações da aliança, que significam uma oportunidade da Força Aérea para operar em condições meteorológicas exigentes e diferentes das que prevalecem em Portugal, e para projetar meios aéreos de combate para teatros de operações distantes (ARAÚJO, 2009, p. 83-84).

Esse mesmo autor salienta algumas lições aprendidas a partir da experiência da Força Aérea nas operações da OTAN. Dentre elas, destacamos três. A primeira refere-se à elevada

¹⁷ De acordo com a Lei do Serviço Militar de Portugal, em tempos de paz, o serviço militar baseia-se no voluntariado. Para consultar a Lei, ver: <<https://dre.pt/application/dir/pdf1s/1999/09/221A00/65416550.pdf>>. Acesso em: 29 set. 2017.

exigência da preparação e treino das tripulações, uma vez que as missões ocorrem primariamente em ambientes hostis. A segunda refere-se à necessidade de atualização permanente de doutrina de táticas, de técnicas de emprego e a normalização de procedimentos com forças aéreas aliadas e amigas. Por fim, a terceira diz respeito à adequação da atual cadeia de comando e controle e de acompanhamento das missões no exterior (ARAÚJO, 2009, p. 85-86).

Duarte (2008, p. 134) afirma que a gestão de crises internacionais é crescentemente multidimensional. Dessa forma, há a visão militar voltada às crises, mas a consolidação da paz só é possível por meio de uma abordagem que inclua meios civis, policiais, humanitários e econômicos. Esta pode ser uma outra forma de Portugal colaborar com seus recursos em operações da OTAN e até mesmo de outros organismos internacionais.

As normativas portuguesas destacam o papel da OTAN para Portugal. No ano de 2003, por meio da Resolução do Conselho de Ministros nº 6, foi aprovado o Conceito Estratégico de Defesa Nacional (CEDN) de Portugal. Tal documento determina as linhas gerais a serem adotadas pelo Estado português a fim de alcançar os objetivos da política de defesa e segurança nacional, e aborda questões mais gerais que somente a OTAN.

Assim, o CEDN de 2003 identificava a OTAN como a melhor opção do país no quadro da defesa do espaço geográfico nacional e da valorização da posição estratégica. No âmbito militar, como argumentado ao longo deste texto, a OTAN atua como uma entidade propulsora no processo de modernização das forças armadas portuguesas, bem como um modo de afirmação internacional dos militares portugueses (PORTUGAL, 2003, p. 285).

Nesse sentido, afirmou Jorge Sampaio (2007, p. 199-200) que

[a]s mudanças dos últimos anos demonstram a capacidade de resposta portuguesa às novas circunstâncias que condicionam a nossa ação externa e determinam o lugar e a credibilidade do Estado português na política internacional. A presença de destacamentos nacionais nas principais missões militares internacionais da Aliança Atlântica, da União Europeia e das Nações Unidas é o sinal mais forte dessa capacidade de resposta estratégica da instituição militar.

No ano de 2013, por meio da Resolução do Conselho de Ministros nº 19, foi publicada uma nova versão do CEDN de Portugal, que considerou tanto as mudanças no cenário internacional, quanto a aprovação do novo Conceito Estratégico da OTAN, em 2010. O CEDN de 2013 estabelece que a Aliança Atlântica é crucial para a segurança e defesa de Portugal, e que a defesa da integridade territorial e da coesão nacional de Portugal são indissociáveis da participação na OTAN.

Portugal não era capaz de garantir sua segurança. Por falta de margem de manobra e outras opções, entrou na OTAN em 1949. Contudo, ao longo dos anos, percebeu-se que a

participação na aliança lhe conferiria vantagens. Argumenta Teixeira (2009, p. 119) que a atuação portuguesa na OTAN constituiu-se como um elemento de relevância central nos planos doméstico e externo. No âmbito doméstico, foi importante para a política externa do Estado Novo e depois para a transição e consolidação da democracia no país. Sampaio (2000, p. 39) afirma que

[o] estatuto de Portugal na União Europeia e na Aliança Atlântica define, de modo estável, a nossa posição internacional como parte integrante da aliança das democracias europeias e ocidentais. O nosso futuro é inseparável da consolidação dessa Aliança e da construção de uma Europa assente na diversidade e no aprofundamento da integração.

Adicionalmente, impactou as forças armadas nacionais e a política de defesa. A participação na aliança foi o motor da transformação e modernização das forças armadas de Portugal, por meio da renovação de doutrinas, métodos e capacidades, e da harmonização, do fomento à interoperabilidade e do trabalho cooperativo entre os países-membros da OTAN.

No âmbito internacional, Portugal passou de um país que não era capaz de assegurar sua segurança a um país coprodutor de segurança internacional, e a OTAN teve um papel de destaque neste processo. Portugal era visto no cenário internacional como um Estado “consumidor passivo de segurança”, devido ao fato de que pouco contribuía em termos militares para a segurança internacional (ROCHA, 2009, p. 74).

Em 1986, o discurso do primeiro-ministro português, Aníbal Cavaco Silva, era de que

[o] nosso país, pela sua dimensão territorial, pela escassez dos seus meios humanos e económicos, tem intervenção limitada no contexto da defesa ocidental. Mas isso não impede que sejamos um factor extremamente significativo pela nossa importante situação geoestratégica. Esse valor terá sempre de ser considerado e pesado no nosso relacionamento com a NATO (SILVA, 1986, p. 13).

A partir da atuação inicial em missão na região dos Balcãs, Portugal atuou ativamente e com grande empenhamento das missões terrestres, aéreas e navais da OTAN, na Europa, Ásia, África e Mediterrâneo.

A participação portuguesa na OTAN confere ao país a credibilidade dada à organização como uma aliança militar. Além disso, os desenvolvimentos nas suas forças armadas auxiliaram o país a participar de operações de paz sob o âmbito de outras organizações internacionais, como a ONU. Ou seja, para além das vantagens adquiridas por cada uma das forças em termos técnicos, o país passou a ter papel de relevância no cenário internacional, ao colocar-se como um coprodutor de segurança internacional, com o auxílio dos Estados Unidos.

A relação com os Estados Unidos dentro e fora do âmbito da OTAN é reconhecida como relevante para Portugal. Diz Amado (2011, p. 17) que Portugal não pode desprezar toda e

qualquer oportunidade de reforçar sua relação bilateral com os Estados Unidos, que é a potência marítima mundial, correndo o risco de tornarem-se rapidamente irrelevantes caso não fossem capazes de aproveitar o aprofundamento dessa relação.

O reconhecimento de Portugal como um país coprodutor de segurança internacional e sua participação em missões internacionais realizam-se prioritariamente no âmbito da OTAN (PORTUGAL, 2013, p. 1986). Daí decorre a importância da OTAN para Portugal. Como país semiperiférico e pequena potência, não goza de meios para afirmar a posição internacional que almeja sem auxílio da potência marítima. Assim, o vetor militar serve de apoio à política externa de Portugal na sua tentativa de tornar-se mais relevante no cenário internacional.

Importante ressaltar que, apesar de a OTAN ser voltada primariamente para o Atlântico Norte, é possível que algum evento de importância no Atlântico Sul suscite uma ação da aliança. A OTAN preocupa-se com a segurança de seus membros e parceiros, e isso inclui os domínios energético e econômico. Portanto, a OTAN pode e irá intervir em conflitos quando julgue necessário. De acordo com o sítio eletrônico da OTAN, para um dos redatores originais do tratado, Theodore Achilles (1905-1986), não havia dúvida de que as operações da OTAN também poderiam ser conduzidas ao sul do Trópico do Câncer e, fundamentalmente, em todo o mundo. Vale lembrar que a OTAN já atuou além do âmbito do Atlântico Norte. Assim, não há como descartar a presença da OTAN no Atlântico Sul.

3. O PROJETO POLÍTICO PORTUGUÊS QUE PRIVILEGIA O ATLÂNTICO SUL

No terceiro capítulo, pretende-se apresentar o projeto político português que privilegia a ligação com do país com o Oceano Atlântico Sul. Para tanto, parte-se da exposição de que Portugal tem vocação marítima, ligação histórica com o Oceano Atlântico, com alguns países do continente africano e com o Brasil. Faz-se necessário ressaltar que, neste trabalho, Moçambique e Timor Leste não serão abordados com profundidade. Apesar de serem membros plenos da CPLP, eles não se localizam no Oceano Atlântico Sul, espaço de interesse para o trabalho.

3.1 MARITIMIDADE DE PORTUGAL E LIGAÇÃO HISTÓRICA COM O OCEANO ATLÂNTICO

As armas e os barões assinalados,
Que da ocidental praia Lusitana,
Por mares nunca de antes navegados,
Passaram ainda além da Taprobana¹⁸,
Em perigos e guerras esforçados,
Mais do que prometia a força humana,
E entre gente remota edificaram
Novo Reino, que tanto sublimaram¹⁹; (CAMÕES, 2011, p. 4)

Portugal localiza-se na ponta sudoeste do continente europeu e a Espanha é o único país com o qual Portugal faz fronteira. A posição geográfica do país deixa-o afastado do centro da Europa, em parte por causa da cordilheira dos Pirineus, o que prejudicaria sua integração ao continente.

Por outro lado, o país tem posição geográfica que o confere uma relação privilegiada com o mar. Os fenícios, romanos, árabes e berberes chegaram ao território que hoje comporta Portugal por via marítima. Lisboa, chamada de Olisipo durante o período romano, foi um importante porto da época. Conforme sabido, Portugal iniciou o período denominado Grandes Navegações, a partir do século XV. O mar no sentido geral, e mais especificamente o Oceano Atlântico, não se configuraram como uma barreira à expansão de Portugal, e sim como uma oportunidade de crescimento. Assim, é notória a importância da geografia na História do país.

Mahan (1975, p. 29-89) identificou o mar como uma grande via pela qual o comércio torna-se mais barato e fácil do que o comércio por terra. De acordo com esse autor, existem algumas condições que afetam o poder marítimo de um país: (i) posição geográfica; (ii)

¹⁸ Taprobana era o nome dado pelos gregos ao Sri Lanka.

¹⁹ Canto 1, estrofe 1 da obra Os Lusíadas, de Luís de Camões.

configuração física; (iii) extensão territorial; (iv) população; (v) caráter da população; (vi) caráter do governo. Aqui se destacam os itens relativos à posição geográfica, configuração física, população, caráter da população e caráter do governo. Aqueles países cuja posição geográfica e configuração física são voltadas para o mar têm vantagens em relação aos países que não gozam da mesma situação. Adicionalmente, o mar exerce presença notável na vida cotidiana da população litorânea portuguesa. O caráter da população é marítimo, ou seja, a serventia e importância do mar são reconhecidas pela população.

A costa marítima de um país é também uma de suas fronteiras. Quanto mais fácil for o acesso oferecido por essa fronteira a outras regiões, no caso o mar, maior será a tendência de um povo a manter relações com o resto do mundo por meio dele (MAHAN, 1975, p. 35). Assim, a configuração física do território português contribuiu para a relação que esse país mantém com o mar.

Cunha (2016, p. 1) argumenta que o mar não foi um elemento relevante na formação do Estado português. A formação de Portugal deu-se no ano de 868, no contexto do processo de reconquista da Península Ibérica pelos cristãos, a partir do núcleo político formado pelo Condado Portucalense (868-1139). A independência e a formação do Estado ocorreram no ano de 1139, com D. Afonso Henriques (1109-1185) declarando-se Rei de Portugal. Uma vez que a formação de Portugal foi produto de um processo político de retomada de território, a geografia não teve influência relevante. A delimitação das fronteiras portuguesas não foi determinada, em grande parte, a partir de qualquer marco físico, como rios, montanhas ou desertos. Não há acidente geológico que justifique as fronteiras entre Portugal e Espanha. A geografia e o mar foram elementos de relevância no desenvolvimento do país.

A importância do mar para Portugal ficou evidente já no período da dinastia de Borgonha (1096-1383), primeira dinastia do país, e, portanto, anterior ao início do processo da expansão marítima portuguesa. Foi nesse período que houve a inauguração da indústria naval e pesqueira no país. Em 1312, o rei D. Dinis (1261-1325) fundou a Marinha portuguesa, criando uma frota de guarda-costeira.

Entre os séculos XII e XIV, o mar e seu uso eram encarados como elementos de importância para a estrutura econômica portuguesa e para o próprio desenvolvimento do país. A pesca e a salga eram atividades de importância para Portugal, assim como o comércio marítimo e a defesa do território.

Durante o governo de Afonso IV (1291-1357), argumenta Sousa (2009, p. 125), barcos financiados pela Coroa portuguesa e comandados por navegadores de Gênova, teriam alcançado as Ilhas Canárias antes de 1336 e, novamente, no início da década de 1340. O então monarca

tentou conseguir autorização do papa Clemente VI para obter soberania²⁰ sobre as ilhas, porém sem sucesso.

D. Fernando I (1345-1383) observou que o comércio internacional trazia altos lucros, porém tais lucros iam para nacionais de outros países cujos mercadores eram donos dos navios. Assim, com vistas à compra ou construção de novas embarcações por parte dos portugueses, ordenou que aqueles navios com mais de cem toneladas poderiam utilizar madeira de florestas do reinado na sua construção de forma gratuita. Nesses casos, também não seria necessário pagar taxas de importação sobre os materiais trazidos de fora do reino para a construção dos navios. Além disso, em sua primeira viagem os donos dos navios não deviam impostos a pagar sobre as mercadorias levadas. Na volta da primeira viagem aos donos dos navios cabia metade do lucro sobre as mercadorias trazidas. Por fim, se os navios naufragassem em sua primeira viagem, os privilégios acima mencionados perdurariam pelos três anos seguintes, período no qual um novo navio seria construído ou comprado (LOPES, 1896, p. 104-105).

Em 1380, Fernando I fundou a Companhia das Naus, uma sociedade mutualista. A criação desse órgão revelou-se de relevância para o desenvolvimento da expansão marítima portuguesa. O intuito da criação da Companhia foi de fornecer amparo às empreitadas marítimas, durante as quais os navios poderiam sofrer acidentes e até mesmo naufrágios. Assim, todos os navios com mais de cinquenta toneladas deviam contribuir com uma porcentagem de cada carga transportada à caixa comum. O dinheiro dessa caixa era utilizado não só como seguro em caso de sinistros aos navios, como também para a construção de novas embarcações, o que contribuiu para o aumento da frota portuguesa e posterior expansão marítima (LOPES, 1896, p. 106-111).

A posição geográfica voltada para o Oceano Atlântico e a precoce unificação territorial e política de Portugal, em comparação com as outras monarquias europeias, por meio da Revolução de Avis (1383-1385), ensejaram o protagonismo de sua expansão marítima (ROTH, 2013, p. 71).

Para isto, também contribuíram outros dois fatos de relevância. O primeiro deles é que Portugal não gozava de recursos naturais e alimentos suficientes para sua população. O segundo deles é que apesar da paz ter sido estabelecida com Castela em 1411, a ameaça representada pelo reino vizinho ainda assombrava Portugal, que precisava de riquezas para garantir sua segurança e defesa caso as hostilidades voltassem a acontecer. Portugal encontrava-se, portanto, numa

²⁰ À época, as Ilhas Canárias foram doadas pelo papa Clemente VI a D. Luis de la Cerda (1291,1348), nobre castelhano que, exilado das terras de sua família, nasceu e cresceu na França. No período em que trabalhou como embaixador francês na corte papal em Avignon, submeteu ao papa a proposta de converter os Guanches, nativos canários de origem berbere, ao Catolicismo. O papa atendeu a sugestão e doou as ilhas, então chamadas de Afortunadas, a D. Luis de la Cerda.

situação chamada de impasse ibérico (SOUSA, 2009, p. 172). Assim, faltando em Portugal os recursos dos quais necessitava, a saída encontrada pelo país foi a expansão territorial.

O mar figurou não como um empecilho, mas sim como um instrumento para alcançar os objetivos nacionais. A opção marítima, atlântica e africana instalou-se na monarquia portuguesa. Há muito o mar era um ativo de importância para Portugal. O país já mantinha uma relação de proximidade com o mar, por causa da extensão da costa, da participação direta das populações litorâneas em atividades marítimas como a pesca, da extração de sal, e da navegação de cabotagem que conectava cidades costeiras. Tal vínculo com o mar dava-se não só fisicamente, mas também por meio das representações mentais (SOUSA, 2009, p. 172).

Decidiu-se, então, restabelecer as empreitadas bélicas contra os territórios islâmicos. A jornada para a conquista de Ceuta, cidade islâmica do Império Merínida (1244-1465), teve início em 1412. A importância de Ceuta baseava-se na sua posição estratégica no controle das linhas de comunicação marítimas entre o Mediterrâneo e o Oceano Atlântico e como entreposto comercial entre a Ásia, África e Europa.

Em julho de 1415, uma esquadra de mais de 200 embarcações e 20 mil combatentes partiram rumo à Ceuta, conquistando-a em 22 de agosto do mesmo ano. Membros da nobreza, D. João I (1357-1433), e os infantes D. Duarte (1391-1438), futuro rei de Portugal, D. Pedro (1392-1449) e D. Henrique (1394-1460) também integraram a comitiva que foi até Ceuta. Em 1418, a bula papal *Rex regum* reconheceu aos portugueses a posse desse território.

Pouco após a conquista de Ceuta, as navegações portuguesas permitiram a descoberta da Ilha da Madeira, em 1419, e das ilhas dos Açores, em 1432. Em 1460, Cabo Verde foi descoberto. Já nos anos de 1471 e 1472, foram descobertas as ilhas de São Tomé e do Príncipe, respectivamente. Apesar das dificuldades em ultrapassar o cabo do Bojador²¹, também conhecido como Cabo do Medo, os portugueses tentaram fazê-lo até que, em 1434, o navegador Gil Eanes logrou êxito. Conseguir dobrar o cabo do Bojador significava tornar-se capaz de navegar para terras ainda mais longínquas.

²¹ O Cabo do Bojador localiza-se na costa do Saara Ocidental, em cidade homônima, em território ocupado e reivindicado pelo Marrocos. As Ilhas Canárias ficam próximas ao Cabo. Tal localização era conhecida por ser perigosa e levar a morte àqueles que por ela se aventuravam. As tentativas portuguesas de cruzar o Cabo do Bojador foram retratadas em poema de Fernando Pessoa: “Ó mar salgado, quanto do teu sal/São lágrimas de Portugal!/Por te cruzarmos, quantas mães choraram,/Quantos filhos em vão rezaram!/Quantas noivas ficaram por casar/Para que fosses nosso, ó mar!/Valeu a pena? Tudo vale a pena/Se a alma não é pequena./Quem quer passar além do Bojador/Tem que passar além da dor./Deus ao mar o perigo e o abismo deu./Mas nele é que espelhou o céu” (PESSOA, 1934, p. 64).

Imagem 3: localização do Cabo do Bojador²²

Em 1452, por meio da bula *Dum Diversas*, foi outorgado a Afonso V (1432-1481) pelo papa Nicolau V (1397-1455) poder para combater e subjugar os inimigos de Cristo, podendo escravizá-los e se apropriar de seus reinos, ducados e outras possessões materiais. Em 1455, a bula *Romanus Pontifex*, emitida pelo mesmo papa, expandiu os poderes outorgados a Afonso V. Tal documento ratificava a continuidade das conquistas dos territórios muçulmanos, conferia a Portugal o direito de propriedade sobre as áreas que iam do cabo do Bojador e do Não até o interior da Guiné e garantia o direito de comércio com os nativos das regiões conquistadas e ainda por conquistar. Os lucros provenientes do comércio com a África auxiliaram na formação de uma armada e de um exército portugueses que foram empregados na conquista de cidades marroquinas em 1471 (ROTH, 2013, p. 75-76). Fica evidente, portanto, que o interesse português no Oceano Atlântico tem, desde o início da expansão marítima, fundo comercial, geopolítico e, portanto, imperial.

Nesse período, a expansão ultramarina foi intensificada. Os portugueses progrediram no conhecimento e controle comercial na costa oeste do continente africano. As expedições capitaneadas por Diogo Cão (c.1440 – c. 1486) a partir de 1482, a mando de D. João II (1455-1495), tiveram especial importância na expansão portuguesa na costa oeste africana. O

²² Imagem retirada do sítio eletrônico Google Maps em 07 de fevereiro de 2018.

navegador português em questão alcançou os territórios do atual Gabão, Congo, e grande parte de Angola, chegando a alcançar Benguela.

Em 1488, Bartolomeu Dias logrou êxito em dobrar o então Cabo das Tormentas, depois rebatizado de Cabo da Boa Esperança, localizado no extremo sul da África. Tal façanha estabeleceu nova possibilidade de cruzar o caminho entre os oceanos Atlântico e Índico, e permitiu que Portugal pudesse intensificar o comércio com as Índias. As empresas marítimas portuguesas propiciaram um conhecimento aprofundado do mar nessa região, o que facilitava a navegação.

O Tratado de Tordesilhas (1494) nasceu como resolução da disputa entre Portugal e Espanha acerca de terras ao Sul das Canárias. A proposta portuguesa era de estabelecer um meridiano que se situasse a 370 léguas (1170 km) a oeste do arquipélago de Cabo Verde. O pretexto dado para o estabelecimento de tal distância referia-se à margem de manobra necessária para que os navios fossem capazes de fazer a Volta da Mina e contornar o extremo sul da África, evitando, assim, correntes marítimas que deslocassem os navios para fora da rota. A Espanha concordou com a proposta portuguesa, levando em consideração um relatório de Cristóvão Colombo que afirmava ser improvável haver terras na área compreendida entre 100 e 370 léguas a oeste de Cabo Verde. Como navegadores portugueses já haviam chegado às Américas, fato até então desconhecido pela Espanha, a assinatura do Tratado de Tordesilhas conferiu a Portugal o controle da exploração do Atlântico Sul (ROTH, 2013, p. 80-81).

Após as expedições de Vasco da Gama à Índia, decidiu-se enviar uma frota novamente à região. Assim, por volta de fevereiro de 1500, uma esquadra comandada por Pedro Álvares Cabral (1467-1520) deixou Portugal com destino a Calicute, com vistas à instalação de uma feitoria na cidade. Tal esquadra era composta por treze navios, sendo um deles de negociantes privados. Em maio de 1500, Pedro Álvares Cabral alcançou Porto Seguro, inaugurando sua chegada ao que hoje é o Brasil.

Após as descobertas das ilhas oceânicas de Ascensão (1501), Trindade e Santa Helena (1502), Fernando de Noronha (1503), Tristão da Cunha (1506) e Martin Vaz (1512), a era dos descobrimentos portugueses chegou ao seu fim. Passou-se, então, à gerência do Império Português, com colônias diferenciadas entre si. Após a chegada dos portugueses à Índia, a atividade marítima, outrora mais restrita a mares e oceanos interiores, passou a ser transoceânica, e a atividade comercial aprofundou-se. Em conjunto com o aumento da atividade comercial, intensificou-se a dependência de Portugal em relação aos produtos importados do além-mar e também em relação aos lucros aferidos.

A época das grandes navegações confirmou o mar como elemento central da geopolítica nacional portuguesa. O território continental de Portugal constituiu, ao longo da História do país, um ponto de partida para a expansão do país, que foi feita por meio do mar, extrapolou a Península Ibérica e alcançou ilhas no Atlântico e territórios na África, América e Ásia. A exploração das matérias-primas das diversas colônias e aferição dos lucros decorrentes aconteceu a partir de então sustentou Portugal até a década de 1970, quando da ocorrência dos processos de descolonização.

Apesar da importância do mar para Portugal, o país tem histórico de períodos de afastamento e aproximação com o mar. O mar, além de trazer benefícios econômicos diretos por causa da indústria pesqueira, por exemplo, ainda configurava-se como o meio pelo qual Portugal mantinha contato com suas colônias. Durante a fase monárquica, a importância dada ao mar variou em maior ou menor grau, porém o país muito dependia das vantagens trazidas do comércio metrópole-colônias.

Adicionalmente, o período da União Ibérica (1580-1640) trouxe reverses para a Armada portuguesa, dificultando a presença do país no mar. Filipe I de Portugal (1527-1598), também conhecido como Filipe II da Espanha, utilizou a esquadra portuguesa em benefício da Espanha. Em conjunto com a armada deste país, formou a Invencível Armada que, em 1588, invadiu a Inglaterra, porém sem lograr sucesso militar. Nesta derrota, muitos navios portugueses foram arruinados, e a Marinha nacional entrou em um período de decadência.

A partir daí, Portugal vivenciou um longo período de conflitos²³, que drenaram ainda mais os fundos nacionais. Mesmo a descoberta do ouro no Brasil, em 1690, não auxiliou na melhora das finanças portuguesas. Foi somente no último quartel do século XVII que se investiu novamente na Armada de Portugal, de modo a assegurar os interesses comerciais e estratégicos do país no Oceano Atlântico que, à época, era palco de ataques piratas, que visavam navios que realizavam comércio entre Portugal e Brasil (NEVES, 2013, p. 18).

²³ A saber, Guerra Luso-Holandesa (1595-1663) e Guerra de Restauração (1640-1668). A primeira ocorreu entre Portugal e forças da Companhia Holandesa das Índias Ocidentais e da Companhia Holandesa das Índias Orientais. Aproveitando-se da vulnerabilidade portuguesa, que estava sob o domínio da Dinastia Filipina da União Ibérica, as Companhias Holandesas tentaram conquistar os territórios do império português localizados nas Américas, na África, na Índia e na Ásia, visando a fundação de um império ultramarino holandês. Esse conflito resultou na perda dos territórios portugueses no Oriente, que passaram para o domínio da República das Sete Províncias Unidas dos Países Baixos. Já a Guerra de Restauração ocorreu entre Portugal e Espanha, em que o primeiro país lutava por sua independência. Em primeiro de dezembro de 1640, ocorreu um golpe de Estado que extinguiu a União Ibérica. As contendas perduraram até fevereiro de 1668, quando Afonso VI de Portugal (1643-1683) e Carlos II da Espanha (1661-1700) assinaram o Tratado de Lisboa, que conferiu a independência a Portugal.

O período da Regeneração (1851-1868) trouxe consigo a retomada dos interesses em relação ao mar. Voltar-se ao mar era uma necessidade e a intenção era fazer das colônias africanas o que o Brasil havia sido para Portugal.

O penúltimo rei de Portugal, D. Carlos I (1863-1908), interessava-se pelo estudo do mar e até mesmo adquiriu um iate para estudo da oceanografia. No quadro das comemorações do quarto centenário da viagem de Vasco da Gama que ocasionou na descoberta do caminho marítimo para a Índia, o apoio de D. Carlos I para a construção do Aquário Vasco da Gama²⁴ foi fundamental. A inauguração do aquário deu-se no ano de 1898 e contou com a presença do monarca, que realizou exposição com o material zoológico recolhido em suas expedições oceanográficas feitas em 1896 e 1897. O filho de D. Carlos I, Manuel II (1889-1932), último rei de Portugal, também se interessava pelos assuntos do mar.

Durante a Primeira República de Portugal (1910-1926) o mar foi posto em segundo plano, em parte por causa da turbulência política e social do período, que assistiu oito homens ascender ao cargo de Presidência da República, em parte porque Portugal estava envolvido nos conflitos da Primeira Guerra Mundial (1914-1918).

Em 28 de maio de 1926, ocorreu um golpe que pôs fim à Primeira República e deu início ao período da ditadura militar em Portugal. Em 1933, foi aprovada a nova constituição do país, instituindo o período denominado Estado Novo, que iria perdurar até a Revolução dos Cravos, em 1974. Nessa fase, o governo português resgatou a prática da exaltação da maritimidade do país, até mesmo como uma forma de legitimar o regime.

O objetivo político principal do Estado Novo português era manter a unidade da soberania do país, com especial atenção aos territórios ultramarinos. Ressalte-se que a indústria naval portuguesa – transporte marítimo e empresas de navegação – tinha como intuito principal assegurar a ligação marítima entre Portugal, a metrópole, com os territórios ultramarinos (CUNHA, 2016, p. 2).

Em 1931, Luís Magalhães Correia (1873-1960), então Ministro da Marinha, iniciou a execução do Programa Naval Português. Tal projeto visava à reestruturação e reequipamento da Marinha de Guerra portuguesa. Como resultado, foram entregues à Marinha 14 navios em um período de cinco anos, sendo que cinco deles foram construídos em território nacional.

Em 10 de agosto de 1945, o ministério da Marinha instaurou o Plano de Renovação da Marinha de Comércio, mais conhecido como Despacho 100. Esse documento fomentou o

²⁴ Em 1901, a administração do Aquário Vasco da Gama foi entregue à Marinha portuguesa. O aquário existe até hoje.

regresso ao mar de Portugal, pois auxiliou na renovação da frota marítima comercial nacional, com a construção de 56 embarcações.

Portugal dependia das suas colônias por causa do influxo de matérias primas e recursos dos quais o país necessitava, daí a importância dada pelo Estado Novo à manutenção das colônias. Contudo, no ano de 1961, tiveram início movimentos independentistas em Angola, Moçambique e Guiné-Bissau, que só iriam ter fim com a Revolução dos Cravos, em 1974. O período compreendido entre essas datas ficou conhecido como a Guerra do Ultramar. Se antes Portugal desbravava os mares à procura de novas terras, nessa época o país lançou-se ao mar para garantir a preservação de suas colônias. Quanto mais os conflitos acirravam-se, mais o governo português destacava navios e militares para lutar. Nesse sentido, a Marinha foi parte central na guerra, tendo o número de navios aumentado no período, de modo a garantir a presença exigida nos conflitos.

A Revolução dos Cravos (1974) causou profundas mudanças em Portugal. Houve o fim do regime ditatorial do Estado Novo, a democracia começou a desenvolver-se e o país começou a renunciar a posse de suas colônias²⁵. A mudança também ocorreu no contexto econômico-social: o ensino no país foi democratizado, o que contribuiu para o aumento da classe média e a ascensão de outros grupos sociais. Esses grupos não mais viam como atrativos os setores econômicos tradicionais, como a indústria pesqueira e a marinha mercante, pois eram muito ligados ao regime anterior. Assim, o mar continuou sendo associado ao passado e sem grande relevo econômico, em vez de ser visto como caminho para o desenvolvimento e inovação.

A perda de percepção do mar como um ativo estratégico do país teve início durante o Processo Revolucionário em Curso (PREC) (que perdurou de abril de 1974, com o início da Revolução dos Cravos, até abril de 1976, com a promulgação da constituição), período de instabilidade política. Durante o PREC, foram tomadas decisões que contribuíram para o enfraquecimento do setor marítimo nacional, como a liquidação de grandes empresas marítimas. Dessa forma, os setores econômicos ligados ao mar decaíram, colaborando para o afastamento de Portugal em relação ao mar (CUNHA, 2016, p. 4).

Sem os lucros advindos de suas colônias, Portugal encontrava-se com dificuldades em garantir o desenvolvimento do país. Em 1949, como demonstrado no capítulo anterior, o país havia aderido à OTAN, resguardando a defesa e segurança nacionais. Durante as décadas de 1960 e 1970 já se percebia a necessidade do país desenvolver-se, e tal percepção intensificou-se

²⁵ Guiné-Bissau declarou sua independência em 24 de setembro de 1973, e Portugal somente a reconheceu em 10 de setembro de 1974. Moçambique teve sua independência em 25 de junho de 1975. Cabo Verde, em 5 de julho de 1975. São Tomé e Príncipe, em 12 de julho do mesmo ano. Angola tornou-se independente em 11 de novembro de 1975. Timor Leste, em 28 de novembro de 1975.

após a Revolução dos Cravos. Em 1972, Portugal já havia assinado um acordo comercial com a Comunidade Econômica Europeia²⁶. Em março de 1977, o governo português solicitou formalmente a adesão do país à CEE. As motivações principais eram duas: em primeiro lugar, desejava-se consolidar a democracia portuguesa; em segundo, buscava-se a modernização e o desenvolvimento econômico do país, algo que os auxílios comunitários favoreciam. Tal opção com viés europeísta foi tomada pelas elites, sem participação da população portuguesa (NEVES, 2013, p. 22).

Em 1986, Portugal aderiu à CEE. Tal fato confirmou a posição secundária das ex-colônias africanas na agenda política de Portugal, enquanto que a Europa tornou-se prioridade política desse país. O processo de aproximação com a Europa passou pela reconciliação com a Espanha, que também havia aderido à CEE. Portugal construiu vias rodoviárias, com o intuito de ligar o país ao coração da Europa, numa tentativa de diminuir sua condição periférica (CUNHA, 2016, p. 8).

As causas do afastamento português do mar e do Atlântico são várias e também são interligadas. O afastamento do mar trouxe consequências para esse país, consequências que, a longo prazo, serviram para demonstrar a necessidade de voltar-se para o mar e para o Atlântico novamente. O declínio da indústria naval, da marinha mercante e até mesmo da pesca causaram impactos significativos na economia portuguesa.

Como dito anteriormente, a política portuguesa deixou de elencar o mar como prioridade do país. Contudo, algumas iniciativas ainda no início da década de 1990 demonstram o embrião do reavivamento da maritimidade portuguesa. Aqui se destaca a proposta feita por esse país, em 1993, à Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas, de declarar o ano de 1998 como o Ano Internacional dos Oceanos. Mesmo com dificuldade, tal proposta acabou sendo aceita. Assim, em 1998, foi realizada a Exposição Internacional de Lisboa (Expo98), cujo tema foi “Os Oceanos: Um Patrimônio Para O Futuro”. A Expo98 foi um ponto de inflexão na abordagem dos assuntos do mar em Portugal. Ressalte-se que, no ano anterior ao evento, Portugal ratificou a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (CNUDM), o que também demonstra a retomada do interesse pelos assuntos marítimos.

Vale dizer que, no final de seu segundo mandato como presidente da república, que durou de 1991 a 1996, Mário Soares criou a Comissão Mundial Independente para os Oceanos, que reuniu mais de quarenta personalidades ligadas ao mar e lançou o relatório intitulado “O

²⁶ A CEE foi prevista no Tratado de Roma de 1957, e começou a existir no ano seguinte. O tratado foi assinado por Bélgica, Holanda, Luxemburgo, Itália, Alemanha Ocidental e França, e tinha por objeto a criação de um mercado comum na Europa. Em 1973, Reino Unido, Dinamarca e Irlanda aderiram à CEE; em 1981, a Grécia aderiu e, por fim, em 1986, Portugal e Espanha juntaram-se. Perdurou até 2009, data da fundação da União Europeia.

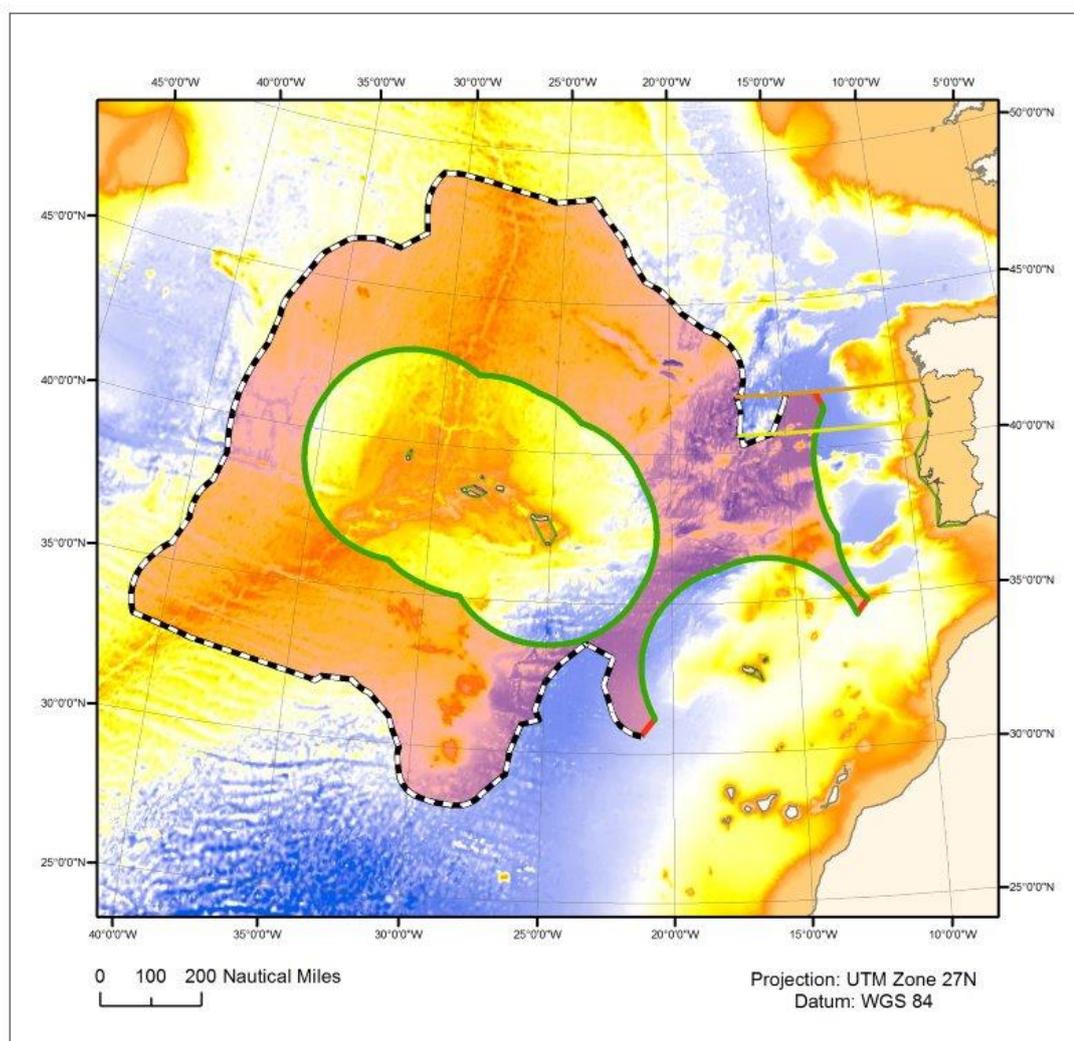
Oceano: nosso futuro” na Expo98. Ainda nesse ano, Portugal aprovou o Programa Dinamizador das Ciências e Tecnologias do Mar, demonstrando interesse em um maior conhecimento sobre o mar. O conhecimento científico sobre tal espaço auxilia na sua exploração.

Em junho de 2003 foi criada a Comissão Estratégica dos Oceanos, composta por expoentes do setor público e da sociedade civil, e que foi encarregada de delinear os elementos necessários a uma estratégia nacional para os oceanos. Essa comissão deu impulso à reaproximação de Portugal com o mar e seu trabalho resultou no relatório intitulado “O Oceano: um desígnio para o Século XXI”. Tal relatório considerou crítico retomar a consciência coletiva e a importância estratégica dos oceanos para o país. Ainda em 2003 foi publicado o Conceito Estratégico de Defesa Nacional (CEDN).

Em 2004, foi criado o Ministério da Defesa e dos Assuntos do Mar, extinto no ano seguinte. Ainda nesse ano foi publicada a Estratégia Nacional para o Mar (2006-2016) e foram também criadas a Comissão Interministerial para os Assuntos do Mar e a Estrutura de Missão para a Delimitação da Plataforma Continental. A Estratégia Nacional para o Mar foi republicada em 2013, focando-se no período 2013-2020. Ainda em 2013 foi republicada uma nova versão do Conceito Estratégico de Defesa Nacional. Vale dizer que nesse novo CEDN conclamou-se a ideia de um Atlântico único, demonstrando a retomada do interesse português na região do Atlântico Sul.

Em 2009, Portugal apresentou à Comissão de Limites da Plataforma Continental da Organização das Nações Unidas uma proposta para o alargamento de sua plataforma continental. Tal proposta pleiteia que sejam adicionados mais de dois milhões de quilômetros quadrados à plataforma continental portuguesa, totalizando quase quatro milhões de quilômetros quadrados sob soberania de Portugal. O início da avaliação da proposta ocorreu em agosto de 2017, e prevê-se que ela seja apreciada no período de dois a três anos.

Imagem 4: Proposta de Extensão da Plataforma Continental de Portugal submetida à Comissão de Limites da Plataforma Continental da ONU²⁷



Depth



- Portuguese land territory
- Extended continental shelf of Portugal
- Outer limits of the continental shelf
- Territorial sea baselines of Portugal
- 200 M from territorial sea baselines of Portugal
- 200 M from territorial sea baselines of other States
- Northern limit of the area of common interest (Portugal - Spain)
- Southern limit of the area of common interest (Portugal - Spain)

A reaproximação da sociedade civil com o mar foi lenta, mas algumas iniciativas já foram identificadas, como conferências e discussões acerca do tema e a criação do Fórum das Empresas da Economia do Mar, sob a égide da Associação Comercial de Lisboa, em 2010.

²⁷ Imagem retirada do sítio eletrónico da Estrutura de Missão para a Extensão da Plataforma Continental (EMEPC) de Portugal. Disponível em: <<http://www.emepc.pt/pt/a-submissao-portuguesa>>. Acesso em: 19 jan. 2017.

A expressão da maritimidade portuguesa fica evidente quando da leitura de textos acerca da formação e desenvolvimento do país, que mencionam a todo o momento a porção continental de Portugal e suas ex-colônias. A História do país e até mesmo a mentalidade da população estão intrinsecamente ligados ao mar.

3.2 LIGAÇÃO HISTÓRICA COM EX-COLÔNIAS

Portugal manteve um império mundial, com colônias espalhadas ao redor do mundo. Cabo Verde foi colonizado por Portugal a partir de 1460. A Guiné Portuguesa, hoje Guiné-Bissau, foi anexada ao império português no final do século XIV. O mesmo ocorreu com São Tomé e Príncipe. A presença portuguesa nos territórios que hoje formam Angola e Moçambique foi inaugurada entre o fim do século XV e início do século XVI, mas de forma incipiente. O Brasil foi descoberto em 1500 e a partir dessa data iniciou-se a ocupação portuguesa.

A posse portuguesa das colônias africanas teve como origem o processo de expansão marítima já aqui apresentado. Durante a primeira metade do século XV, as expedições de Portugal à África tinham como principal objetivo a aquisição de ouro da Guiné. A partir do momento em que Vasco da Gama chegou à Índia, em 20 de maio de 1498, a busca por ouro foi substituída pelas especiarias. O lucro dessa nova modalidade de comércio foi elevado. Essa modalidade de imperialismo foi chamada de imperialismo da troca por Anderson (1962a, p. 91), em que ocorria a permuta ou compra de um produto primário por outro. Vale ressaltar que o comércio português na Ásia era garantido por meio da força, para assegurar não só a troca comercial, mas a própria colheita das especiarias, o que significava a conquista de espaços de plantação, localizados mais no interior do que os fortes litorâneos que serviam para salvaguardar o comércio. Esse tipo de colonização ocorreu no contexto mercantilista do desenvolvimento do capitalismo.

No início do século XVI, quando os lucros advindos do comércio das especiarias muito aumentaram, a economia da metrópole continuou estagnada. Tal fato ocorreu porque o modelo imperialista praticado por Portugal à época era baseado na troca vantajosa para a metrópole de produtos primários, às vezes com o controle da extração. Ou seja, os processos econômicos mantinham-se os mesmos. Isso já não mais ocorria no século XIX, quando a exploração das colônias tinha como objetivo não só garantir o suprimento de matérias-primas, mas também a criação de mercados para os quais os produtos primários processados pudessem ser escoados (ANDERSON, 1962a, p. 93).

A partir da metade do século XVI, os portugueses introduziram as *plantations* de açúcar no Brasil. No fim do século, os lucros já contribuíam para a economia da metrópole. Conforme explicitado, no início do século XVII, Portugal perdeu parte do seu império na Ásia, devido aos conflitos com os holandeses. Nesse contexto de crise, foram os ganhos oriundos do açúcar brasileiro que garantiram o bem estar de Portugal. Mais uma vez o principal produto do império português foi substituído: no século XV foi o ouro, no século XVI, as especiarias e, no século XVII, o açúcar. A semelhança entre esses três produtos é que todos representavam o produto primário mais lucrativo de seu tempo (ANDERSON, 1962a, p. 94).

As *plantations* de açúcar brasileiras completaram o processo de colonização com vistas à extração e não mais com vistas às trocas comerciais somente. Esse novo modelo demandava uma quantidade maior de mão de obra e também de administradores. Foi a partir daí que o processo econômico começou a experimentar inovações tecnológicas: o açúcar era refinado ainda no Brasil (ANDERSON, 1962a, p. 94). A maior parte da concentração populacional ainda estava concentrada no litoral, mas vastas áreas no nordeste brasileiro foram desbravadas e ocupadas.

A produção açucareira do império britânico começou a ultrapassar a de Portugal. Porém, ouro foi descoberto no Brasil no ano de 1694 e, em 1728, foi descoberto diamante. Assim, os lucros provenientes desses produtos garantiram a manutenção do império português pelas décadas seguintes, apesar da assinatura do Tratado de Methuen²⁸, em 1703. Contudo, quando da independência brasileira, em 1822, Portugal deparou-se com uma situação de estagnação da economia e dívida externa.

Nessa situação de crise, a solução encontrada por Portugal foi suas possessões na África. Os territórios na África já estavam sob domínio português há pelo menos três séculos, porém o país não lhes conferia muita relevância. Em meados do século XVI, Portugal empenhou-se em encontrar metais preciosos em regiões mais interioranas do território hoje ocupado por Moçambique. Contudo, não logrando êxito, decidiu-se manter a presença portuguesa somente no litoral. Vale ressaltar que os enclaves estabelecidos no litoral leste da África serviam como entrepostos para o comércio que era realizado com a Índia e Indonésia. Portanto, quando da perda dos territórios portugueses na região para os holandeses e o declínio do comércio de especiarias, não mais fazia sentido para Portugal a manutenção desses enclaves (ANDERSON, 1962a, p. 95).

²⁸ Também chamado de Tratado de Panos e Vinhos, foi assinado por Portugal e Inglaterra. Os países comprometeram-se a consumir somente os produtos têxteis da Inglaterra e os vinhos de Portugal. Tal tratado foi desvantajoso para Portugal, uma vez que a entrada de têxteis ingleses prejudicaria a indústria têxtil nacional de Portugal. Como resultado deste tratado, Portugal, que já estava em situação de dependência em relação à Inglaterra, teve sua condição deteriorada.

Em relação à Angola, o governo português igualmente tencionava lá encontrar metais preciosos. Quando falhou em fazê-lo, no início do século XVII, os assentamentos portugueses na costa passaram a servir como portos para o comércio de escravos. À época, o sistema de *plantations* no Brasil estava a pleno vapor, e necessitava de mão de obra que era fornecida principalmente por Angola. Segundo Anderson (1962a, p. 96), além da atividade econômica de exportação de escravos e de um porto de pesca em Benguela, nenhuma outra atividade foi exercida na Angola durante dois séculos. A penetração portuguesa em Angola só ultrapassou a costa quando se necessitava ir além para capturar escravos que seriam postos à venda.

Desta forma, por muito tempo, as colônias portuguesas na África serviram o papel de fornecedoras de escravos e entreposto comercial dentro do contexto maior do império português, que se concentrava antes na Ásia, e depois na América do Sul. Moçambique e Angola eram áreas de relevância para Portugal enquanto o país necessitava delas: quando o comércio de especiarias decaiu, assim também ocorreu com Moçambique; quando o comércio de escravos foi proibido, Angola foi relegada a um segundo plano.

A retomada do interesse português por suas colônias na África deu-se quando da ocorrência da Conferência de Berlim, ocorrida entre novembro de 1884 e fevereiro de 1885. Até o ano de 1880, a ocupação europeia na África era restrita a algumas áreas. Contudo, o Império Alemão (1871-1918) não tinha colônias no continente africano e desejava tê-las. Além disso, outros países europeus, como a Itália, França e Reino Unido, já avançavam em territórios africanos com o objetivo de dominá-los. Inglaterra e França sentiam-se ameaçadas com a rápida ascensão do Império Alemão e dos Estados Unidos da América²⁹.

A motivação desses países em conquistar colônias tinha raiz no novo contexto do desenvolvimento capitalista que se vivia: o capitalismo oligopolista³⁰. O advento da Revolução Industrial, ocorrida a partir do fim do século XVIII, induziu a necessidade de uma quantidade cada vez mais de insumos para a produção. Nesse sentido, as colônias forneciam as matérias-primas e, após sua transformação em produtos manufaturados, os compravam da metrópole. Assim, foi realizada a Conferência de Berlim, cujo objetivo era demarcar os territórios da África que caberiam a cada país, de forma a organizar a exploração no continente africano. Portugal conseguiu manter os territórios sobre os quais já exercia controle, mas perdeu o domínio sobre a região norte do Congo.

²⁹ À época, os Estados Unidos da América já não mais detinham a Libéria, que havia se tornado independente em 1847. Apesar de ainda manter até hoje outras colônias ao redor do mundo, o país não precisava manter colônias na África, pois já se encontrava na fase do colonialismo financeiro, que subjuga países por meios econômicos.

³⁰ O capitalismo oligopolista ocorre numa estrutura imperfeita de mercado. Nele, um grupo de organizações e/ou governos detêm o controle da oferta de produtos e/ou serviços.

No ano seguinte à conferência, Portugal apresentou uma proposta de ligar Luanda, na Angola, costa oeste da África, a Lourenço Marques, em Moçambique, costa leste do continente, projeto que ficou conhecido como o Mapa Cor de Rosa.

Imagem 5: Mapa Cor de Rosa



O objetivo desse era criar uma faixa de ligação do império português entre os Oceanos Atlântico e Índico, porém tal plano prejudicava as intenções britânicas em relação à região. Portugal fez expedições com objetivo de exercer soberania sobre os territórios que faziam parte, mas o governo britânico logo deu um ultimato ao país, afirmando que declararia guerra caso tais expedições continuassem. Assim, em 1891, os dois países assinaram um tratado, que deu a Portugal jurisdição somente sobre a área atual de Moçambique.

A Conferência de Berlim estipulou que deveria haver efetiva ocupação dos territórios na África. Em reação nacionalista ao imbróglio com a Inglaterra, Portugal começou a ocupar ativamente Angola e Moçambique. Foi um processo que encontrou resistência nas colônias e

demandou tempo. Pode-se perceber que a colonização portuguesa concreta³¹ em Angola e Moçambique deu-se por causa da influência externa dos avanços das outras potências europeias. Assim, não se configuravam como uma extensão das metrópoles, como ocorria no caso das outras metrópoles da Europa, e sim como sobreviventes do modelo de colonização do século XVI. A economia portuguesa era arcaica e não tinha capacidade de converter-se da forma extrativa para a forma transformadora do capitalismo (ANDERSON, 1962a, p. 102).

Em suas colônias na África, Portugal utilizava o trabalho forçado. O trabalho forçado foi empregado pelas diversas potências em algum momento nos seus processos de colonização. Nesses casos, o trabalho forçado tinha importância marginal dentro do sistema econômico e era utilizado nas fases iniciais e transicionais do desenvolvimento econômico no território. O caso português difere porque a continuidade e a própria escala do trabalho forçado eram mais significativas (ANDERSON, 1962b, p. 93).

A coerção era uma forma barata e eficiente de valorizar os recursos econômicos de um território. Foi o trabalho forçado que possibilitou a acumulação inicial de riquezas das metrópoles europeias na África. Na maioria das metrópoles, o trabalho forçado ocorreu durante a fase inicial do capitalismo. Contudo, com o desenvolvimento do capitalismo, a coerção foi sendo deixada de lado e houve a substituição por uma força de trabalho motivada por incentivos, como salários. Esse movimento ocorreu, em parte, por causa do papel exercido pelos sindicatos, partidos socialdemocratas e socialistas nas metrópoles. Ou seja, foi uma influência política externa. Contudo, segundo Anderson (1962b, p. 97), esse não foi um fator de relevância, porque movimentos trabalhistas europeus por vezes não atuavam em questões parecidas nas colônias, mesmo que estivessem lutando por mais direitos nas metrópoles.

O desenvolvimento do capitalismo e da tecnologia ensejou a racionalização da exploração dos recursos das colônias, com aumento da produtividade e do lucro. Vale ressaltar que tecnologias mais avançadas requerem uma força de trabalho mais sofisticada e alfabetizada, que não trabalhe sob coerção e em situações desumanas. O trabalho forçado utilizado por Portugal em suas colônias era o instrumento de um império que não foi capaz de desenvolver e atualizar sua relação com os territórios que dominava e com a sua própria economia. A economia portuguesa não permitia investimentos nas colônias que fosse suficiente para aprimorar a

³¹ A exploração de uma colônia requer não só a disponibilidade de mão de obra local, mas também a presença de colonizadores *in loco* para controlar o andamento dos processos. Essa foi uma falha da colonização portuguesa, que, até o século XIX, não mantinha número significativo de colonos em seus territórios no continente africano. A colonização patrocinada pelo governo português perdurou, mas não foi bem sucedida em levar colonos portugueses. A presença de empresários e funcionários burocráticos foi maior que o número de pessoas dispostas a construir uma vida nas colônias de Angola e Moçambique (ANDERSON, 1962b, p. 99-100).

modalidade do trabalho. Portanto, daí vem a razão da utilização do trabalho forçado (ANDERSON, 1962b, p. 97-98).

O trabalho forçado era empregado de forma sistemática nas colônias portuguesas no continente africano e contava com quatro diferentes categorias – correcional, mandatário, contratual e voluntário. A primeira categoria era uma pena legal destinada àqueles que haviam infringido os códigos trabalhistas ou criminais. A segunda era imposta pelo governo quando havia voluntários insuficientes para as obras públicas, sendo usada principalmente em instalações portuárias, ferrovias, obras de saneamento e construção e em manutenção de estradas. A terceira configurava-se como a mais importante forma de trabalho forçado das colônias. Qualquer africano que não fosse capaz de provar que trabalhou por pelo menos seis meses durante o ano anterior era sujeito a trabalho forçado para empregadores governamentais ou privados. Contudo, provar que não estava ocioso era um processo complicado, devido às regras governamentais para fazê-lo, que eram feitas de forma a expor a maioria da população à possibilidade do trabalho forçado contratual. A quarta categoria, por fim, era aquela em que os trabalhadores voluntários eram contratados diretamente pelos empregadores, sem haver necessidade de intervenção do governo. A diferença entre o trabalho forçado contratual e voluntário era de que o primeiro ocorria na região onde o trabalhador vivia, enquanto que, no segundo, havia o deslocamento (ANDERSON, 1962b, p. 88-91).

Importante ressaltar que angolanos e moçambicanos fugiam das colônias, devido às violências lá sofridas. De acordo com Anderson (1962b, p. 93), o trabalho forçado que ocorria nas colônias portuguesas não encontrava paralelo em nenhuma outra colônia no continente africano. Ao contrário do período da escravidão, quando o escravo era comprado e visto como um ativo do seu senhor, nas colônias portuguesas a administração pública alugava os africanos, mesmo eles tendo a condição de homens livres. Assim, a emigração era vista como a melhor opção para os africanos.

Ao longo do tempo, o governo português continuou utilizando mão de obra forçada em suas colônias. A insuficiência de colonizadores *in loco* e a fraca economia metropolitana portuguesa contribuíram para a dificuldade em desenvolver as colônias no mesmo passo em que ocorria a colonização de outros territórios africanos sob domínio de potências europeias.

A situação econômica das colônias portuguesas estava deteriorada, principalmente por causa da queda dos preços dos produtos. Outrossim, o domínio português estava sendo ameaçado, por causa do incentivo dado pelos sul-africanos ao separatismo dos colonos brancos (RAMOS, 2009, p. 658). Assim, em agosto de 1930, o governo português baixou o Decreto nº 18.570, chamado de Acto Colonial. Esse decreto instituiu as bases de uma nova forma de

relacionamento entre a metrópole e as colônias. Segundo tal documento, o Estado passaria a ter o direito absoluto de administrar e explorar os portos comerciais das colônias. Além disso, o Estado não mais conferiria a empresas particulares quaisquer prerrogativas de funções de soberania (PORTUGAL, 1930, p. 1308). Ou seja, frente às adversidades do contexto, o governo de Portugal promoveu a centralização do poder imperial, de modo que pudesse resguardar seus interesses.

Já no ano de 1933, o governo português baixou a nova constituição de Portugal, que marcou o início do período do Estado Novo. Seu artigo primeiro institui a composição da Nação Portuguesa:

Artigo 1º O território de Portugal é o que *actualmente* lhe pertence e compreende:
 1º Na Europa: o Continente e Arquipélagos da Madeira e dos Açôres;
 2º Na África Ocidental: Arquipélago de Cabo Verde, Guiné, S. Tomé e Príncipe e suas dependências, S. João Baptista de Ajuda, Cabinda e Angola;
 3º Na África Oriental: Moçambique;
 4º Na Ásia: Estado da Índia, Macau e Timor e respectivas dependências (PORTUGAL, 1933, p. 227).

O artigo terceiro da constituição estabelece que “[c]onstituem a Nação todos os cidadãos portugueses residentes dentro ou fora de seu território, os quais são considerados dependentes do Estado e das leis portuguesas, salvo as regras do direito internacional” (PORTUGAL, 1933, p. 227).

Em seu artigo quinto, a constituição de Portugal determina que “[o] Estado português é uma República unitária e corporativa, baseada na igualdade dos cidadãos perante a lei, no livre acesso de todas as classes aos benefícios da civilização e na interferência de todos os elementos estruturais da Nação na vida administrativa e na feitura das leis” (PORTUGAL, 1933, p. 228).

À época, o código civil que estava em vigor havia sido publicado no ano de 1867. No título segundo de tal código, sobre como se adquire a qualidade de cidadão português, afirma-se que

Artigo 18º São cidadãos portugueses:
 1º Os que nascem no reino³², de pae e mãe portugueses, ou só de mãe portuguesa sendo filhos ilegítimos;
 2º Os que nascem no reino, de pae estrangeiro, com tanto que não resida por serviço de sua nação [...];
 3º Os filhos de pae portuguez, ainda quando este tenha sido expulso do reino, ou os filhos ilegítimos de mãe portuguesa, bem que nascidos em paiz estrangeiro [...];
 4º Os que nascerem no reino, de paes incógnitos, ou de nacionalidade desconhecida [...] (PORTUGAL, 1867, p. 5-6).

³² O nome oficial de Portugal na época era Reino de Portugal e dos Algarves.

A constituição portuguesa de 1933 não estabelece diferenciação entre o território de Portugal metrópole e as colônias: a Nação Portuguesa seria composta por territórios com condições iguais perante à lei. Adicionalmente, o código civil português faz parecer que aqueles nascidos nas colônias gozavam dos mesmos direitos decorrentes da nacionalidade portuguesa do que os portugueses nascidos na metrópole. Contudo, essa não era a realidade.

Em 1954, o governo português baixou o Decreto-Lei nº 39.666. Abaixo se encontram alguns artigos do documento de interesse para este trabalho:

Artigo 1º Gozam de estatuto especial, de harmonia com a Constituição Política, a Lei Orgânica do Ultramar e o presente diploma, os indígenas das províncias da Guiné, Angola e Moçambique. [...]

Artigo 2º Consideram-se os indígenas das referidas províncias os indivíduos de raça negra ou seus descendentes que, tendo nascido ou vivido habitualmente nelas, não possuam ainda a ilustração e os hábitos individuais e sociais pressupostos para a integral aplicação do direito público e privado dos cidadãos portugueses (PORTUGAL, 1954, p. 560).

O artigo primeiro e o artigo segundo do decreto-lei em questão elucidam que, na prática, os africanos de Angola, Moçambique e Guiné não eram cidadãos portugueses, e sim meros indígenas. Ademais, não haviam alcançado o padrão civilizatório tido como necessário pelos colonizadores para gozar dos mesmos direitos que os portugueses “legítimos”.

Esse mesmo decreto dava aos indígenas a possibilidade de alçar a condição de cidadãos portugueses, com a condição de cumprir um conjunto cumulativo de regras. O artigo quinquagésimo sexto dispunha que:

Art. 56º Pode perder a condição de indígena e adquirir a cidadania o indivíduo que prove satisfazer cumulativamente os requisitos seguintes:

- a) Ter mais de 18 anos;
- b) Falar correctamente a língua portuguesa;
- c) Exercer profissão, arte ou ofício de que aufera rendimento necessário para o sustento próprio e das pessoas de família a seu cargo, ou possuir bens suficientes para o mesmo fim;
- d) Ter bom comportamento e ter adquirido a ilustração e os hábitos pressupostos para a integral aplicação do direito público e privado dos cidadãos portugueses;
- e) Não ter sido notado como refractário ao serviço militar nem dado como desertor (PORTUGAL, 1954, p. 564).

Além de cumprir as exigências citadas acima, o requerente ainda deveria provar bom comportamento, com a entrega de certificados atestando que não sofrera condenações criminais, nem mais de duas condenações em prisão correcional. Assim, quem quisesse tornar-se cidadão

português com todos os direitos deveria sujeitar-se a um processo³³ arbitrário, tendo em vista principalmente as condições *b* e *d*. Caso conseguisse, iria passar a ser considerado “civilizado”.

O discurso do governo português durante o Estado Novo acerca do império exaltava a unidade do império colonial. A metrópole e a colônia teriam uma identidade comum, princípio que foi consubstanciado no lema “um Estado, uma raça, uma civilização”. Porém, como já foi examinado, o discurso não se mostrava verdadeiro na realidade, tanto em questões legais, quanto em relação às diversas manifestações culturais dentro do império. Antes mesmo do Estado Novo, o Acto Colonial de 1930 já estabelecia que as leis e os governantes portugueses valorizavam a igualdade humana e aspiravam defender, proteger e educar os indígenas (PORTUGAL, 1930, p. 1308). Ora, os discursos de valorizar a igualdade humana e de cuidar de indígenas, que não gozavam dos mesmos direitos que os portugueses da metrópole, são contraditórios entre si. Nas colônias, o que ocorria era a exploração de um povo por outro.

Enquanto isso, Portugal, na década de 1960, Portugal ainda mantinha uma indústria de país subdesenvolvido, apesar de ser um império. Segundo Anderson (1962a, p. 84), 50% da força de trabalho portuguesa encontrava-se no setor primário; 24% estavam na indústria; e 26% nos serviços. A agricultura empregava grande parte da população, porém a produtividade era baixa. Não contribuíam para a produção a baixa mecanização, e a erosão e pobreza de nutrientes do solo. Assim, o país dependia da importação de alimentos. Em relação ao setor secundário, a produção de tecidos era a principal atividade. Para tanto, Portugal importava algodão de suas colônias e vendia o produto final a elas.

A economia nacional portuguesa, à época, era marcada pela existência de uma oligarquia composta por famílias interligadas que controlavam as empresas. A empresa Companhia União Fabril³⁴ (CUF) tinha o monopólio da produção metalúrgica do país. Por meio de sua subsidiária que atuava na Guiné Portuguesa, controlava todo o comércio atacadista e de varejo do país, além das indústrias de amendoim e arroz e todo o transporte. Ainda no que se refere à economia portuguesa, ressalte-se o alto grau de penetração do capital estrangeiro no país (ANDERSON, 1962a, p. 87-88).

Em resumo, Portugal, outrora uma potência marítima, na década de 1960 possuía as mesmas características de um país subdesenvolvido. O país contava com infraestruturas pré-

³³ O artigo sexagésimo desse decreto define que o bilhete de identidade seria dado diretamente àqueles que, além das exigências já descritas, também comprovassem pelo menos uma das seguintes condições: “a) exercer ou ter exercido cargo público, por nomeação ou contrato; b) fazer ou ter feito parte de corpos administrativos; c) possuir o 1º ciclo dos liceus ou habilitação literária equivalente; d) ser comerciante matriculado, sócio de sociedade comercial, exceptuadas as anónimas e em comandita por acções ou proprietário de estabelecimento industrial que funcione legalmente” (PORTUGAL, 1954, p. 564).

³⁴ Criada em 1865, existe até hoje.

industriais, padrões feudais de propriedade, primazia dos setores militares, e um regime fascista (ANDERSON, 1962a, p. 90). Por isso, muito precisava de suas colônias.

A insatisfação nas colônias não era novidade, e a guerra colonial sugou recursos portugueses. Não é objetivo de nosso trabalho analisar os conflitos que levaram à descolonização das colônias portuguesas na África. Foram processos que tiveram início anos antes da Revolução dos Cravos. A relação entre a metrópole e as colônias foi se modificando ao longo do tempo. Em junho de 1972, por exemplo, foi promulgada a Lei Orgânica do Ultramar, que deu à Angola e a Moçambique o estatuto de regiões autônomas e a própria designação de Estado (PORTUGAL, 1972, p. 807). Guiné-Bissau declarou sua independência um ano antes da Revolução dos Cravos. Após essa revolução, não demorou muito para que os países que hoje compõem a CPLP também se tornassem independentes. O governo português, contudo, preocupou-se em manter relações com suas agora ex-colônias. A continuidade dessa relação será tratada no tópico seguinte.

3.3 MANUTENÇÃO DA RELAÇÃO DE PORTUGAL COM SUAS EX-COLÔNIAS

Após a independência de suas colônias, Portugal buscou manter as relações com elas. Em sua constituição vigente, o inciso quarto do artigo sete determina que “Portugal mantém laços privilegiados de amizade e cooperação com os países de língua portuguesa” (PORTUGAL, 2005, p. 2).

Já no final da década de 1970, havia a preocupação na garantia das relações com os Novos Países de Expressão Portuguesa (NPEP). Assim, o governo português logo criou o Gabinete Coordenador para Cooperação (GCC), que seria responsável pela cooperação entre Portugal e os NPEP. Esse órgão era subordinado ao Ministério dos Negócios Estrangeiros. Foram firmados acordos gerais de cooperação e amizade entre Portugal e todos os NPEP, mas que ainda não estavam dando os frutos desejados. Pereira (1979, p. 33) expressou preocupação em relação ao Brasil. Nesse ínterim enquanto a cooperação portuguesa com os NPEP estava demorando a lograr êxito, o Brasil estava tentado se aproximar dos novos países independentes.

Era por meio do discurso da cooperação e do desenvolvimento dos novos países independentes que Portugal justificava seu interesse em manter presença nos NPEP. Pereira (1979, p. 34) elencou algumas razões para a necessidade da cooperação entre Portugal e os NPEP. Dentre elas, aqui se destaca duas: em primeiro lugar, se poderia defender o patrimônio cultural português; em segundo, o incremento das relações diplomáticas com outros países africanos e de terceiro mundo, com o conseqüente desenvolvimento de relações comerciais.

Em Portugal, já se compreendia que, nesse contexto de recém independência das colônias, se o país não tivesse posição ativa, iria terminar afastando-se das ex-colônias, fato que não era de seu interesse. Agir reativamente não garantiria as vontades portuguesas, era preciso agir estrategicamente.

A língua portuguesa foi, então, o fator usado para garantir uma maior aproximação com os países recém libertos. Mesmo que o Brasil também tivesse como língua oficial o Português, acreditava-se em Portugal que a ligação histórica com as colônias se configuraria como uma vantagem para os portugueses.

A CPLP³⁵ já trazia em seu seio a ideia da língua portuguesa como fator de ligação histórica entre os países. Ideologicamente, argumenta Freixo (2007, p. 30-31), a constituição da organização evocava a herança cultural comum entre os membros da CPLP. Já no aspecto econômico, Portugal poderia servir como intermediário nas relações entre a Europa e os países lusófonos.

Devido ao longo período durante o qual foram colônias, alguns PALOP não viam com bons olhos a tentativa portuguesa de aproximação. A própria CPLP era encarada com certa desconfiança. Além disso, afirma Freixo (2007, p. 42-45), os membros da CPLP enfrentavam problemas domésticos que afetam sua participação na organização. À exceção do Brasil e Portugal, a Angola é o país de maior relevância econômica e geoestratégica dentro da CPLP. Contudo, ainda vivencia as adversidades trazidas pelas guerras de independência e civil que enfrentou. A Guiné-Bissau, por sua vez, ocupa a pior posição no ranking do Índice de Desenvolvimento Humano dentre os países da CPLP. Lá também ocorreu uma guerra civil e até hoje o país passa por instabilidade política. No que se refere a Cabo Verde, existe escassez de água e terras aráveis, o que faz com que o país seja dependente de importações.

Outro empecilho ao crescimento da CPLP é o próprio fato da língua portuguesa não ser falada tão maciçamente quanto se argumenta (FREIXO, 2007, p. 47). Em alguns países, as línguas crioulas têm relevância no país, tendo até mesmo status de oficial. Na Angola³⁶, 71,2% da população fala português. O restante da população fala uma ou mais línguas crioulas, podendo também falar o português. Em Cabo Verde³⁷, o português é língua oficial, e o governo promove as condições para a oficialização da língua materna do país, em paralelo com a língua

³⁵ A CPLP foi oficialmente criada em 17 de julho de 1996.

³⁶ Segundo estimativas de 2014 do CIA World Factbook. Disponível em: <<https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/ao.html>>. Acesso em: 15 fev. 2018.

³⁷ De acordo com informações do sítio eletrônico oficial do governo de Cabo Verde. Disponível em: <<http://www.governo.cv/index.php/dados-gerais>>. Acesso em: 15 fev. 2018.

portuguesa. Em Guiné-Bissau³⁸, por sua vez, o português também é língua oficial do país, mas é mais utilizado pela população como um segundo ou terceiro idioma. Em São Tomé e Príncipe³⁹, 98,4% da população fala português, mas outras línguas também são faladas. O forro, por exemplo, é falado por 36,2% dos são-tomenses. No que se refere à Guiné Equatorial, este país tem como língua oficial o português, mas outros dois idiomas compartilham deste estatuto – o francês e o espanhol, sendo que o segundo é a língua nacional do país. O caso brasileiro é exceção, uma vez que a língua portuguesa é amplamente falada no país. Mesmo tendo como língua oficial o português, Moçambique e Guiné-Bissau aproximaram-se da Commonwealth e da África francófona, respectivamente. A razão para tal movimento é que tais países enxergam nessas organizações maior chance de auferir ganhos do que na CPLP.

A versão editada em 2013 do Conceito Estratégico de Defesa Nacional de Portugal estabeleceu as alianças e parcerias de interesse do país. Em primeiro lugar, consta a OTAN, de importância fundamental para a segurança e defesa do país. Em segundo, a Europa. A participação de Portugal na União Europeia garante a segurança e bem estar da população portuguesa. Em terceiro lugar, está a CPLP. O documento estabelece que Portugal deve empenhar-se na realização de programas de cooperação militar e de segurança no âmbito da CPLP. A cooperação com a CPLP também seria um modo de Portugal defender a unidade do Oceano Atlântico, cuja consolidação seria necessária para o aprofundamento dos laços entre os membros da CPLP (PORTUGAL, 2013, p. 22-23).

Desde o período imediatamente após a descolonização, Portugal tem se preocupado em manter iniciativas de cooperação técnica no âmbito militar com suas ex-colônias. Esse tipo de cooperação poderia ocorrer nos três ramos das forças armadas portuguesas, atuando em três campos principais: fornecimento de material, formação de pessoal, e apoio técnico. O fornecimento de material poderia englobar armamento e munições, equipamento de intendência, medicamentos, e equipamentos sobressalentes de quaisquer forças portuguesas. A formação de pessoal poderia ocorrer por meio do envio de equipes técnicas de Portugal às ex-colônias. Pereira (1979, p. 42) identificou a falta de assinatura de acordos de cooperação técnico-militar como uma das dificuldades de colocar em marcha esse projeto português. À época, segundo ele, Portugal já havia assinado um protocolo com Guiné-Bissau que permitia a execução da cooperação.

³⁸ Segundo informações do CIA World Factbook. Disponível em: <<https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/pt.html>>. Acesso em: 15 fev. 2018.

³⁹ De acordo com dados do CIA World Factbook. Disponível em: <<https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/tp.html>>. Acesso em: 15 fev. 2018.

Desde então, Portugal tem cooperado para a formação dos quadros das forças armadas de Angola. Além disso, o primeiro programa-quadro acerca da cooperação técnico-militar entre os dois países foi feito em 1996. Portugal também formou militares em Cabo Verde.

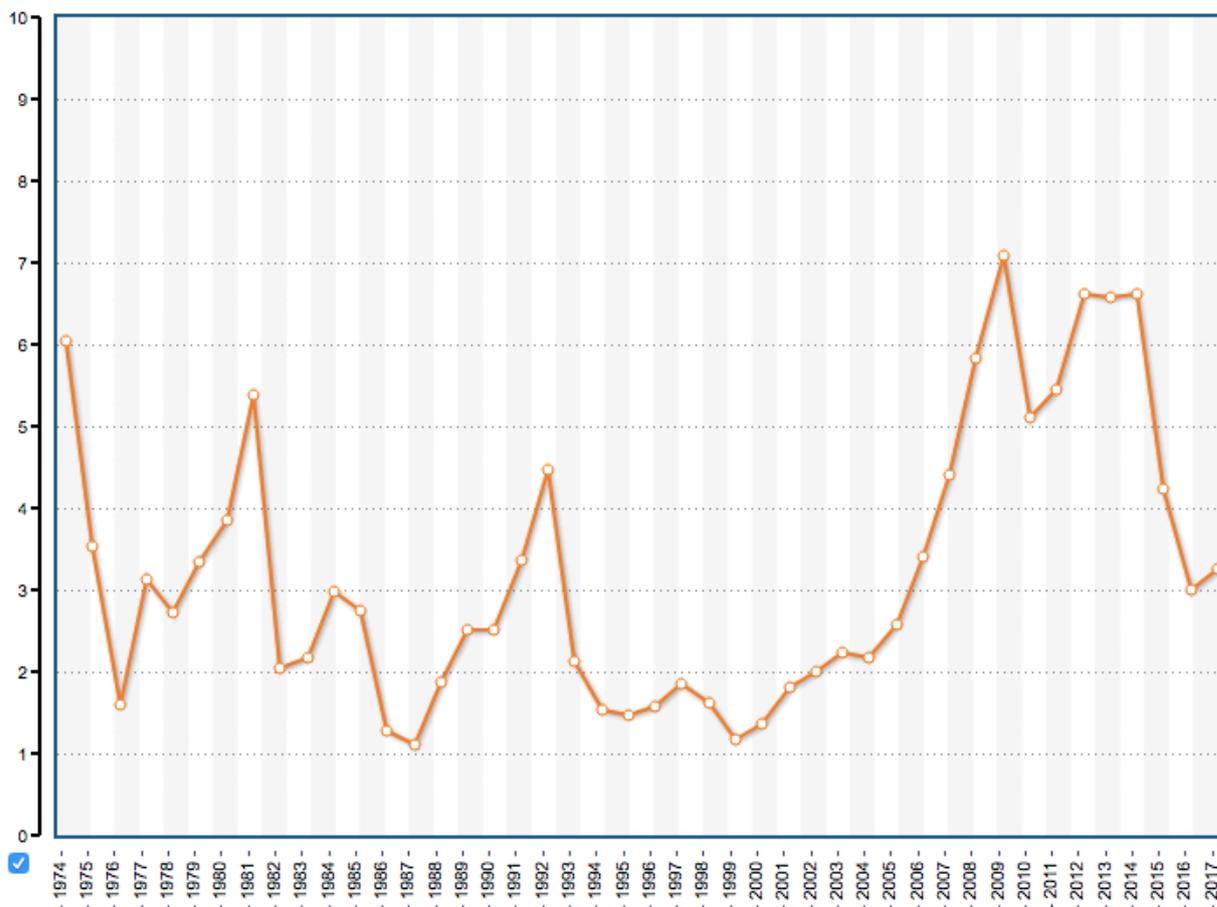
Em fevereiro de 2018, Portugal e São Tomé e Príncipe assinaram um memorando de entendimento que deu as bases para a capacitação da guarda costeira do Estado insular, com a presença do Ministro da Defesa Nacional de Portugal, José Azeredo Lopes, e o Ministro da Defesa e da Administração Interna de São Tomé e Príncipe, Arlindo Ramos. Durante a visita do representante português, foram entregues artigos de fardamento, medicamentos e ferramentas para as forças armadas de São Tomé e Príncipe. Além disso, o navio patrulha Zaire da marinha de guerra portuguesa encontra-se destacado no país da costa africana, com vistas à proteção de seu mar territorial.

Desde 2000, a CPLP organiza anualmente exercícios militares conjuntos e combinados, sob a alcunha de Exercício Felino⁴⁰. A cada biênio, dois países diferentes sediam o evento. O objetivo do é incrementar interoperabilidade das Forças Armadas dos membros da CPLP, além de treinar o emprego em operações de apoio à paz e de ajuda humanitária, sob os auspícios da ONU. Vale destacar que tal exercício tem foco maior no ambiente terrestre. Portugal chefiou a primeira edição do Felino. Em 2017, a segunda fase do exercício ocorreu na Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), no estado do Rio de Janeiro.

No que se refere à economia, Freixo (2007, p. 31-32) afirma que, a partir da década de 1990, os investimentos das empresas portuguesas nos PALOP aumentaram. Contudo, ressalte-se que tais investimentos não estavam sendo feitos pelo Estado português, que não tinha condições financeiras para fazê-lo, e sim por empresas privadas. Isso diminuiria a possibilidade da realização de projetos de cooperação com os PALOP. Mas, de qualquer forma, as empresas privadas têm nacionalidade portuguesa e, de certa forma, executam a política externa nacional. Outro problema levantado é que as relações econômicas com os PALOP estavam sendo conduzidas mais no âmbito bilateral do que dentro do quadro da CPLP. Contudo, essa atuação ainda servia a Portugal, uma vez que cumpria a função de manter a relação entre Portugal e suas ex-colônias.

No gráfico abaixo, pode-se notar a evolução da exportação de bens de Portugal para Angola.

⁴⁰ De acordo com informações do sítio eletrônico do Exército Brasileiro, cada edição do Exercício Felino funciona durante dois anos, empregando o mesmo cenário fictício que simula situações-problema. No primeiro ano, o jogo é realizado no formato “carta”, no qual se planeja e executa uma operação por meio de rede de computadores. No segundo ano, o exercício é realizado no terreno e com a ação de tropas.

Imagem 6: Exportação de bens de Portugal para Angola 1974-2017, em % do total⁴¹

A partir da análise do gráfico em questão, é possível perceber as tendências portuguesas de afastamento e reaproximação com Angola. Logo após a Revolução dos Cravos e a instauração da Terceira República Portuguesa (1974-hoje), o governo de Portugal buscou distanciar-se do seu passado colonial. Contudo, o país não podia cortar os laços com suas ex-colônias. A guerra civil angolana, que perdurou de 1975 a 2002, afetou as exportações portuguesas. Porém com o fim do conflito, as exportações de Portugal aumentaram. A crise financeira de 2008 também afetou as exportações. Ressalte-se que a queda vertiginosa das exportações de Portugal para Angola a partir de 2015 foi devido à crise econômica pelo qual o último país passava. A queda do preço do petróleo afetou as divisas internacionais angolanas, o que prejudicou que as empresas e o governo importassem.

A diminuição das importações angolanas prejudicou o governo português. Em fevereiro de 2017, o ministro dos Negócios Estrangeiros realizou visita à Angola para conversar com

⁴¹ Gráfico retirado da Base de Dados Portugal Contemporâneo (PORDATA). Disponível em: <<https://www.pordata.pt/DB/Portugal/Ambiente+de+Consulta/Gr%C3%A1fico/5735677>>. Acesso em: 15 fev. 2017.

representantes de empresas portuguesas presentes no mercado em questão e que foram afetadas pela queda. As exportações para Angola são de importância para Portugal, pois existem empresas que trabalham exclusivamente para o mercado angolano. Dessa forma, quando ocorrem problemas em Angola que prejudicam a importação de Portugal, empresas como essas que são voltadas para o mercado angolano podem ir à falência, tanto por possibilidade da suspensão das importações angolanas, tanto pela falta de pagamentos.

Segundo dados do Instituto Nacional de Estatística (INE) de Portugal, fornecidos ao jornal Público, no ano de 2014, existiam 9.440 empresas em Portugal que exportam produtos para Angola, sendo que 5.256 delas exportavam exclusivamente para o país africano. Essas empresas foram responsáveis por 41% do valor arrecadado das exportações para Angola. Ainda de acordo com esses dados, existiam 660 empresas portuguesas que exportavam 91% a 99% de seus produtos para Angola, e outras exportavam de 76% a 90% de suas produções para o país. Importante sinalizar que Angola é um dos principais parceiros comerciais que Portugal consegue manter saldo positivo⁴² na balança de bens, ou seja, consegue manter as exportações maiores do que as importações.

Em 2015, 14,61% das importações angolanas foram procedentes de Portugal, sendo este país o segundo principal fornecedor de produtos para a Angola, somente atrás da China, que foi responsável por 16,9% das importações angolanas no ano em questão. Nesse ano, os principais produtos importados por Angola de Portugal foram máquinas, bebidas, produtos primários, artigos de ferro e aço, e móveis e colchões.

Em 2016, 59,1% das importações de São Tomé e Príncipe vieram de Portugal, de acordo com informações do International Trade Centre (ITC). A economia da ilha é frágil, uma vez que 84,3% das suas exportações são de cacau. Ou seja, sua economia muito depende de um produto primário, cujo preço pode sofrer variações no mercado internacional, sendo possível que haja impactos negativos em São Tomé e Príncipe. Nesse ano, os principais produtos importados de Portugal foram bebidas, máquinas, produtos da indústria de moagem, veículos e sal.

Em Cabo Verde, a situação é parecida. Em 2016, as importações de produtos portugueses representaram 54,6% do total das importações do país. Mais de 80% das exportações do país são de peixes e crustáceos, e Espanha, com 64,6%, e Portugal, com 16,7%, são os principais

⁴² Nos últimos cinco anos, os valores da balança de bens entre Portugal e Angola foram, em milhões de euros: 2013 – 481; 2014 – 1.572,2; 2015 – 956,8; 2016 – 691,9 (valor provisório); e 2017 – 1.511 (valor preliminar). Outros países com os quais Portugal costuma manter saldo positivo são Estados Unidos da América, França e Reino Unido. Os países com os quais Portugal costuma manter saldo positivo da balança de bens são Alemanha, Brasil, China, Espanha, Itália, Japão, e Países Baixos. Disponível em: <<https://www.pordata.pt/DB/Portugal/Ambiente+de+Consulta/Tabela/5735676>>. Acesso em: 15 fev. 2018.

compradores dos produtos de Cabo Verde. No ano em questão, os principais produtos importados de Portugal foram máquinas, sal, artigos plásticos, bebidas e veículos.

No que se refere à Guiné-Bissau, 28,4% de suas importações no ano de 2015 tiveram como origem Portugal. Sua economia é dependente da exportação de um principal produto: 83,4% das exportações do país no ano de 2015 foram de frutas. Seus principais produtos importados do mundo no ano em análise foram combustíveis minerais, cereais, plásticos e máquinas.

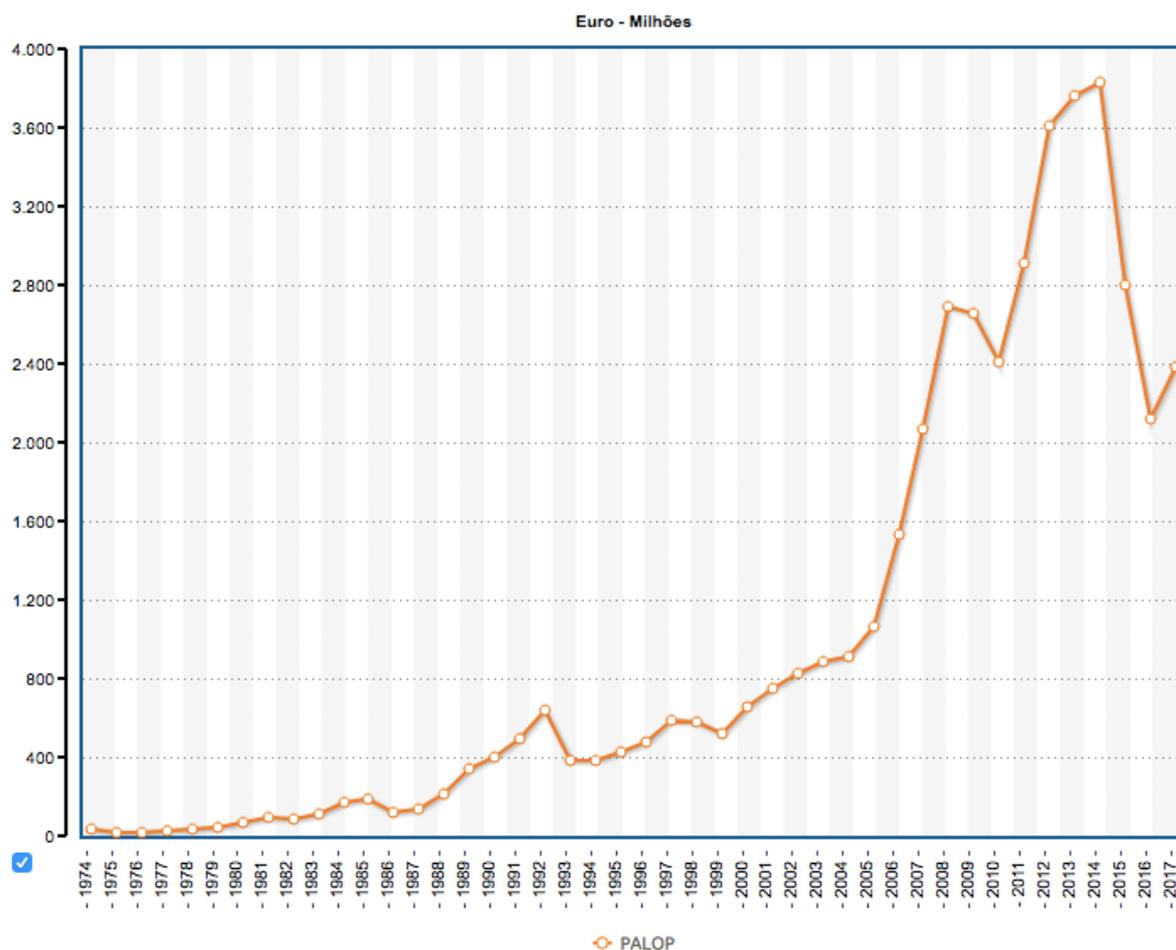
Apesar da Guiné Equatorial também localizar-se na costa oeste africana e ter acesso ao Oceano Atlântico, esteve sob domínio português até o ano de 1778, quando passou para o controle espanhol. Assim, por ter sido colonizada também pela Espanha e por Portugal ter se afastado do país ainda no século XVIII, os laços com Portugal não são tão fortes. De qualquer forma, o país é membro da CPLP⁴³ e mantém comércio com Portugal.

Em 2016, 2,01% das importações da Guiné Equatorial vieram de Portugal. Os principais produtos importados foram sal, ferro e aço, móveis e colchões, máquinas e produtos químicos. Os Estados Unidos da América são o principal exportador do país, com 58% do total das importações do país. Combustíveis e óleos minerais perfazem 93,1% de suas exportações.

Por fim, apenas 0,54% das importações brasileiras vêm de Portugal. O país europeu não figura nas listas dos cinco maiores importadores e exportadores do Brasil. Segundo dados da Base de Dados Portugal Contemporâneo, desde o ano de 1974, Portugal tem saldo negativo na balança comercial de bens com o Brasil.

O gráfico abaixo mostra a evolução da exportação de bens para os PALOP.

⁴³ A Guiné Equatorial tornou-se membro da CPLP em 2014, dezoito anos após a criação da organização.

Imagem 7: Exportação de bens para os PALOP 1974-2017, em milhões de euros⁴⁴

A partir deste gráfico é possível visualizar a evolução histórica das exportações de bens de Portugal para os PALOP. De 1974 até 1992, houve fraco crescimento. Em 1992, Portugal enfrentou uma crise financeira que afetou suas exportações, mas houve recuperação a partir de 1994. A partir daí, somente a crise financeira mundial de 2008 abalou as exportações, que já demonstram aumento novamente.

Segundo dados do Instituto Nacional de Estatísticas (INE) de Portugal, as exportações de Portugal para os PALOP foram: em 2013, 3.762.592.853 euros, correspondendo a 7,9% do total das exportações; em 2014, 3.832.352.888 euros, correspondendo a 7,9% do total; em 2015, 2.799.806.119 euros, o que corresponde a 5,6% do total; em 2016, 2.117.611.895 euros, o que corresponde a 4,2% do total; e em 2017, 2.384.624.594 euros, o que corresponde a 4,3% do total. Esses números mostram que, mesmo em momentos de retração das exportações de Portugal, as exportações para os PALOP se mantêm e até mesmo aumentam de importância. Vale ressaltar

⁴⁴ Gráfico retirado da Base de Dados Portugal Contemporâneo (PORDATA). Disponível em: <<https://www.pordata.pt/Portugal/Balan%C3%A7a+comercial-2594>>. Acesso em: 15 fev. 2018.

que Portugal mais exporta bens para os PALOP do que importa deles, mantendo seu saldo comercial positivo, com exceção ao Brasil. A UE mantém-se como o principal parceiro comercial português.

A partir dos dados expostos, pode-se perceber que, no total das exportações portuguesas, os números em relação aos PALOP podem parecer pequenos, porém não o são para as ex-colônias que continuam tendo Portugal como um dos maiores, se não o maior, parceiro comercial. Apesar do domínio colonial ter acabado há décadas, alguns países ainda sofrem tal domínio, em maior ou menor grau, por meio da economia.

Muito do que hoje se vive tem raízes na época colonial. Para algumas das ex-colônias portuguesas, a independência veio há menos de 40 anos, um tempo curto se comparado com o período pelo qual passaram sob domínio de outro país. Pode-se notar que há países cuja economia muito depende das importações de Portugal, que perfazem mais da metade do total. Além disso, esses países têm economias frágeis, baseadas na larga exportação de produtos primários.

O governo português tem mantido o discurso da preocupação com o desenvolvimento dos países da CPLP e dos PALOP. Contudo, uma breve análise dos números mostrados acima permite depreender que esses países, com exceção do Brasil⁴⁵, que tem níveis mais altos de desenvolvimento, não estão logrando sucesso em se desenvolver. Continuam com economias baseadas em *commodities* e importam muito de sua metrópole.

Portugal é hoje considerado um país semiperiférico e que tem o estatuto de pequena potência. Outrora foi um império marítimo e colonial. Contudo, pela maior parte de sua história, sua economia manteve os mesmos níveis daqueles países em desenvolvimento. Era um país de economia fraca que exercia domínio sobre colônias.

Se durante o período do Estado Novo o governo português adotava um discurso de preocupação com o desenvolvimento e ilustração dos povos indígenas, hoje acontece algo parecido. Novamente, adota o discurso da preocupação com o desenvolvimento. Para tanto, desenvolve programas de cooperação, principalmente no âmbito da CPLP. Adicionalmente, Portugal busca solidificar sua posição como interlocutor entre os países da UE e da CPLP. Tal postura é clara na política externa portuguesa:

Portugal é hoje, no contexto da União Europeia, uma voz de peso em qualquer matéria relacionada com os países da CPLP. Esta posição junto dos nossos

⁴⁵ De acordo com o relatório da ONU sobre desenvolvimento humano de 2016, o Brasil está na lista dos países com alto desenvolvimento humano (o Índice de Desenvolvimento Humano [IDH] do Brasil foi de 0,754 em 2015). Cabo Verde (IDH em 2015 foi de 0,648), Guiné Equatorial (IDH foi de 0,592) e São Tomé e Príncipe (IDH foi de 0,574) estão na lista dos países de médio desenvolvimento humano. Angola (IDH foi de 0,533) e Guiné-Bissau (IDH foi de 0,424) estão na lista dos países de baixo desenvolvimento.

parceiros europeus foi fruto das posições portuguesas consistentemente ligadas à definição da CPLP como um eixo central da nossa política externa (SILVA, 2016, p. 2)

Apesar dos ganhos trazidos pela participação na UE, Portugal ainda continua com uma economia insuficiente para fortalecer a CPLP pelo meio econômico. Contudo, tenciona garantir sua relação com as ex-colônias pela sua forte presença nas importações dos países, e por meio do discurso da unidade sob a bandeira da lusofonia. Durante o período imperial, tal argumento era utilizado. Hoje, continua sendo.

A teoria pós-colonial explica esse fenômeno. A dinâmica atual das relações entre Estados é resultado direto da história de dominação e subjugação do passado. Houve colônias que conseguiram cortar laços de forma mais significativa e desenvolveram uma economia mais forte, como é o caso do Brasil, por exemplo. Por outro lado, houve colônias, como São Tomé e Príncipe, Cabo Verde, Guiné Bissau e até mesmo Angola, que ainda mantêm laços relevantes com Portugal, econômicos, políticos e culturais. O processo tardio da descolonização contribuiu para isso. Em síntese, a questão principal deste capítulo era discutir e tornar clara a continuidade das práticas portuguesas de dominação, que hoje ocorrem em menor escala, e dão-se principalmente na esfera econômica, mas também ocorrem no âmbito da CPLP, sob o discurso da cooperação.

CONCLUSÃO

Neste trabalho, buscou-se identificar e analisar os diferentes projetos políticos de Portugal em relação ao Atlântico Sul. Para tanto, partiu-se da observação de que o país em estudo localiza-se em uma península na parte oeste do continente europeu, fazendo fronteira com somente um país. Sua outra fronteira é o Oceano Atlântico. Devido a essa condição geográfica, Portugal tem uma relação histórica de proximidade com o mar, e o via e continua vendo como um meio de alcançar conquistas econômicas, políticas e geopolíticas.

O capítulo 1 tratou da teoria de base – o pós-colonialismo, da revisão da literatura e da discussão conceitual. Na sua primeira seção, intitulada “As Relações Internacionais como uma disciplina de origem anglo-saxã”, foi discutido como o nascimento e desenvolvimento da disciplina de Relações Internacionais têm raízes nos países do norte, principalmente aqueles anglo-saxões. Foram descritas as abordagens tradicionais da disciplina, como o idealismo, realismo e neorealismo, e marcos históricos como a Paz de Vestfália, que criou o modelo dos Estados modernos europeus. Mostrou-se que o estudo das relações internacionais dá-se a partir da experiência os países mais desenvolvidos, sem levar em consideração as experiências e perspectivas daqueles países que foram colônias.

A seção seguinte, de título “O pós-colonialismo”, abordou a teoria de base da dissertação, o pós-colonialismo. Foi explicado que esta é uma abordagem que prega que é possível entender os acontecimentos atuais a partir do estudo da história do colonialismo. Além disso, a partícula “pós” do termo significa que os efeitos da época colonial reverberam até hoje, ainda persistindo práticas neocoloniais. Destacou-se que existem diferenças fundamentais entre ex-metrópoles e ex-colônias, uma vez que o modelo europeu de Estado foi transplantado e aplicado na África, sendo algo estranho à realidade local. Ressaltou-se a especificidade da experiência colonial portuguesa, uma vez que foi coordenada a partir de uma pequena potência ditatorial.

Na seção posterior foi feita a revisão da literatura acerca dos diferentes projetos políticos portugueses em relação ao Atlântico Sul. Foi feita uma breve explanação acerca do processo de entrada de Portugal na OTAN e a importância desta organização para o país. Em seguida, explicou-se que logo após a Revolução dos Cravos, Portugal preocupou-se em manter os laços com suas ex-colônias. Através dos anos, documentos oficiais e discursos demonstraram a importância dessa manutenção de laços para o país.

A seção final do capítulo 1 lidou com os principais conceitos trabalhados ao longo da dissertação. Desta forma, foram explicados e discutidos termos como Atlântico Norte, Atlântico

Sul, Amazônia Azul, unidade estratégia do Atlântico, pequena potência, país semiperiférico, colonialismo, imperialismo e neocolonialismo.

O capítulo 2 tratou do projeto político português favorável à OTAN. Sua primeira seção, intitulada “A entrada de Portugal na OTAN”, descreveu o contexto histórico e os processos de negociação e entrada de Portugal na OTAN. Portugal necessitava de apoio externo para garantir sua segurança e defesa, mas o Reino Unido não desejava assumir essa posição. Os Estados Unidos precisavam dos Açores por causa de sua posição estratégica no Atlântico. Assim, Portugal tornou-se membro fundador da aliança em 1949.

Na seção seguinte, de título “A importância da OTAN para Portugal e a relação entre o país e a aliança” foram analisadas as consequências que a entrada na OTAN trouxe para Portugal. Tais consequências foram sentidas nas mais diversas esferas no país. Portugal aproximou-se dos Estados Unidos, líder do bloco ocidental no contexto da Guerra Fria. As forças armadas portuguesas passaram por um processo de modernização, tendo novas técnicas e métodos que transbordaram para a sociedade. As mudanças na política doméstica auxiliaram no processo que culminou na transformação de Portugal em uma democracia pluralista ocidental. Ressaltou-se a importância da aliança com o Brasil no período.

Por fim, o capítulo 3 abordou o projeto político português que prioriza o Atlântico Sul. Para este fim, partiu-se da exposição de que Portugal tem vocação marítima, ligação histórica com o Oceano Atlântico, com alguns países do continente africano e com o Brasil. A primeira seção do capítulo, intitulada “Maritimidade de Portugal e ligação histórica com o Oceano Atlântico”, foi dedicada à explicação da maritimidade de Portugal, ou seja, as raízes geográficas, históricas e até mesmo culturais da ligação do país com o mar e mais especificamente com o Oceano Atlântico Sul. A teoria do poder marítimo português utilizada no capítulo foi fundamentada por Mahan. A partir daí, foi realizada análise acerca de como os monarcas portugueses davam importância ao mar, ainda mais por causa da escassez de recursos e alimentos no território nacional. Assim, o mar era um campo de oportunidades.

Foram explicadas as primeiras conquistas marítimas portuguesas, como a de Ceuta e a dobra do cabo do Bojador. A seguir, foram descritos os desenvolvimentos seguintes das grandes navegações encabeçadas por Portugal à África, América, Índia e Ásia, que culminaram na confirmação do mar como elemento central na geopolítica portuguesa.

Em subsequência, foram analisadas as mudanças de regime em Portugal e a relação com o mar. No Estado Novo, como visto, ao mar era conferida importância, devido à dependência dos lucros e materiais oriundos das colônias. Mesmo com a ruptura representada pela Revolução dos Cravos e com a aproximação à Europa, Portugal manteve laços com as agora ex-colônias. Foi

argumentado que Portugal voltou-se para o projeto de integração regional, mas depois se voltou novamente para o Atlântico, publicando documentos oficiais corroborando essa vertente da política externa do país.

Na seção seguinte, foi analisada a ligação histórica de Portugal com suas ex-colônias. Para este fim, examinou-se a história da colonização portuguesa na Ásia, Américas e África. O comércio das especiarias das colônias asiáticas trouxe um influxo grande de dinheiro para Portugal, que sofreu baque quando perdeu tais colônias. Assim, foi explicado que o país voltou-se para a exploração das *plantations* de açúcar e do ouro no Brasil. Nessas atividades era utilizada mão de obra escrava oriunda principalmente da região de Angola, que passou a servir como fornecedora de escravos e entreposto comercial. Foi exposto que, à época, Portugal não encontrou metais preciosos nem em Angola ou Moçambique, e preferiu não empreender uma colonização maior nesses territórios.

Expôs-se que a real colonização em Angola e Moçambique somente ocorreu a partir da Conferência de Berlim, que dividira os territórios da África entre as potências europeias e determinara a efetiva ocupação desses territórios. À moda de outras metrópoles, Portugal empregou diversas modalidades de trabalho forçado em suas colônias. Porém, diferentemente das outras metrópoles, o capitalismo em Portugal não era tão desenvolvido a ponto de ser capaz de investir em trabalho livre, que necessita de mão de obra qualificada. Portanto, explanou-se que o trabalho forçado era empregado continua e sistematicamente nas colônias portuguesas.

Foram demonstradas diferenciações legais feitas entre portugueses e os ditos indígenas, ou seja, africanos das colônias, já no período do Estado Novo. Se a constituição portuguesa fazia parecer que todos nascidos no reino eram iguais perante a lei, um decreto-lei não deixa dúvidas ao estipular que os indígenas nativos de Angola, Guiné e Moçambique gozam de estatuto especial por não terem a ilustração e hábitos individuais e sociais necessários à aplicação do mesmo direito aplicado aos cidadãos plenos portugueses.

Por fim, na última seção do capítulo, intitulada “Manutenção da relação Portugal com suas ex-colônias”, foi realizada uma análise que demonstrou que após a independência das colônias, Portugal agiu para garantir a manutenção dos laços. A língua portuguesa foi identificada como um dos instrumentos para a preservação dos vínculos, ainda mais depois da criação da CPLP, em 1996.

A economia foi identificada como um dos principais mecanismos que ligam Portugal às suas ex-colônias. Até hoje, Portugal continua a ser responsável por grande parte das importações dos PALOP, com exceção do Brasil. Ressaltem-se os casos de São Tomé e Príncipe e Cabo Verde, que têm economias frágeis. Angola tem economia mais forte, mas uma parte significativa

de suas importações ainda vêm de sua ex-metrópole. Esses casos demonstram a subsistência da condição de dependência entre os países em estudo.

Concluiu-se que no Estado Novo, apesar das leis que desmentiam o que se pregava, o discurso oficial do governo era de preocupação com o desenvolvimento das colônias. O império ultramarino português era responsável por levar o progresso aos povos indígenas africanos. Hoje, o discurso português continua nas mesmas linhas anteriores. Por meio de programas de cooperação no âmbito da CPLP, tenciona desenvolver os países.

Conforme mencionado ao longo do trabalho, Portugal tenta colocar-se como elo natural e interlocutor nas relações entre Europa, Américas e África, tanto no contexto da CPLP, quanto no da OTAN, que são duas vertentes de importância da política externa do país.

No âmbito da OTAN, Portugal prega o conceito da unidade estratégica do Oceano Atlântico, em que não mais haveria divisões entre Atlântico Norte e Sul. Contudo, no âmbito da CPLP, admite a existência de um Atlântico Sul.

Essa aparente divergência da política externa portuguesa deriva da sua posição de pequena potência, a partir da qual Portugal abre diversas frentes para assegurar a conquista de seus interesses. Na prática, contudo, os dois projetos políticos portugueses aqui estudados não se configuram como divergentes, uma vez que contribuem para um mesmo fim, que é uma maior participação de Portugal no cenário internacional. Entretanto, justamente devido à sua condição de pequena potência, talvez não tenha total capacidade de fazê-lo. Mas os esforços são vigorosos.

REFERÊNCIAS

LIVROS

- BULL, Hedley. **The Anarchical Society: A Study of Order in World Politics**. Hampshire: Palgrave, 1977.
- CAMÕES, Luís de. **Os Lusíadas**. Rio de Janeiro: Brasil ePub, 2011.
- CUNHA, Tiago Pitta e. **Portugal e o Mar**. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos, 2016.
- GONÇALVES, Williams. **O Realismo da Fraternidade Brasil-Portugal – Do Tratado de Amizade ao Caso Delgado**. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2003.
- KRISHNA, Sankaran. **Globalization and Postcolonialism Hegemony and Resistance in the Twenty-first Century**. Lanham: Rowman & Littlefield Publishers, Inc., 2009.
- LOPES, Fernão. **Chronica de el-Rei D. Fernando 1895-1896**. Lisboa: Escriptorio; 1896, v. 2.
- MAHAN, Alfred Thayer. **The Influence of Sea Power Upon History 1660-1783**. Boston: Little, Brown and Company, 1975.
- NKRUMAH, Kwame. **Neocolonialism, the Last Stage of Imperialism**. New York: International Publishers, 1966.
- NYE Jr., Joseph. **Soft Power: The Means to Success in World Politics**. New York: Public Affairs, 2004.
- PESSOA, Fernando. **Mensagem**. Lisboa: Parceria Antonio Maria Pereira, 1934.
- RAMOS, Rui; Sousa, Bernardo Vasconcelos e; Monteiro, Nuno Gonçalo. **História de Portugal**. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2009.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. **Pela Mão de Alice – O Social e o Político na Pós-Modernidade**. Porto: Edições Afrontamento, 1999.
- SARAMAGO, José. **A Jangada de Pedra**. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.
- WALLERSTEIN, Immanuel. **World-Systems Analysis – An Introduction**. Durham: Duke University Press, 2006.
- WALTZ, Kenneth. **Theory of International Relations**. Reading: Addison Wesley Publishing Company, 1979.
- YOUNG, Robert J. C. **Postcolonialism: An Historical Introduction**. Oxford: Blackwell Publishing, 2001.

CAPÍTULOS DE LIVROS

ALMEIDA, Miguel Vale de. O Atlântico Pardo – Antropologia, pós-colonialismo e o caso “lusófono”. In: BASTOS, Cristiana; ALMEIDA, Miguel Vale de; FELDMAN-BIANCO, Bela. **Trânsitos Coloniais – Diálogos Críticos Luso-Brasileiros**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2007, p. 27-43.

BULL, Hedley. The Importance of Grotius in the Study of International Relations. In: **Hugo Grotius and International Relations**. Oxford: Oxford University Press, 1990, p. 65-93.

DUNN, Kevin C. Introduction: Africa and International Relations Theory. In: **Africa’s Challenge to International Relations Theory**. Hampshire: Palgrave, 2001, p. 1-8.

GROVOGUI, Siba N. Postcolonialism. In: **International Relations Theories: Discipline and Diversity**. Oxford: Oxford University Press, 2013, p. 247-265.

ROTH, Luiz Carlos de Carvalho. O renascimento do Atlântico: os grandes impérios marítimos. In: SILVA, Francisco Carlos Teixeira da; LEÃO, Karl; ALMEIDA, Francisco Eduardo Alves de. **Atlântico: A História de um Oceano**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013, p. 69-118.

SANTOS, Boaventura de Sousa. From the Postmodern to the Postcolonial – and Beyond Both. In: RODRÍGUEZ, Encarnación; BOATCA, Manuela; COSTA, Sérgio (eds). **Decolonizing European Sociology – Transdisciplinary Approaches**. Surrey: Ashgate Publishing Limited, 2010, p. 225-242.

THOMAZ, Omar Ribeiro. Tigres de Papel: Gilberto Freyre, Portugal e os Países Africanos de Língua Portuguesa. In: BASTOS, Cristiana; ALMEIDA, Miguel Vale de; FELDMAN-BIANCO, Bela. **Trânsitos Coloniais – Diálogos Críticos Luso-Brasileiros**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2007, p. 46-70.

ARTIGOS

ABREU, Turíbio Pedro. Portugal e a Aliança Atlântica. **Revista Nação e Defesa**, Lisboa, n. 12, p. 49-57, 1979.

ALAVI, Hamza. The State in Post-Colonial Societies: Pakistan And Bangladesh. **New Left Review**, Londres, n. 74, p. 59-81, 1972.

AMADO, Luís. Intervenção do Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros. **Revista Negócios Estrangeiros**, Lisboa, n. 17, p. 9-26, 2010.

_____. Intervenção do Senhor Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros. **Revista Negócios Estrangeiros**, Lisboa, n. 18 suplemento, p. 9-29, 2011.

ANDERSON, Perry. Portugal and the End of Ultra-colonialism. **New Left Review**, Londres, n. 1/15, p. 83-102, May-June 1962a.

_____. Portugal and the End of Ultra-colonialism 2. **New Left Review**, Londres, n. I/16, p. 88-123, July-August 1962b.

ARAÚJO, Luís Esteves. A Força Aérea nas Missões Internacionais da NATO. **Revista Nação e Defesa**, Lisboa, n. 123, p. 81-86, 2009.

BARKAWI, Tarak; LAFFEY, Mark. The postcolonial moment in security Studies. **Review of International Studies**, n. 32, p. 329-352, 2006.

DARBY, Philip; PAOLINI, A. Bridging International Relations and Postcolonialism. **Alternatives**, v. 19, p. 371-397, 1994.

DUARTE, Francisco Alegre. Portugal e as Missões de Paz no Estrangeiro – Algumas Notas de Reflexão. **Revista Negócios Estrangeiros**, Lisboa, n. 13, p. 133-138, 2008.

FONSECA, Fernando. Portugal, o Atlântico e a NATO – Algumas Reflexões. **Revista Nação e Defesa**, Lisboa, n. 33, p. 79-100, 1985.

GOMES, Fernando Melo. A Marinha e sua Participação nas Missões Internacionais da NATO. **Revista Nação e Defesa**, Lisboa, n. 123, p. 51-62, 2009.

GONÇALVES, Williams. Brasil e Portugal: Sociedade e Estado nas Relações Bilaterais. **Revista da Escola de Guerra Naval**. Rio de Janeiro, n. 14, p. 7-23, 2009.

GONÇALVES, Williams; MONTEIRO, Leonardo Valente. O Monopólio das Teorias Anglo-Saxãs no Estudo das Relações Internacionais. **Século XXI**. Porto Alegre, v. 6, n. 1, Jan-Jun 2015.

HOFFMANN, Stanley. An American Social Science: International Relations. **Daedalus**. Cambridge, v. 106, n. 3, Discoveries and Interpretations: Studies in Contemporary Scholarship, v. I, p. 41-60, 1977.

KAYAOGLU, Turan. Westphalian Eurocentrism in International Relations Theory. **International Studies Review**. Oxford, n. 12, p. 193-217, 2010.

KEOHANE, Robert. Lilliputians' Dilemmas: Small States in Internatinal Politics. **International Organization**. Cambridge, n. 23, p. 291-310, 1969.

NARAYAN, Uma. Colonialism and Its Others: Considerations on Rights and Care Discourses. **Hypatia**. Villanova, v. 10, n. 2, p. 133-140, 1995.

NEVES, João; DUARTE, António. A maritimidade portuguesa: do reavivar da consciência à oportunidade de desenvolvimento. **Cadernos Navais**, Lisboa, n. 44, 2013.

OLIVEIRA, Arménio Nuno Ramires de. OTAN – Um Fórum para Relações Permanentes entre os Participantes na Aliança Atlântica. **Revista Nação e Defesa**, Lisboa, n. 5, p. 65-74, 1978.

PARREIRA, José de Matos. As Relações de Cooperação entre Portugal e os Novos Países Africanos de Expressão Portuguesa. **Revista Nação e Defesa**, Lisboa, n. 10, p. 107-118, 1979.

PEREIRA, João Côrte-Real de Araújo. A Cooperação com os Novos Países de Expressão Portuguesa. **Revista Nação e Defesa**, Lisboa, n. 12, p. 29-48, 1979.

PEREIRA, Vaz. Portugal e a NATO. **Revista Nação e Defesa**, Lisboa, n. 39, p. 59-78, 1986.

PINTO, Júlio Roberto de Souza; MIGNOLO, Walter. A modernidade é de fato universal?: Reemergência, desocidentalização e opção decolonial. **Civitas**. Porto Alegre, v. 15, n. 3, p. 381-402, jul.-set. 2015.

POURMOKHTARI, Navid. A Postcolonial Critique of State Sovereignty in IR: the contradictory legacy of a 'West-centric' discipline. **Third World Quarterly**, v. 34, n. 10, p. 1767–1793, 2013.

RAMALHO, José Pinto. O Aprontamento e Sustentação das Forças do Exército nas Missões Internacionais da NATO. **Revista Nação e Defesa**, Lisboa, n. 123, p. 63-80, 2009.

ROCHA, Humberto Santos. Contributos para uma caracterização da Geopolítica Marinha de Portugal. **Cadernos Navais**, Lisboa, n. 31, 2009.

SETH, Sanjay. Postcolonial Theory and the Critique of International Relations. **Millenium: Journal of International Studies**, London, n. 40, p. 167-183, 2011.

TEIXEIRA, Nuno Severiano. Portugal e a Nato (1949-1999). **Revista Nação e Defesa**, Lisboa, n. 89, p. 15-41, 1999.

_____. Conferência de Encerramento. **Revista Nação e Defesa**, Lisboa, n. 123, p. 115-123, 2009.

TELO, Antonio José. Portugal e a NATO (1949-1976). **Revista Nação e Defesa**, Lisboa, n. 89, p. 43-84, 1999.

TOJE, Asle. The European Union as a Small Power. **Journal of Common Market Studies**. Oxford, n. 1, v. 49, p. 43-60, 2011.

DOCUMENTOS INSTITUCIONAIS

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Atlas Geográfico das Zonas Costeiras e Oceânicas do Brasil**. Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv55263.pdf>>. Acesso em: 15 abr. 2017.

_____. Ministério da Defesa. **Livro Branco de Defesa Nacional**. Brasília, 2012. Disponível em: <<http://www.defesa.gov.br/arquivos/2012/mes07/lbdn.pdf>>. Acesso em: 13 dez. 2016.

_____. Ministério da Defesa. **Política Nacional de Defesa e Estratégia Nacional de Defesa**. Brasília, 2012. Disponível em: <http://www.defesa.gov.br/arquivos/estado_e_defesa/END-PND_Optimized.pdf>. Acesso em: 13 dez. 2016.

_____. Presidência da República. **Estratégia Nacional de Defesa**. Brasília, 2008. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/Decreto/D6703.htm>. Acesso em: 26 jan. 2017.

_____. Presidência da República. **Política de Defesa Nacional**. Brasília, 1996. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/publicacoes-oficiais/catalogo/fhc/politica-de-defesa-nacional-1996.pdf>>. Acesso em: 26 jan. 2017.

_____. Presidência da República. **Política Nacional de Defesa**. Brasília, 2005. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5484.htm>. Acesso em: 26 jan. 2017.

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. U.S. Senate Resolution 239. 80th Congress, 2nd Session. The Vandenberg Resolution. Disponível em: <https://www.nato.int/cps/en/natohq/official_texts_17054.htm>. Acesso em: 25 set. 2017.

FRAGOSO, Luís Manuel Fourneaux Macieira. Discurso do Almirante CEMA por Ocasão do Dia da Marinha. Disponível em: <<http://www.marinha.pt/pt-pt/media-center/noticias-destaques/Paginas/Discurso-do-Almirante-CEMA-por-ocasio-do-Dia-da-Marinha0521-8193.aspx>>. Acesso em: 16 maio 2017.

INTERNATIONAL HYDROGRAPHIC ORGANIZATION. **Limits of the Oceans and Seas**. Monte Carlo, 1953. Disponível em: <<https://epic.awi.de/29772/1/IHO1953a.pdf>>. Acesso em: 20 dez. 2016.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **United Nations Convention on the Law of the Sea**. Disponível em: <http://www.un.org/depts/los/convention_agreements/texts/unclos/unclos_e.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2016.

_____. **Human Development Report 2016**. Disponível em: <http://hdr.undp.org/sites/default/files/2016_human_development_report.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2018.

ORGANIZAÇÃO DO TRATADO DO ATLÂNTICO NORTE. **The Brussels Treaty**. Disponível em: <http://www.nato.int/ebookshop/video/declassified/doc_files/Brussels%20Treaty.pdf>. Acesso em: 25 set. 2017.

_____. **The Founding Treaty**. Disponível em: <http://www.nato.int/cps/en/natolive/topics_67656.htm>. Acesso em: 25 set. 2017.

_____. **The North Atlantic Treaty**. Disponível em: <http://www.nato.int/nato_static_fl2014/assets/pdf/history_pdf/20161122_E1-founding-treaty-original-treaty_NN-en.pdf>. Acesso em: 25 set. 2017.

PORTUGAL. A Cooperação Portuguesa no Limiar do Século XXI – Documento de Orientação Estratégica. Resolução do Conselho de Ministros n. 43/1999. **Diário da República**, I Série-B, n. 115, 18 maio 1999. Disponível em: <<https://dre.pt/application/conteudo/323080>>. Acesso em: 9 maio 2017.

_____. Código Civil Portuguez. Lisboa: Imprensa Nacional, 1868. Disponível em: <<http://www.fd.ulisboa.pt/wp-content/uploads/2014/12/Codigo-Civil-Portugues-de-1867.pdf>>. Acesso em: 13 fev. 2018.

_____. Comissão de Cartographia. **Carta da África Meridional Portuguesa**. Paris: Erhard Freres, 1886. Disponível em: <http://purl.pt/3571/3/cc-425-a_JPG/cc-425-a_JPG_24-C-R0150/cc-425-a_0001_1_p24-C-R0150.jpg>. Acesso em: 13 fev. 2018.

_____. Conceito Estratégico de Defesa Nacional. Resolução do Conselho de Ministros n. 6/2003. **Diário da República**, 1ª série-B, n. 16, 20 jan. 2003. Disponível em: <<http://www.ces.uc.pt/aigaion/attachments/IRCM62003.pdf-82b38287baeb7ee9269d7402c51658b9.pdf>>. Acesso em: 15 abr. 2017.

_____. Conceito Estratégico de Defesa Nacional. Resolução do Conselho de Ministros n. 19/2013. **Diário da República**, 1ª série, n. 67, 5 abr. 2013. Disponível em: <<https://dre.pt/application/dir/pdf1sdip/2013/04/06700/0198101995.pdf>>. Acesso em: 15 abr. 2017.

_____. Constituição Política da República Portuguesa. **Diário do Governo**, I Série, n. 43, Suplemento, 22 fev. 1933. Disponível em: <<https://dre.pt/application/dir/pdf1sdip/1933/02/04301/02270236.pdf>>. Acesso em: 13 fev. 2018.

_____. **Constituição da República Portuguesa – VII Revisão Constitucional**. Lisboa: Assembleia Nacional, 2005. Disponível em: <<http://www.parlamento.pt/Legislacao/Documents/constpt2005.pdf>>. Acesso em: 14 fev. 2018.

_____. Decreto nº 18.570. **Diário do Governo**, I Série, n. 156, 8 jul. 1930. Disponível em: <<https://dre.pt/application/file/224098>>. Acesso em: 13 fev. 2018.

_____. Decreto-Lei nº 39.666. **Diário do Governo**, I Série, n. 110, 20 maio 1954. Disponível em: <<https://dre.pt/application/file/635307>>. Acesso em: 13 fev. 2018.

_____. Direção-Geral do Território. **Carta Administrativa Oficial e Portugal Versão de 2016**. Disponível em: <[http://www.dgterritorio.gov.pt/static/repository/2018-02/2018-02-06124013_b511271f-54fe-4d21-9657-24580e9b7023\\$\\$FBA6945A-5F3B-40EF-A5BF-70D5D80B8715\\$\\$2BAF27CC-022C-4B76-9A49-1D6E2CEC07CC\\$\\$file\\$\\$pt\\$\\$1.pdf](http://www.dgterritorio.gov.pt/static/repository/2018-02/2018-02-06124013_b511271f-54fe-4d21-9657-24580e9b7023$$FBA6945A-5F3B-40EF-A5BF-70D5D80B8715$$2BAF27CC-022C-4B76-9A49-1D6E2CEC07CC$$file$$pt$$1.pdf)>. Acesso em: 27 fev. 2018.

_____. Estratégia Nacional para o Mar 2006. Resolução do Conselho de Ministros n. 163/2006. **Diário da República**, 1ª Série, n. 237, 12 dez. 2006. Disponível em: <<https://dre.pt/application/file/545528>>. Acesso em: 28 fev. 2018.

_____. Estratégia Nacional para o Mar 2013-2020. Resolução do Conselho de Ministros n. 12/2014. **Diário da República**, 1ª Série, n. 30, 12 fev. 2014. Disponível em: <<https://dre.pt/util/getpdf.asp?s=diad&serie=1&iddr=2014.30&iddip=20140237>>. Acesso em: 20 dez. 2016.

_____. Instituto Nacional de Estatística (INE). Disponível em: <<https://www.ine.pt>>. Acesso em: 15 fev. 2018.

_____. Lei do Serviço Militar. **Diário da República**, I Série-A, n. 221, 21 set. 1999. Disponível em: <<https://dre.pt/application/dir/pdf1s/1999/09/221A00/65416550.pdf>>. Acesso em: 29 set. 2017.

_____. Lei nº 5/72. **Diário do Governo**, I Série, n. 145, 23 jun. 1972. Disponível em: <<https://dre.pt/application/file/a/674093>>. Acesso em: 14 fev. 2018.

_____. Uma Visão Estratégica para a Cooperação Portuguesa. Resolução do Conselho de Ministros n. 196/2005. **Diário da República**, I Série-B, n. 244, 22 dez. 2005. Disponível em: <<https://dre.pt/application/file/a/464152>>. Acesso em: 9 maio 2017.

SAMPAIO, Jorge. Depoimento de Sua Excelência o Presidente da República para o Jornal de Letras por ocasião da constituição da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. Lisboa: Presidência da República, 1996.

_____. Cerimónia de Despedida das Forças Armadas. *In: Portugueses*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, v. X, p. 199-204, 2007.

_____. Sessão Solene Comemorativa do 26º aniversário do 25 de Abril de 1974. *In: Portugueses*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, v. V, p. 37-54, 2000.

SILVA, Aníbal António Cavaco. **Comunicação ao país do Presidente da República após as Eleições Legislativas de 4 de outubro de 2015**. Disponível em: <<http://anibalcavacosilva.arquivo.presidencia.pt/?idc=22&idi=96668>>. Acesso em: 9 maio 2017.

_____. **Discurso do Presidente da República na X Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CPLP**. Disponível em: <<http://anibalcavacosilva.arquivo.presidencia.pt/?idc=22&idi=86149&action=7>>. Acesso em: 9 maio 2017.

_____. Orientações da Política de Defesa. **Revista Nação e Defesa**, Lisboa, n. 39, p. 9-19, 1986.

WIEMER, Fernando Eduardo Studart. **A concepção político-estratégica e a atuação internacional da Marinha do Brasil: aula inaugural dos Cursos de Alto Estudos Militares**. Rio de Janeiro: Escola de Guerra Naval, 2013.

TESE

FREIXO, Adriano de. **“Minha Pátria é a Língua Portuguesa”: A Construção da Idéia da Lusofonia em Portugal**. Rio de Janeiro, 2007. Originalmente apresentada como tese de doutorado, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2007.

NOTÍCIAS E SITES

BRASIL. Exército Brasileiro. **Exercício Felino: nove países de Língua Portuguesa treinam emprego conjunto**. Disponível em: <<http://www.defesa.gov.br/noticias/35180-exercicio-felino-nove-paises-de-lingua-portuguesa-treinam-emprego-conjunto>>. Acesso em: 15 fev. 2018.

_____. Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços. **Sistema de Análise das Informações de Comércio Exterior (Alice Web)**. Disponível em: <<http://aliceweb.mdic.gov.br/>>. Acesso em: 28 fev. 2017.

CABO VERDE. **Cabo Verde: Breve Apresentação**. Disponível em: <<http://www.governo.cv/index.php/dados-gerais>>. Acesso em: 15 fev. 2018.

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. CIA World Factbook. Disponível em: <<https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/>>. Acesso em: 15 fev. 2018.

INTERNATIONAL TRADE CENTRE. **Trade Map – International Trade Statistics**. Disponível em: <www.trademap.org>. Acesso em: 15 fev. 2018.

TELA NON. **Portugal e STP abrem nova etapa na cooperação militar**. Têla Nón, São Tomé e Príncipe, 9 fev. 2018. Disponível em: <<https://www.telanon.info/politica/2018/02/09/26393/portugal-e-stp-abrem-nova-etapa-na-cooperacao-militar/>>. Acesso em: 15 fev. 2018.

VILLALOBOS, Luís. Mais de 5000 empresas dependem a 100% de Angola para exportar. **Público**, Lisboa, 22 jun. 2015. Disponível em: <<https://www.publico.pt/2015/06/22/economia/noticia/mais-de-5000-empresas-dependem-a-100-de-angola-para-exportar-1699691>>. Acesso em: 15 fev. 2018.

_____. Duas mil empresas deixaram de exportar para Angola. **Público**, Lisboa, 10 fev. 2017. Disponível em: <<https://www.publico.pt/2017/02/10/economia/noticia/numero-de-empresas-a-exportar-para-angola-caiu-26-em-2016-1761505>>. Acesso em: 15 fev. 2018.